

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/FCH
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

IVANEIDE TEREZINHA MINOZZO

**MULHERES ASSENTADAS PRODUZINDO MOVIMENTOS NOS
ESPAÇOS DA REFORMA AGRÁRIA**

Dourados/MS

2021

IVANEIDE TEREZINHA MINOZZO

**MULHERES ASSENTADAS PRODUZINDO MOVIMENTOS NOS ESPAÇOS
DA REFORMA AGRÁRIA**

Dissertação apresentada em banca de defesa, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Faculdade de Ciências Humanas na Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD), como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociologia, na área de concentração em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Salete Menegat

Dourados/MS

2021

TERMO DE APROVAÇÃO

IVANEIDE TEREZINHA MINOZZO

**MULHERES ASSENTADAS PRODUZINDO MOVIMENTOS NOS ESPAÇOS
DA REFORMA AGRÁRIA**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS/UFGD

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a. Alzira Salete Mengat
Orientadora/presidenta

Prof.^a Dr.^a. Miria Izabel Campos
Membra Titular

Prof. Dr. André Luiz Faisting
Membro Titular

APROVADO EM: ____/____/____

Dourados – 2021

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres camponesas que fizeram o Curso de Ciências Sociais/PRONERA entre os anos de 2008-2012, especialmente, àquelas que compartilharam, por meio de entrevistas (e nos livros consultados), suas vidas e trajetória na luta pela terra e resistência nela.

Seus relatos possibilitaram este estudo, visibilizando sua participação como mulheres para que o ensino superior seja um direito respeitado para todas/os camponeses que querem usar a ferramenta da educação para melhorar as condições de vida e dignidade nos assentamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a caminhada até aqui. Como filha de camponeses, agradeço a todas as pessoas que contribuíram com suas experiências de vida para que eu pudesse crescer como ser humano. Destaco a CPT/MS, da qual fiz e faço parte.

Agradeço a meus pais camponeses que foram exemplos de luta por justiça, respeito e dignidade, sempre me incentivando a estudar.

A meu companheiro e filhos pela compreensão, apoio e ajuda em todo o período de estudos acadêmicos e elaboração da dissertação.

À minha orientadora, Professora Dra. Alzira Salete Menegat, pela dedicação profissional, incentivo, orientação Pedagógica e metodológica, paciência e compreensão nos melhores e piores momentos. Sua orientação tornou possível ampliar meus conhecimentos em relação ao assunto e concluir este estudo.

Aos professores do FHC pelos conhecimentos ministrados, debates nas disciplinas cursadas, os quais me propiciaram ampliar meus conhecimentos e desenvolver todo o processo de pesquisa e elaboração da dissertação.

Ao José e ao Rafael, secretários do PPGS, pela atenção nos encaminhamentos burocráticos.

Aos colegas que participaram também desse processo por meio da partilha de suas ideias, conhecimentos, vidas e caronas.

À Professora Dra. Míria Izabel Campos e ao Professor Dr. André Faisting, pelas suas participações nas bancas de qualificação e de defesa, trazendo questionamentos e orientações.

A todos os envolvidos na organização, gestão e participação do Curso de Ciências Sociais/PRONERA, da turma 2008-2012.

RESUMO

Nesta pesquisa, analisam-se trajetórias de mulheres assentadas em Mato Grosso do Sul que, junto a seus movimentos sociais, conquistaram o direito de propor e de participar do Curso de Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) durante os anos de 2008 a 2012, ofertado para pessoas de assentamentos rurais do estado. Com a pesquisa, busca-se compreender os projetos que moveram as mulheres assentadas a participarem de um curso de ensino superior, em uma universidade pública, vencendo distâncias geográficas e sociais, que as separava da universidade, bem como entendendo o que este propiciou em suas vidas. Em um universo de 56 alunos e alunas participantes do referido curso, provenientes de diversos assentamentos, localizados em diferentes municípios e regiões de Mato Grosso do Sul, havia 33 mulheres, o que representou quase 60% do total de estudantes. Dentre elas, foram selecionadas 20 para a aplicação das entrevistas, observando um campo que contemplasse a totalidade das regiões de abrangência do curso, de onde eram oriundas. Parte-se da ideia de que as alunas construíram autonomia na luta pela terra, fato que as levou até a universidade em busca da ampliação na formação educacional, sem, no entanto, deixarem os assentamentos após a conclusão do curso, o que lhes possibilita seguirem nos plantios nos assentamentos. Ao concluírem o curso, não abandonaram a identidade de sem-terra, apenas a fortaleceram, tornando-se e/ou mantendo-se na condição de assentadas e professoras, numa estratégia para construírem seus lugares, de acordo com seus referenciais, o que implica na ampliação da defesa de uma educação no e do campo. Para alcançar este objetivo, fez-se uso da abordagem qualitativa, ouvindo os relatos de suas trajetórias, analisando documentos que tratam da organização do curso, bem como fotografias registradas por docentes durante a graduação. Realizaram-se análises à luz da contextualização bibliográfica referente ao tema da reforma agrária, da ação dos movimentos sociais e da educação do campo, especialmente, os materiais publicados durante o curso, os quais contêm análises de professores e alunos, apresentando os resultados dessa ação. Os resultados da pesquisa, com base nos referenciais teóricos e nos relatos das egressas do curso, evidenciaram que, por meio da educação, houve a ampliação da compreensão das estruturas da sociedade, movendo-as na reivindicação e na conquista de direitos, criando melhores condições de permanecerem na terra, sempre tendo presente a preocupação com as gerações futuras. Essa constatação está presente em todo o processo de análise dos seus relatos, quando detalham suas trajetórias e experiências, nas percepções, questionamentos, desafios, lutas e conquistas, plasmadas em todo o desenrolar do estudo. Os dados da pesquisa mostram a importância da luta coletiva, visto que os movimentos sociais protagonizaram ações coletivas, promovendo organizações internas com a formação de grupos de produção, cooperativas, lutando por direitos, ou pelo desenvolvimento da produção e da comercialização. Nesse coletivo, as mulheres egressas atuaram, foram protagonistas de ações, debatendo dilemas com vistas a mudar o cotidiano das relações sociais tidas como conflituosas, buscando relações de respeito, dignidade e equidade.

Palavras-chave: Mulheres assentadas, educação do campo, PRONERA, Curso de Ciências Sociais da UFGD.

ABSTRACT

This research analyzes the trajectories of women settled in Mato Grosso do Sul who, together with their social movements, won the right to propose and participate in the Undergraduate Course in Social Sciences at the Federal University of Grande Dourados (UFGD) during the years 2008 to 2012, offered to people from rural settlements in the State. The research seeks to understand the projects that moved women settlers to participate in a higher education course at a public university, overcoming geographical and social distances that separated them from the university, as well as understanding what this led to their lives. In a universe of 56 students participating in the aforementioned course, coming from different settlements, located in different municipalities and regions of Mato Grosso do Sul, there were 33 women, which represented almost 60% of the total number of students. Among them, 20 were selected for the application of the interviews, observing a field that included all the regions covered by the course, from which they came. It starts from the idea that the students-built autonomy in the struggle for land, a fact that took them to the university in search of expansion in educational training, without, however, leaving the settlements after completing the course, which allows them to continue in the plantations in the settlements. Upon completing the course, they did not abandon the landless identity, they only strengthened it, becoming and/or remaining in the condition of settlers and teachers, in a strategy to build their places, according to their references, which implies in the expansion of the defense of an education in and of the countryside. To achieve this objective, a qualitative approach was used, listening to reports of their trajectories, analyzing documents that deal with the organization of the course, as well as photographs taken by professors during graduation. Analyzes were carried out in light of the bibliographical contextualization regarding the theme of agrarian reform, the action of social movements and rural education, especially the materials published during the course, which contain analyzes of teachers and students, presenting the results of this action. The research results, based on theoretical references and on the reports of the graduates of the course, showed that, through education, there was an increase in the understanding of the structures of society, moving them in the claim and conquest of rights, creating better conditions to remain on earth, always bearing in mind the concern for future generations. This finding is present throughout the process of analyzing their reports, when they detail their trajectories and experiences, in the perceptions, questions, challenges, struggles and achievements, shaped throughout the course of the study. The survey data show the importance of collective struggle, as social movements have taken the lead in collective actions, promoting internal organizations with the formation of production groups, cooperatives, fighting for rights, or for the development of production and marketing. In this collective, the egress women acted, were protagonists of actions, debating dilemmas with a view to changing the daily life of social relations considered conflicting, seeking relationships of respect, dignity and equity.

Keywords: Settled women, rural education, PRONERA, Social Sciences Course at UFGD.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 As mulheres entrevistadas.....	20
Quadro 2 As obras publicadas sobre o curso.....	22
Quadro 3 Assentamentos criados em Mato Grosso do Sul.....	44
Quadro 4 Imóveis Rurais cadastrados em MS – 2018.....	45
Quadro 5 As disciplinas oferecidas nos anos do curso.....	62

LISTA DE SIGLAS

AGV: Associação Gerando Vidas
ANMC: Associação Nacional de Mulheres Camponesas
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COAAMS: Centro de Organização e Apoio aos Assentamentos de Mato Grosso do Sul
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CRUB: Conselho De Diretores Das Universidades Brasileiras
CUT: Central Única de Trabalhadores
EJA: Educação de Jovens e Adultos
FAF: Federação de Agricultura Familiar
FETAGRI: Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FHC: Faculdade de Ciências Humanas
FNRA: Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEF: Laboratório de Estudos de Fronteira
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA: Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC: Movimento de Mulheres Camponesas
MS: Mato Grosso do Sul
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRODEPAN: Programa de Desenvolvimento do Pantanal Mato-Grossense
PRONERA: Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária
PT: Partido dos Trabalhadores
PVR: Programa Vale Renda
SAFs: Sistemas Agroflorestais
UFGD: Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF: Fundo das Nações Unidas Para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
O CAMINHO DA PESQUISA: análises teóricas-metodológicas	15
1.1 A abordagem qualitativa	15
1.2 As entrevistas com mulheres assentadas e egressas da universidade	19
1.3 As referências teóricas que subsidiam a pesquisa	23
CAPÍTULO II	
O PRONERA COMO RESULTADO DA LUTA SOCIAL NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA	32
2.1 Dilemas produzidos pelo modelo de estrutura agrária	32
2.2 Os assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul	42
2.3 A criação do PRONERA: Contribuições para a educação do e no campo	48
2.4 O curso de Ciências Sociais na UFGD e a formação de professoras	56
2.5 A organização do curso de Ciências Sociais/PRONERA na UFGD	59
CAPÍTULO III	
MEMÓRIAS DE MULHERES ASSENTADAS: o entrelaçar de experiências de vida e de emancipação	67
3.1 Ativando mecanismos públicos para efetivar direitos	67
3.2 A metodologia da alternância como aporte para a formação universitária	96
3.3 As novas leituras sobre a sociedade	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICE	126

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, analisamos trajetórias de mulheres assentadas em Mato Grosso do Sul, que, junto a seus movimentos sociais, conquistaram o direito de propor e participar do Curso de Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), durante os anos de 2008 a 2012, especialmente, ofertado para pessoas de assentamentos rurais do Estado.

Com a pesquisa, buscamos compreender os projetos que moveram as mulheres assentadas a participarem de um curso de ensino superior em uma universidade pública, precisando, para isso, vencer distâncias geográficas e sociais, que as separava da universidade, bem como buscamos entender o que o curso propiciou às suas vidas. Acreditamos que a luta pela conquista de lotes em assentamentos de reforma agrária, quando atuaram como lideranças em movimentos sociais organizados, questionando o modelo agrário brasileiro e viabilizando a instalação de assentamentos, contribuindo para que as mulheres passassem a questionar sua condição no conjunto da família e na participação de grupos sociais, levou-as a buscarem outros espaços, dentre eles a formação acadêmica.

A organização no coletivo de movimentos sociais, com pautas envoltas à terra e à formação das pessoas, suscitou também temas voltados às relações de gênero, desnaturalizando processos de dominação e passando a combinar a condição de agricultoras, com a de estudantes universitárias e, atualmente, parte delas são professoras nas escolas dos assentamentos. Nesse sentido, entendemos que trocaram de enxada para, assim, continuarem no plantio. Um plantio por elas desenvolvido de diversas maneiras, visto que a educação é uma ferramenta de luta para ampliar outras conquistas e direitos, sobretudo, criar condições para permanência na terra dos assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul.

O destaque na pesquisa são as trajetórias e memórias dessas mulheres assentadas na luta e resistência na terra, posta até mesmo para as gerações futuras, em que a discussão de gênero dentro dos Movimentos Sociais propiciou o acesso à educação pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tendo presente que o processo de exploração e de exclusão imposto pelo sistema capitalista, patriarcal e discriminador chega a elas com uma enorme bagagem que as limita. À medida que movimentos sociais protagonizaram ações, elas passaram a atuar em tais movimentos, mudando o cotidiano, com relações de respeito, dignidade, luta pela igualdade de direitos.

Em um universo de 56 alunos e alunas participantes do referido curso, provenientes de diversos assentamentos, localizados em diferentes municípios e regiões de Mato Grosso do Sul, havia 33 mulheres, o que representou quase 60% do total de estudantes. Dentre elas, foram selecionadas 20 para a aplicação das entrevistas, observando um campo que contemplasse a totalidade das regiões de abrangência do curso, de onde eram oriundas.

A escolha do tema foi pela vivência e o respeito que tenho à luta pela terra, devido às minhas origens, por ser filha de camponeses e me identificar com elas. Além disso, atuei como agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos anos 1982 a 1996, participando ativamente e acompanhando a luta pela terra nos acampamentos e assentamentos dos Movimentos Sociais em Mato Grosso do Sul, num período de grandes mobilizações, quando os brasiguaios retornavam do Paraguai.

Vivenciei nos espaços dos acampamentos, principalmente, aqueles que se formaram a beira das estradas nos municípios de Eldorado e Mundo Novo (MS), a trajetória de mulheres, que ao lado dos companheiros e filhos acalentavam o sonho de retornarem ao Brasil e viverem na terra, com a esperança de usar a enxada da educação como ferramenta de luta para mudanças significativas em suas vidas e de suas famílias. O plantio seria gerado de diferentes formas, através do conhecimento, apesar dos problemas enfrentados. Por isso, temos presente a existência de uma simbiose entre pesquisadora e pesquisadas, ambas acalentando sonhos de resistência e insistência, com coragem construindo espaços, concretizando ações produtivas que semeadas geraram a permanência na terra, delas e de suas famílias.

A relevância deste tema está no fato de alargar debates e diálogos já iniciados na academia, mas necessários de ampliação, visto que é preciso reconhecer diferenças e desigualdades e, assim, construir respeito à dignidade humana, através da identificação de suas raízes, compromisso, engajamento, recuperação da autoestima, empoderamento, emancipação que as destaca no viver cotidiano, em suas comunidades, organizações e assentamentos e que precisam ser visibilizados.

Cabe salientar que, nesse espaço de tempo 2019-2020, durante os estudos no Mestrado em Sociologia, cursando as disciplinas obrigatórias e optativas, aprofundei-me nas teorias Clássicas e Contemporâneas e com disciplinas de Metodologia da Pesquisa Social, em que leitura, diálogo, debates, análises dos textos, bibliografias e o contexto histórico, a vivência com os colegas de diferença de saberes muito me enriqueceram. Contribuíram enormemente para meu crescimento humano e intelectual, na ruptura de paradigmas no sentido de

possibilitar um olhar mais crítico e científico no meu ser e fazer história, que plasmarei no processo de redação deste estudo investigativo que tem por objetivo compreender a atuação das mulheres assentadas do Curso de Ciências Sociais, na luta e resistência na terra, nas demandas e no acesso à educação universitária, bem com as transformações ocorridas em suas vidas.

Para alcançar este objetivo faremos uso da abordagem qualitativa, ouvindo os relatos das suas trajetórias, analisando documentos da organização do curso, fotografias registradas por docentes durante a graduação, contextualizando a bibliografia referente ao tema e, especialmente, aquela publicada durante o curso, a qual, com análise de professores e alunos, apresentamos os resultados do curso.

Algumas categorias são fundamentais para a compreensão dos dados da pesquisa, dentre elas movimento social, gênero e campesinato, os fios condutores da pesquisa, os quais debateremos no capítulo I. Estes se encontram interligados entre si, visto que na luta social as mulheres da pesquisa passam a compor os coletivos sociais, debatendo demandas que vivenciam, dentre elas as relações de gênero e a educação. Nesse coletivo, criam cenários educativos e emancipadores e se reconhecem como camponesas.

Dessa forma, entendemos movimento social como categoria chave, pois possibilita compreender a luta social das mulheres da pesquisa, e de como o coletivo organizado, movido pela pauta da busca pela terra, suscitou outras pautas, dentre elas a importância da educação como fio condutor, que levou ao entendimento das relações de gênero e do que constitui o campesinato, identidade que movimenta para a autonomia do ser-fazer das pessoas que produzem alimentos.

Nesse debate, os movimentos sociais construíram a dimensão do campesinato sob a égide da autonomia e nesse reconhecimento foram alargando as demandas, antes assentadas na luta pela terra, estendidas na luta pela permanência na terra, fazendo-se necessário acesso a atendimento de saúde, fomento agrícola para produção, estradas, habitação, educação, dentre outras demandas que fortaleceram as forças coletivas na luta social. Nos dias atuais, parte das demandas foi conquistada, outra parece recuar, mostrando que na vida das mulheres camponesas e da classe trabalhadora as conquistas não são definitivas, havendo a necessidade da constante resistência.

Buscamos compreender as ações/atuações das mulheres no agir coletivo em que junto a seus movimentos sociais construíram as transformações sociais no que diz respeito à relação

homem-mulher, e de como escreveram suas trajetórias, conquistando e se estabelecendo nas comunidades e na sociedade.

Para o processo de entrevistas com as mulheres, que serão apresentadas no capítulo I, utilizamos roteiro semiestruturado, entendendo como se deu a luta pela terra, a forma como participaram de outras demandas nos processos educativos e o que as motivou a participarem de um curso universitário, atentando para as negociações que fizeram no âmbito familiar e de atuação em suas comunidades, visto que precisavam se ausentar por longos períodos para cumprirem o tempo universidade. Atualmente, parte delas atua como educadoras nas escolas dos assentamentos enfrentando dificuldades, desafios e, ao mesmo tempo, edificando conquistas.

Analisamos o Projeto pedagógico que a Universidade construiu, atentando para as etapas, a metodologia e a organização do mesmo. Analisamos, ainda, o conhecimento produzido nos materiais publicados como resultado do fazer do curso, organizado por professores e alunos/as, especialmente os livros publicados entre os anos de 2008 a 2014, apresentados no capítulo I, bem como a organização coletiva com os diversos segmentos institucionais, que a UFGD estabeleceu, dentre elas com o PRONERA e os movimentos sociais, formando as bases possíveis para o desenvolvimento do curso.

O entendimento desses aspectos forma os caminhos para a compreensão das entrevistas com as mulheres, vislumbrando o sentido da luta pela educação, como um grito de liberdade delas, para poderem viver e agir como sujeitas protagonistas, buscando sua identificação, reconhecendo-se e ocupando seu espaço como mulheres camponesas.

Os resultados da pesquisa são apresentados em três capítulos, a saber: no primeiro capítulo, intitulado “O caminho da pesquisa: análises dos referenciais teóricos e metodológicos”, apresentamos o caminho metodológico, dialogando com as teorias que serviram de base para o estudo, bem como relacionando as pessoas que compõem a pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado “O Pronera como resultado da luta social no contexto da reforma agrária: análises da importância da educação no e do campo”, refletiremos sobre a luta pela terra no Brasil e em Mato Grosso do Sul, a qual culminou com a formação de assentamentos de reforma agrária, fortalecendo a necessidade de permanência nesses lugares. Para isso, o acesso à educação de qualidade vem sendo necessário, como aquele construído como o PRONERA, um programa que debateremos na sequência do capítulo, o qual serviu de fomento para o curso Ciências Sociais, na UFGD, aspecto que abordaremos na parte final desse mesmo capítulo.

No terceiro capítulo, com o título “Memórias de mulheres assentadas na universidade: o entrelaçar de experiências de vida e de emancipação”, analisaremos as trajetórias das mulheres para chegarem à Universidade, sendo assentadas em lotes da Reforma Agrária, assim, compreendendo os resultados que essa nova inserção criou em suas vidas, bem como as mudanças projetadas em suas comunidades.

Enfim, o acesso à educação em todos os níveis, especialmente aquele da universidade pública e de qualidade constituiu-se numa demanda pautada pelas pessoas sem-terra, cunhada no cotidiano da luta e fomentada pelos movimentos sociais rurais, traduzida como elemento que viabiliza a vida nos assentamentos, pelo fato de a formação continuada se constituir num instrumento que habilita pessoas de assentamentos assumirem elas próprias às salas de aula de suas comunidades. Dessa forma, a educação consiste em uma das pautas principais de alguns movimentos sociais rurais, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a CPT, precursores nos questionamentos sobre a estrutura agrária desde as décadas de 1970-1980, reunindo mobilizações e projetando encaminhamentos para a reforma agrária. Defendem que é pela educação que se dá a desnaturalização de processos opressores e, assim, são assegurados os referenciais identitários dos grupos sociais. Por isso, a defesa da educação do e no campo, que fortalece todos os demais encaminhamentos, uma vez que promove autonomia, como observamos com as mulheres da pesquisa.

Nesse sentido, acreditamos que as alunas construíram autonomia na luta pela terra, fato que as levou até a universidade, em busca da ampliação na formação educacional, sem, no entanto, mudarem de enxada, o que lhes possibilita seguirem nos plantios dos assentamentos. Isso porque, ao concluírem o curso, não abandonaram a identidade de sem-terra, apenas a fortaleceram, tornando-se ou mantendo-se na condição de assentadas e professoras, numa estratégia para construírem seus lugares, de acordo com seus referenciais, o que implica na ampliação da defesa de uma educação no e do campo. Além disso, alarga a visibilidade sobre as mulheres em suas atuações diversas e na criação de estratégias para a permanência na terra.

CAPÍTULO I

O CAMINHO DA PESQUISA: ANÁLISES DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança no conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência disso e se sentir parte no contexto em que vivem. (BOM MEIHY, 2005, p. 19)

Neste capítulo, apresentaremos o caminho metodológico da pesquisa, situando os referenciais teóricos que servem de base para nossas análises, com ênfase nas principais categorias, bem como evidenciaremos as pessoas com as quais dialogamos para o levantamento de dados no campo.

1.1 A abordagem qualitativa

Um dos elementos fundamentais da pesquisa está na memória das mulheres, no rememorar de suas trajetórias de luta pela terra. A memória é um processo rememorativo de estudo de épocas passadas que garante sentido social e faz as mulheres sentirem-se parte do contexto em que vivem. O destaque, deste estudo, também está presente no caráter dialógico nas diferentes formas de trabalho dentro da história oral que ocorrerá na pesquisa de campo com as entrevistas. Portelli destaca que “podemos definir a história oral como o gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado.” (PORTELLI, 2001, p. 13)

Optar por trabalhar com fontes orais significa dizer que as entrevistas aplicadas seguiram pelo contexto histórico vivido, interpretadas e analisadas, utilizando o referencial bibliográfico escolhido. Por isso, a importância também de um diálogo constante com outras fontes, como recomendado pelo autor, que em nossa pesquisa damos ênfase aos materiais que foram produzidos durante o curso.

O compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como o respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber “como as coisas realmente são” equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de “como as coisas podem ser”. (PORTELLI, 1997, p. 15)

Para o pesquisador, é de suma importância a ética na pesquisa e considera o compromisso com a honestidade, o respeito à verdade, que vai além de uma simples aplicação de técnicas e métodos. Nesse sentido, concordamos com Thompson (1998) quando destaca que: “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”. (THOMPSON, 1998, p. 337).

A opção pela metodologia da história oral e pela abordagem qualitativa são as bases na coleta dos importantes depoimentos das mulheres camponesas entrevistadas, analisados à luz dos teóricos da sociologia contemporânea. Nesse sentido, Gonzales Rey (2002) apresenta uma visão da pesquisa qualitativa em que pesquisador e pesquisado se mantêm em constante interação, considerando não só o que o sujeito fala, mas o sentido da fala. Sendo assim ele afirma que

Toda pesquisa qualitativa deve implicar o desenvolvimento de um diálogo progressivo e organicamente constituído ou, como uma das fontes de produção de informação. No diálogo se cria um clima de segurança, tensão intelectual, interesse, confiança, que favorecem níveis de conceituação da experiência que raramente aparecem de forma espontânea na vida cotidiana. (GONZALES REY, 2002, p. 56).

A pesquisa qualitativa considera o sujeito que fala e também o sentido de sua fala, sendo o diálogo a base para constituição da produção das informações para a pesquisa. A criação de um clima de confiança favoreceu com que o ouvir do vivido seja feito de forma espontânea. Desse pensamento, corroboram Bogdam e Biklen (1994) quando dizem:

um campo que era anteriormente dominado pelas questões da mensuração, definições operacionais, variáveis, teste de hipóteses e estatística alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Designamos esta abordagem por Investigação Qualitativa. (BOGDAM; BIKLEN, 1994, p. 11)

Na pesquisa qualitativa, a aquisição de dados por quem pesquisa deve dar sentido ao processo de construção, destacando as perspectivas dos entrevistados, à luz dos autores do referencial teórico. É de importância compreender os eventos da investigação sempre a partir do contexto vivido, a fim de favorecer a contextualização do recorte estabelecido.

A história oral preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial tanto a “tradicional” quanto à contemporânea e que não possuem

formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais. (GUEDES-PINTO, 2002, p. 95)

Portanto, essa metodologia de pesquisa se propôs a ouvir as vozes dos sujeitos excluídos da história, no caso das mulheres camponesas, acadêmicas do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFGD, em Dourados, Mato Grosso do Sul. Por isso, concordamos com Adorno (1985) em seu livro sobre a Indústria cultural quando destaca:

a importância do esclarecimento e do uso do método na pesquisa científica como procedimento eficaz e instrumento que amplie a compreensão e a clareza do que é pesquisado de forma positiva, onde os fundamentos teóricos tornam mais inteligíveis o entrelaçamento da racionalidade e da realidade, onde a superioridade do homem está no saber. (ADORNO, 1985, p. 3)

Para Adorno (1985, p. 5), “o saber que é poder não conhece nenhuma barreira nem na escravização da criatura nem na complacência em face dos senhores do mundo”. Nesse sentido, a importância para o conhecimento está “em obrar e trabalhar e na descoberta de particularidades antes desconhecidas, para melhor prover e auxiliar a vida, que reside o verdadeiro objetivo e função da ciência”. (ADORNO, 1985, p. 5)

Adorno (1996, p. 2) destaca a importância de na educação acontecer o processo de conhecimento, ressaltando que a Sociologia “[...] teria de se transformar, informando acerca do jogo de forças localizado por trás da superfície das formas políticas”. Essa possibilidade, no entanto, só poderá acontecer se as pessoas tiverem acesso à educação e ao esclarecimento.

Na luta e resistência na terra, as mulheres camponesas vivenciaram constantes situações de dominação, opressão e exploração pelo sistema capitalista e patriarcal, o qual utiliza seus mecanismos ideológicos para discriminar, estigmatizar, marginalizar e excluir a classe trabalhadora de seus direitos adquiridos. Esses discursos e atributos da classe dominante fazem parte do processo imposto pelo Estado que utiliza as instituições como: escola, família, meios de comunicação, exército, igrejas, para justificarem e manterem o controle da sociedade.

À medida que as mulheres camponesas adquirem consciência crítica no fazer coletivo da luta, que associado ao conhecimento acadêmico, amplia-se a resistência na terra como modo de vida, defendendo sua identidade, exigindo o respeito a seus direitos e construindo assim uma cultura democrática. Portanto, no seu fazer e viver cotidiano participam do poder político em suas comunidades, organizações, movimentos e espaços que conquistaram.

1.2 As entrevistas com mulheres assentadas e egressas da universidade

Para as entrevistas com as mulheres, dentre as 33 alunas do curso de Ciências Sociais/PRONERA, criado para atender a pessoas que vivem e produzem em áreas de assentamentos rurais, escolhemos entrevistar 20 delas.

A escolha se baseou em mulheres que vivem em assentamentos localizados em 10 municípios de diferentes regiões de Mato Grosso do Sul, situados em 15 assentamentos, onde se encontram assentadas. Os assentamentos são diversos, especialmente, na qualidade do solo, elemento fundamental para o sucesso com a produção, que, por sua vez, viabiliza ou não condições de permanência das famílias.

Para as entrevistas, elaboramos um roteiro semiestruturado, com perguntas abertas, ao qual pretendíamos aplicar nos lugares onde as mulheres vivem nos assentamentos de reforma agrária, o que nos traria maiores possibilidades para a pesquisa, visto que com esse procedimento conheceríamos seus lugares e, também, poderíamos dialogar no momento da entrevista.

Nesse formato, poderíamos construir o roteiro da entrevista entre a pesquisadora e as mulheres, como indica Manzini (1990/1991, p. 154):

Objetiva tratar do tema a partir do qual este roteiro inicial é elaborado. Ele contém perguntas relevantes, que inicialmente direcionam a entrevista, mas esta vai sendo construída e completada com o surgimento de outros tópicos e questões “inerentes às circunstâncias momentâneas da entrevista”.

Na definição de quais mulheres entrevistar, além de considerar o fato de elas se encontrarem localizadas em diferentes regiões de Mato Grosso do Sul, atentamos para: diferentes faixas etárias, definindo mulheres com idade acima de 22 anos, bem como casadas e solteiras, com filhos ou não, visto que ter filhos no contexto brasileiro, de uma sociedade patriarcal, ainda é para elas uma situação que recai a maior responsabilidade dos cuidados com as crianças, inviabilizando, por vezes, a possibilidade de se ausentarem de suas casas, sobretudo, quando a ausência ocorre por períodos longos.

São mulheres que se encontram atuando em diferentes lugares: agricultoras, professoras, agentes de saúde e outras. Analisando a relação de mulheres do curso, definimos as seguintes para as entrevistas:

Quadro 1 – As mulheres entrevistadas

Nome	Entrevista	Idade	Número de filhos	Assentamento	Município
Adriana Alves Grassieli	1	37	2	Aldeia 1	Bataguassu
Alessandra Moraes Silva	2	43	-	Assentamento 17 de abril	Nova Andradina
Alice Araújo do Nascimento	3	68	4	Sebastião Rosa da Paz	Juti/Amambai
Cristiane Paula Morais Vilas Boa	4	36	3	Itamarati	Ponta Porã
Elisandra Tomascheski	5	31	-	Itamarati II	Ponta Porã
Ivanilda Ricardo de Farias Torales	6	49	2	Rosa Luxemburgo	Sidrolândia
Ivone Fernandez	7	43	2	Ranildo da Silva	Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia
Joenilza Santos da Silva	8	35	2	Colônia Conceição	Nioaque
Lauraline da Silva Ramos	9	32	2	Santa Lúcia	Sidrolândia
Luci Dalva Maria de Souza	10	44	2	Emerson Rodriguez	Terenos
Maria de Fatima Ferreira	11	45	1	Taquaral	Corumbá
Maria Aparecida do Nascimento	12	65	4	Andalucia	Nioaque
Maria Alves Conceição	13	60	3	Colônia Conceição	Nioaque
Marli Perbelin Rodriguez	14	40	2	Nazareth	Sidrolândia
Nilda Gonçalves Nunes Rosa	15	50	2	Padroeira do Brasil	Nioaque
Rosângela Fatima Correia Ávila	16	57	4	Sebastião Rosa da Paz	Juti/Amambai
Sonia Regina Tomicha	17	52	2	São Gabriel	Corumbá
Rosana dos Santos	18	41	1	São Judas	Rio Brilhante
Rosimeire da Silva	19	52	1	Itamarati	Ponta Porã

Vilma Martins de Oliveira	20	46	3	São Judas	Rio Brillhante
---------------------------	----	----	---	-----------	----------------

Os procedimentos inicialmente propostos foram possíveis de realizar nas primeiras entrevistas, no assentamento Itamarati, cuja entrevista gravada ocorreu em dezembro de 2019 e em outras duas realizadas no início de 2020. Logo após, houve o início da pandemia do Covid 19 e com ela a recomendação para que se mantivesse distanciamento social. Isso nos levou a reorganizar a maneira de realização das entrevistas. Decidimos pelas entrevistas fazendo uso da rede social, enviando roteiro pelo WhatsApp e recebendo os áudios com as gravações dos depoimentos das mulheres. Mesmo diante das mudanças involuntárias, por meio de seus relatos, pudemos conhecer suas histórias, lutas, perspectivas e prática cotidiana, entendendo o caminho trilhado por elas nesse processo de ações, mudanças, posturas e rupturas, do seu lugar ou espaço de fala como sujeitas e protagonistas.

Procurei ter presente na interpretação e análise, os estudos e a perspectiva de King e Keohane (1994) quando enfocam que é fundamental a lógica da entrevista e que esse procedimento deve ser explicado e formalizado claramente nos métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa:

Tal trabalho tende a se focar em um ou em um número pequeno de casos, a usar entrevistas ou análises profundas de materiais históricos, a ser discursiva em seu método e a se preocupar com um relato bem-acabado e compreensivo de algum evento. Muito embora tenham um número menor de casos, pesquisadores que usam métodos quantitativos geralmente descobrem enormes quantidades de informações a partir de seus estudos. Os autores querem demonstrar que as diferenças entre as tradições quantitativa e qualitativa são apenas estilísticas e substancial e metodologicamente irrelevantes. (KING; KEOHANE, 1994, p. 4)

E as autoras esclarecem:

se entende melhor que toda boa pesquisa deriva da mesma lógica fundamental de inferência tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa podem ser sistemáticas, e científicas. Uma pesquisa histórica pode ser analítica, buscando avaliar explicações alternativas através de um processo de inferência causal válida. (KING; KEOHANE, 1994, p. 5)

Combinando com as entrevistas, fizemos uso de relatos das acadêmicas publicados no livro intitulado “Do cheiro da terra aos fios da memória” (VIEIRA; FERREIRA, 2013), uma obra que complementa as entrevistas, visto que nos possibilitou conhecer outros elementos

que compuseram a vida de nossas entrevistadas, como aquele relacionado ao sentido da terra, tema central do livro.

Além das entrevistas, fizemos análise do projeto pedagógico do curso, investigando como ocorreu a elaboração do curso e da participação dos segmentos institucionais e de movimentos sociais, um curso criado com a participação das pessoas dos assentamentos.

Analizamos, ainda, outros materiais produzidos durante o curso, dentre eles os livros, nos quais são colocadas discussões sobre a educação do e no campo, bem como resultados dos encaminhamentos com o referido curso. Foram os seguintes livros produzidos durante o curso:

Quadro2: Obras publicadas sobre o curso.

Nome do Livro	Autores	Editora	Ano Publicação
SABERES EM CONSTRUÇÃO: experiências coletivas de sem terras e a Universidade Federal da Grande Dourados;	MENEGAT, Alzira. Salete.; FARIAS, Marisa. F. L.; MARSCHNER, Walter. R. (Org.)	UFGD	2009
EDUCAÇÃO, RELAÇÕES DE GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS: um diálogo necessário	MENEGAT, Alzira. S.; TEDESCHI Losandro. A.; FARIAS, Marisa. F. L. (Org.)	UFGD	2009
DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS: um diálogo necessário;	FAISTING André. L.; FARIAS, Marisa. F. L. (Org.)	UFGD	2011
DO CHEIRO DA TERRA AOS FIOS DA MEMORIA;	VIEIRA, Juliane. F.; FERREIRA Aurea. R. A. L. (Org.)	UFGD	2013
HISTÓRIAS QUE (RE) CONTAM HISTÓRIAS: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul;	OLIVEIRA, Benícia. C. (Org.).	UFGD	2013
MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES DE DIÁLOGOS: assentamentos rurais, educação e direitos humanos;	MENEGAT, Alzira Salete & PEREIRA, Veronica Aparecida (Org.)	UFGD	2013
OLHARES SOBRE	FAISTING André. L. e	UFGD	2015

ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: os resultados da experiência do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - PRONERA/UFGD.	MARSCHNER, Walter. R. (Org.)		
---	------------------------------	--	--

Fonte: Quadro organizado pela autora.

1.3 As referências teóricas que subsidiam a pesquisa

Algumas categorias, dentre elas movimento social, gênero e campesinato, configuram-se como base para a presente pesquisa, principalmente, a de movimento social, uma categoria-chave, visto que possibilita entender a luta social das mulheres da pesquisa.

Entendemos movimento social como “atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 2004, p. 251).

Partindo do pensamento de Maria Gloria Gohn, entendemos as atuações das mulheres camponesas em redes de movimentos sociais, em virtude da amplitude de suas demandas. As redes de movimentos sociais, conforme Menegat e Faisting, podem ser assim definidos:

as redes de movimentos sociais ocorrem em situações particulares e localizadas, mas também em realidades globalizadas, podendo ser duradouras ou não, dependendo, dentre outros fatores, das formas de sociabilidade constituídas que envolvem os sujeitos e as comunidades. As sociabilidades, geralmente, são alicerçadas em relações de reciprocidade, de solidariedade e de dialogicidade. (MENEGAT; FAISTING, 2009, p. 20)

Perfazendo um percurso histórico, vemos que na década de 1980 foi criado o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), buscando a construção das identidades políticas “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”. Este movimento reivindicava direitos para mulheres, especialmente, o de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, assim como de acesso à terra e outros.

As mulheres que participavam não assumiam lideranças, pelo machismo existente, fazendo com que as mulheres fossem “coordenadoras de panelas” ao invés de companheiras de luta, como questionam Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000) no livro “Companheiras de luta ou Coordenadoras de panelas”, publicado pela UNESCO. Como em

outras regiões do país, foi na posição de trabalhadoras, na luta pelo reconhecimento da profissão e por direitos trabalhista-previdenciários daí originados, que as mulheres se reuniram, sobretudo, na segunda metade da década de 1980, no auge da elaboração da Constituinte cidadã, quando participaram de movimentos coletivos, fazendo abaixo-assinados, contendo suas pautas e enviando para representantes visando a garantir direitos¹.

Segundo Salvaro, Lago e Wolff (2013), este movimento de lutas de gênero e classe, de mulheres construindo sua identidade política “mulheres camponesas”, promoveu a unificação de movimentos autônomos rurais de mulheres e consolidou um movimento nacional chamado de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que ampliou os direitos sociais e a participação política da mulher na sociedade, e que nos anos de 1990 viria a se constituir no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC-Brasil, 2005b).

As mulheres assentadas em Mato Grosso do Sul fazem parte desse movimento de mobilização a nível nacional, que, neste contexto histórico, em seus sindicatos, organizações e movimentos sociais junto a seus familiares com muita luta conquistaram a terra, espaço para valorizar sua identidade e buscarem seus direitos.

Segundo Menegat e Farias (2009, p. 9), somente a terra não era suficiente, sendo ela fundamental, mas ela exige esforços das mulheres e de suas famílias para nela permanecerem, dentre eles a compreensão crítica da realidade, que se alargou com o Curso de Ciências Sociais/PRONERA, proporcionando a felicidade do acesso ao conhecimento universitário, como no caso de Elisandra, quando recebeu a confirmação que havia sido aprovada no vestibular, como a hoje egressa relata no livro “Do cheiro da terra aos fios da memória” : “A minha felicidade era tanta que comecei a comemorar, eu não sabia se chorava se sorria. Meus pais também ficaram muito alegres com a notícia”. (VIEIRA; FERREIRA, 2013, p. 142).

Outra categoria de importância para nossa pesquisa é a de gênero, entendido na definição de Scott (2002), no estudo das relações entre homem e mulher, e de como os traços atribuídos a cada sexo acabam por justificar socialmente diferentes tratamentos e atribuições sociais. Nessa definição, gênero não trata de um estudo sobre as mulheres, como equivocadamente divulgam alguns segmentos/grupos sociais, dentre eles, mídia e grupos religiosos, mas é sobre as relações que foram socialmente construídas para os diferentes sexos, criando dominações sobre as mulheres, pelo simples fato de serem mulheres.

Gênero é uma categoria recente no contexto da vida das mulheres dos assentamentos (assim como no tecido social brasileiro), trazida no bojo das discussões dos movimentos

¹ Podemos citar a participação das mulheres encaminhando demandas para serem incluídas na Constituinte, na “Carta das Mulheres” aos constituintes.

sociais rurais, especialmente do Movimento das Mulheres Camponesas, com pautas diversas, desnaturalizando dominações, dentre elas a violência contra as mulheres, como destaca a Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC) em sua cartilha sobre Feminismo Camponês e Popular:

O MMC tem o compromisso de romper o silêncio sobre esta luta e levar para o conjunto dos movimentos do campo a assumir o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher. Pois acreditamos que o enfrentamento a violência contra a mulher é tarefa de todos os seres humanos e de todas as organizações que pretendem transformar a sociedade em um mundo de pessoas livres e iguais. Quem luta pela transformação da sociedade não pode concordar com a violência contra a mulher, bem como o Estado deve criar mecanismos reais e concretos de enfrentamento à violência no campo e na cidade. (ANMC, 2018, p. 22)

Neste caso, as mulheres camponesas têm o estigma a elas atribuído de depreciação, por serem mulheres e por serem camponesas, em que em seus próprios ambientes de origem são desacreditadas e através de muita luta que tornaram real seus anseios e necessidades de reconhecimento para melhor viver. Entendemos que:

são vários tipos de violência que ocorrem contra as mulheres e cada uma delas atinge de forma diferenciada a dignidade da mulher. As violências podem ser físicas, sexual, moral, patrimonial, verbal, psicológica, e, na maioria das vezes elas ocorrem de forma conjunta. (ANMC, 2018 p. 21)

No meio rural, as formas de violência são pouco perceptíveis pelo sistema machista que permeia todas as relações, tornando-as naturais no caso a sobrecarga de trabalho para as mulheres, pois na distribuição do trabalho ela está na roça, lida com os animais e o trabalho produtivo que existe na unidade de produção da família. Porém, na maioria das vezes, as mulheres é que realizam o trabalho reprodutivo e de cuidados. Portanto, a elas cabe uma sobrecarga de trabalho que não é visibilizada e muito menos valorizada.

É fundamental a desnaturalização dessa dominação e o reconhecimento dessa realidade opressora, sendo de suma importância nos organizarmos para a obtenção de maior conhecimento, informação de dados, estudos e, assim, na luta poderemos superar, construindo nossos espaços de participação política que garanta nossos direitos de forma equitativa. Por isso, corroboramos com Golffman quando diz que:

as discriminações, através das quais efetivamente e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida; construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças tais como as de classe social. (GOLFFMAN, 1988, p. 8)

Essa realidade é vivida por elas, que são a grande maioria da população brasileira, são excluídas do respeito aos direitos e dignidade, tornando-se também agentes de mudança. No caso, agora com a educação universitária, que possibilita melhor compreensão da relação existente entre o conhecimento e a emancipação das mulheres trabalhadoras do campo, percebemos que a concentração de mulheres em cursos universitários, a partir de programas especiais como o PRONERA, tem contribuído para seu acesso, na luta por direitos, apesar de os problemas por elas enfrentados, tais como: distância da Universidade, casamento, filhos e a vontade de aprender e superar essas dificuldades, pois a educação é uma forma de empoderamento para a resistência na terra.

As mulheres camponesas, organizadas no MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) e em diversos outros movimentos rurais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), avançam na luta pela terra, conquistando direitos e dignidade com participação democrática sempre exigindo a paridade na atuação, em seus espaços de luta. O domínio cultural, político e ideológico, que discrimina e exclui, deve ser conhecido, enfrentado e mudado. Pode ser construído se compreendidos os mecanismos de organização, ocupação de espaços, de respeito e resistência.

A discriminação, a desigualdade, a falta de acesso dessas mulheres camponesas permeiam as informações da mídia, vendendo uma imagem depreciativa dos movimentos sociais que lutam reivindicando a inclusão. Influenciam no inconsciente coletivo da população por meio da indústria cultural para que o projeto nefasto do imperialismo se instale, havendo urgência na desnaturalização da dominação através do conhecimento desses mecanismos que só podem ser compreendidos mediante o acesso a uma educação de qualidade.

No estudo desenvolvido por Spivak (2010, p. 9), a socióloga indiana reforça com sua teoria crítica a luta das mulheres, desconstruindo e contribuindo na construção de uma prática intervencionista, engajada e contestadora. Assim, procura influenciar e alterar a forma como lemos e aprendemos o mundo contemporâneo.

Em seu artigo “Pode o subalterno falar?”, publicado em 1985, no periódico WEDGE, com o subtítulo “Especulações sobre o sacrifício das viúvas”, recebeu notória repercussão e foi republicado em 1988, com reflexões e críticas que contribuíram e delinearão os estudos pós-coloniais contemporâneos em várias áreas do conhecimento, ajudam-nos a desvendar e a compreender melhor os mecanismos de opressão a que as mulheres nas relações sociais são objeto. A crítica de Spivak (2010) “[...] de base marxista pós-estruturalista e marcadamente desconstrucionistas, frequentemente se alia a posturas teóricas que abordam o feminismo

contemporâneo, o pós-colonialismo e, mais recentemente, as teorias do multiculturalismo e da globalização”. (SPIVAK, 2010, p. 10)

Spivak nos esclarece que o termo subalterno não pode ser usado para se referir a todo e a qualquer sujeito marginalizado, mas deve ser resgatado retomando o significado que Gramsci atribui ao se referir ao “proletariado”, ou seja, aquele cuja voz não pode ser ouvida. Ela argumenta que: “[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no extrato social dominante”. (SPIVAK, 2010, p. 12).

Para Spivak, a mulher subalterna se encontra em uma posição ainda mais periférica pelos problemas referentes à questão de gênero “[...] se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. (SPIVAK, 2010, p. 14-15)²

Compreendendo que as mulheres camponesas, conforme as entrevistas, ressaltam a importância do acesso à educação que lhes proporcionou a compreensão dos mecanismos de opressão patriarcal, machista e discriminador e da importância de serem ouvidas e visibilizadas, pois elas também contribuíram na luta pela conquista e pela resistência na terra, como destacam os relatos das assentadas no livro “Do cheiro da terra aos fios da memória”, (2013).

No que se refere à luta pela conquista da terra, **ela faz parte de minhas raízes, de minha história: fui criada na roça, meu pai, um lavrador que estava sempre em busca de terra própria**, consegue comprar seis alqueires, a seis quilômetros de vila Juti, onde havia uma pequena cachoeira em que eu e meus irmãos passávamos momentos muito divertidos. Com o tempo, meu pai foi pressionado a vender as terras, pois ficamos cercados por fazendeiros interessados em comprar pequenas chácaras para ampliar suas fazendas. Meu marido também foi criado na roça e entrou na luta pela terra como forma de solução para o desemprego que enfrentava. (Alice Araújo do Nascimento. In: VIEIRA; FERREIRA, 2013, p. 63)

A luta pela terra empreendida pelas egressas do curso, no fazer das demandas debatidas e encaminhadas nos coletivos organizados dos movimentos sociais, dentre eles MST, MMC, reivindicando inserção no campo brasileiro por meio da reforma agrária, possibilitou não só a conquista dos lotes de terra nos assentamentos, mas especialmente o entendimento e a luta por direitos, especialmente, aquele de que a terra dos assentamentos não

² SPIVAK. Can the Subaltern Speak (2010, p.28).

é ganha, mas é um direito conquistado coletivamente, como expressado no dizer da egressa Maria Aparecida:

No ano de 1992, conheci o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e comecei a fazer parte. A princípio, o meu interesse era por ganhar a terra, assim como a gente que não tem conhecimento de luta social diz. Mas com o conhecimento prático, **aprendi que terra é um direito que não se ganha, se conquista com a luta de todos.** (Maria Aparecida do Nascimento. In: VIEIRA; FERREIRA, 2013, p. 224)

Consta dos livros anteriormente citados, materiais sobre o curso de Ciências Sociais que as mulheres entrevistadas egressas ampliaram seus conhecimentos com o acesso à educação, especialmente, com o curso de Ciências Sociais/PRONERA, como nos mostra uma das entrevistadas:

O que me motivou a estudar foi o desejo de adquirir conhecimento para então poder contribuir na educação dentro do assentamento. **Atualmente, atuo como Diretora em uma escola de Ensino Médio e EJA** (Educação de Jovens e Adultos no assentamento Uirapuru – Nioaque – MS) e sempre acreditei e defendi a igualdade de gênero. (Maria Alves Conceição, entrevista enviada em 07/09/20 – Grifos nosso)

O relato de Maria Alves demonstra a vontade que ela nutria pelo acesso ao conhecimento, uma conquista que passou do estágio de desejo para a concretização. Hoje atua como diretora de escola de assentamento, uma conquista que não é somente sua, mas da comunidade que pode contar com seu aprendizado e a edificação dos projetos que ela acalentava.

Bourdieu (1999, p. 7) em seu livro “A dominação masculina, sobre a eternização do arbitrário”, em seu prefácio, alerta-nos para procurar entender os mecanismos históricos que são responsáveis pela des-historização e pela eternização das estruturas da divisão sexual. Segundo o autor, seus princípios são o produto de um trabalho de eternização que vem através das instituições interligadas, como família, igreja, escola e que torna natural essa dominação nas relações entre os sexos e retira das mulheres seu papel de agentes históricos.

O autor continua nos mostrando que essas forças históricas de des-historização são importantes que se orientem no sentido de mobilização de repor em marcha à história, “neutralizando os mecanismos de neutralização da história”. Essa mobilização política coletiva de resistência para as mulheres não deveria fugir de suas preocupações e seus interesses específicos de revolta contra a discriminação simbólica. As formas de organização e ação coletivas são, para Bourdieu (1999), “[...] armas eficazes, simbólicas e, sobretudo

capazes de abalar as instituições, estatais, jurídicas, que contribuem para eternizar sua subordinação”. (BORDIEU, 1999, p. 7)

Portanto, para que isso ocorra, é necessário o reconhecimento e o entendimento dos mecanismos, possibilitando às mulheres camponesas o acesso à educação para que empoderadas possam superar o machismo e construir relações de respeito e equidade nas relações de gênero, participando nas diferentes instâncias de poder, fato que vemos sendo possível no relato de Maria Alves.

A importância do conhecimento e do reconhecimento da dominação masculina no agir é tarefa árdua, porque envolve relações cristalizadas pelo tempo, fazendo com os esforços das mulheres para não eternizar, não reproduzir essas estruturas de dominação tenha de ser contínuo, visto que a todo momento estão sendo aplicadas no tecido social, pelas instituições, famílias, igrejas, escola e Estado. Os hábitos cotidianos que tornam natural as relações de submissão da mulher são violências, especialmente, para a mulher camponesa e que muitas vezes pelo desconhecimento não encontra formas de como reagir.

Bordieu (1999, p. 46) destaca que “dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais”. O autor salienta que é possível reconhecer nas formas de agir a sistemática naturalizada de autodepreciação e autodesprezo no comportamento das mulheres. Continua dando ênfase:

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivas dos habitus e que fundamentam aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (BORDIEU, 1999, p. 49-50)

A mulher camponesa carrega esse peso que abala sua autoestima, que deve ser visibilizada não como vítima, mas sim como protagonista, adquirindo consciência e se organizando, fazendo parte da luta histórica protagonizada pelas suas ancestrais, construindo a equidade de direitos nas relações sociais. Lembrando sempre que o peso histórico é imenso, o qual perpassa todas as relações, sobretudo, quando falta consciência, conhecimento e reconhecimento para ressignificar relações de dominação, em busca de igualdade em todas as instâncias.

Nesse sentido, a importância do MMC, como destaca uma análise contida em suas cartilhas de estudo Feminismo camponês e Popular, editada pela ANMC (Associação Nacional de Mulheres Camponesas, 2018):

O MMC tem o compromisso de romper o silêncio sobre esta luta e levar para o conjunto dos movimentos do campo a assumir o enfrentamento a violência contra a mulher, contribuiu na constituição da Campanha Basta de Violência Contra Mulher da Via Campesina Internacional. Pois acreditamos que o enfrentamento a violência contra a mulher é tarefa de todos os seres humanos e de todas as organizações que pretendem transformar a sociedade em um mundo de pessoas livres e iguais. Quem luta pela transformação da sociedade não pode concordar com a violência contra a mulher, bem como o Estado deve criar mecanismos reais e concretos de enfrentamento à violência no campo e na cidade. (ANMC, 2018, p. 22).

A importância da educação no contexto social, em que o conhecimento acadêmico das mulheres camponesas tem seu lugar para ampliar e conquistar direitos e, assim, romper estruturas da dominação vigente, consiste num longo processo a percorrer na luta diária, ocorrendo nas organizações nos movimentos sociais, que através de suas ações coletivas, constroem espaços de poder e respeito na realidade cotidiana do campo e da cidade. O conhecimento contribui para a capacidade através da teoria crítica na formação social. A educação propõe alternativas de emancipação das protagonistas para que tenham uma efetiva participação política que faça respeitar e concretar seus projetos.

Nesse sentido, entendemo-as como camponesas outra categoria que adotamos no estudo, entendida com base nos estudos de Menegat (2010), quando diz que camponesa é uma dimensão política, que se traduz no fato de as mulheres se reconhecerem detentoras de um saber voltado à produção de alimentos, presentes na atividade e no que envolve para a garantia do saber-fazer, da produção e do meio onde é desenvolvida, nos lotes de assentamentos, os quais são tidos como lugares de resistência e de luta na conquista da terra. Nesse cenário, é aplicado o trabalho, produzem riquezas para alimentarem suas famílias, bem como se nutrem do sentimento em se reconhecerem como gestoras, produtoras de alimentos na reforma agrária, numa importância social de quem produz, comercializa alimentos e transforma vidas, especialmente, as suas próprias.

No entanto, nesse reconhecimento de sua atuação, elas ainda enfrentam o machismo até mesmo legitimado pelo Estado, visto que, conforme Menegat (2009), até a pouco tempo as mulheres não assumiam institucionalmente a titularidade dos lotes junto ao INCRA e aos bancos, ação desempenhada por elas quando de viuvez ou pela impossibilidade do homem. Segundo Menegat (2009):

[...] as reivindicações das mulheres possibilitaram a seguridade de direitos na Constituinte de 1988, o que lhes garantiu o acesso à terra e abriu portas para outras conquistas: Ter o nome na nota de venda do produto, ao salário maternidade, a aposentadoria e a outros benefícios que passaram a colocá-las

em uma posição de visibilidade social e produtiva. (MENEGAT, 2009, p. 249)

Segundo a autora, algumas reivindicações das trabalhadoras rurais ocorreram em 1993, dentre elas a inclusão do nome da mulher e dos filhos maiores de 14 anos na nota produtora, para comercialização de produtos. Esse ato tornou visível a presença nos lotes da condição de trabalhadoras, e como desmembramento assegurou os benefícios garantidos pela previdência social, especialmente, de poderem acessar o direito à aposentadoria, os quais até então eram destinados a uma única pessoa da família, normalmente o homem.

Em 2001, uma portaria aprovada pelo Estado ampliou a visibilidade da mulher no lote passando a ter direito de incluir seu nome no título de posse da terra. Com isso, a venda e os financiamentos bancários visando a melhorar a produção passaram também por seu consentimento, mudando, assim, sua atuação tradicional, invisibilizada na esfera da casa, para uma figura atuante politicamente. Outro avanço nas conquistas das mulheres assentadas ocorreu no ano de 2007. Conforme Ricco (2020), com a

Instrução Normativa nº 38 (INCRA, 2007), determinando entre outras coisas, a alteração de todas as normas e procedimentos administrativos que tivessem conteúdo discriminatório, a fim de garantir o direito das “trabalhadoras rurais”, estabelecendo a inclusão da mulher como primeira titular das parcelas de reforma agrária e uma linha de crédito específica para atendimento das mulheres camponesas chamada “fomento mulher”. (RICCO, 2020, p. 144)

A instrução Normativa 38/2007, emitida pelo INCRA, órgão governamental que autogestiona os assentamentos rurais, reconhece que devem ser as mulheres as detentoras em primeira instância dos lotes, entendendo que elas almejam nos lotes produzir, criar seus filhos, resistindo em sair deles quando as condições não são favoráveis.

Dessa forma, os encaminhamentos coletivos das demandas das mulheres produziram mudanças na legislação, especialmente, no que se refere à posse da terra, um primeiro passo para construir outras mudanças, principalmente, no imaginário social, que visem a reduzir as diferenças entre homens e mulheres, estas mais difíceis de serem processadas, porque remetem às dominações historicamente naturalizadas.

Nesse bojo de enfrentamentos e resistências para chegarem à terra, para nela permanecerem e lá serem reconhecidas como atuantes e detentoras de direitos, participaram também do encaminhando de outras demandas, dentre elas o PRONERA, um programa de educação na e para as pessoas da reforma agrária.

Por meio desse Programa foi criado o curso de Ciências Sociais da UFGD, destinado a atender pessoas dos assentamentos de Mato Grosso do Sul. Segundo Menegat e Farias (2010), o PRONERA contava com as mulheres em maior número no curso a fazerem “a diferença”, visto que elas rompiam barreiras, tema que trataremos na segunda parte do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

O PRONERA COMO RESULTADO DA LUTA SOCIAL NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA

Neste capítulo, analisaremos a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, o qual gestou as bases para o curso de licenciatura em Ciências Sociais na UFGD, destinado a atender pessoas de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul, durante o período de 2008 a 2012.

Para essas análises, organizamos o capítulo em quatro partes. Na primeira parte do capítulo, tecemos breves análises da estrutura agrária brasileira e, na sequência, na segunda parte, analisamos a formação de assentamentos em Mato Grosso do Sul, lugares onde vivem as pessoas com as quais dialogamos nesta pesquisa, que apontam para os elos da luta pela terra, resultando na formação de assentamentos rurais, por meio de coletivos organizados em movimentos sociais, tornando possível criar uma força social no âmbito dos assentamentos, a qual possibilitou ampliar as demandas direcionadas à permanência nos lotes, dentre elas o acesso à educação em todos os níveis. Entendemos que o PRONERA, tema da terceira parte do capítulo, foi cunhado na luta pela terra e pela permanência nela. Em seu bojo, temos a criação do curso de Ciências Sociais da UFGD, tema da quarta parte do capítulo.

2.1 Dilemas produzidos pelo modelo de estrutura agrária

Desde o período da colonização do Brasil, os povos ibéricos, na ânsia de prosperidade sem custos, com posições e títulos honoríficos, riqueza fácil, propiciaram ou conduziram a uma estrutura fundiária em que os trabalhadores do campo até hoje são expropriados da terra e do conhecimento³.

Segundo Holanda (2007, p. 47), o latifúndio agrário nasceu ao sabor das conveniências da produção e do mercado. A Europa industrializada carecia de produtos naturais, comprados dos climas quentes, fomentando a expansão do sistema agrário. Para isso, inicialmente, aprisionou indígenas, posteriormente, escravizou negros africanos e, assim, “americanizava-se ou africanizava-se”, conforme fosse preciso.

³ A disciplina *Reorganização Agrária e os novos processos produtivos*, que cursei no PPGS, no ano de 2018, contribuiu para entender o contexto histórico, econômico e social da estrutura agrária brasileira, bem como suas bases e transformações.

A estrutura da sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Os portugueses instauraram uma civilização de raízes rurais, propriedades rústicas, onde durante séculos as cidades cresciam com dependência do campo, o qual se assentava numa tríade, a saber: latifúndio, monocultura e mão de obra escrava⁴.

Com a República, mudanças políticas e comerciais foram adotadas em função do momento e domínio da terra, mas sempre tendo em vista o comércio exterior e a produção de gêneros exportáveis. No entanto, antes mesmo da proclamação da república, ainda em 1850, a terra, que segundo Martins (1998), era livre (e estava de posse do Estado), passou para uma espécie de cativo com a criação da Lei de Terra (1850), momento em que o Estado legislava os contratos de concessões de uso da terra, passando a venda da terra. Com a Lei de 1850, a terra foi tornada uma mercadoria de compra e de venda.

No entanto, como aponta o autor, esse foi um processo combinado por dentro do Estado, comandado pelas camadas sociais detentoras de latifúndio, visto que, naquele ano, havia sido instituída a proibição do tráfico de escravos, força de trabalho que movimentava a produção de riquezas no Brasil, sinalizando fragilidades para a permanência do sistema escravista (que ainda assim durou mais três décadas, até 1888). Aliado a isso, havia uma corrente migratória vinda da Europa, buscando as terras nas Américas.

Ao mudar o modelo de posse das terras no solo brasileiro, da concessão de uso para a comercialização (compra e venda), o Estado criou artimanhas para garantir a força de trabalho nas lavouras, especialmente na produção de café, fazendo com que os imigrantes, que aqui chegassem, tivessem que se submeter ao trabalho por contratos nas fazendas (nem sempre trabalho liberto)⁵, uma espécie de compensação aos latifundiários, que perderiam a renda que haviam capitalizado nos escravos, quando esses fossem libertos, o que veio a acontecer em 1888, 38 anos após a criação da Lei de Terras. Isso demonstra as resistências que vicejavam no contexto social e econômico daquele período para incorporação de novos modelos, principalmente, no qual o escravo estava deixando, lentamente, de ser a mercadoria mais importante. A terra assumiria essa função. A lentidão visava a acalmar os ânimos e a criar um cenário favorável à extinção da escravidão, por meio da garantia da força de trabalho nos latifúndios, viabilizada pelo cativo da terra, visto que seu acesso só seria possível mediante compra. Assim, as pessoas desprovidas de recursos, dentre elas imigrantes, viam-se obrigadas a vender sua força de trabalho, como destaca Martins (1994). Esse processo, conforme o

⁴ Ver obra de HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2007. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 7 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

⁵ Citamos Gaigim, um filme do cinema brasileiro sobre a vida de imigrantes em terras brasileiras, especialmente, os japoneses.

autor, possibilitou aos fazendeiros se libertarem dos escravos e não o contrário. A imigração que veio da Europa para o Brasil desde o século XIX, parte dela descapitalizada, acabou substituindo a mão de obra escrava nos cafezais. Esse modelo fez criar os meios para que o Estado assegurasse as bases para manutenção do latifúndio, a terra como riqueza que movimentava o mercado imobiliário até os dias atuais.

A mudança para a República, em 1889, proclamada pelos positivistas não mudou esse cenário, visto que a ideologia do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós, havendo negação pura de uma autoridade incomodada, confirmando o instinto de horror as hierarquias, e permitindo tratar com familiaridade os governantes, conforme nos mostram as obras de Holanda (2007) e Prado Jr. (1994).

Os autores apontam que a democracia no Brasil sempre foi um mal-entendido. A Aristocracia rural importou-a e tratou de acomodá-la onde fosse possível. Direitos e privilégios que tinham no velho mundo, alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. A democracia era uma fachada decorativa para a época, exaltada nos livros e nos discursos que perpassaram nossa formação na escola e permanece até nos dias atuais.

O Brasil manteve a estrutura fundiária concentradora, não revolucionou como outros países, pois o estado liberal agiu como mero regulador da transição de um poder agrário para um poder urbano. O campo brasileiro não se industrializou e tecnificou, pois a tecnologia chegou antes nas grandes cidades e produziu uma espécie de rolo compressor entre campo e cidade, havendo predomínio do urbano. Uma bomba de sucção, na definição de Florestan Fernandes (1979), emanando do urbano o modelo sobre o campo e colocando na dependência deste.

A dependência dentro da dependência, na definição de Florestan Fernandes, porque intensificou a dependência do campo produzindo para o mercado externo, com base na balança comercial que ditava as regras do quê e do como produzir, passando a depender também da relação com os produtos urbanos como máquinas, insumos, financiamentos bancários para viabilizar a produção. Estes últimos acessados para o campo nem sempre nele aplicados. O campo, com predomínio do latifúndio, responsável pelo abastecimento das cidades e para a exportação, num período de acomodação das relações capitalistas e de trabalho.

Com esses elementos, adentramos ao século XX, baseado na intensificação do modo de produção capitalista, na fase de monopólio, quando os recursos naturais de nosso país e a internacionalização jurídica do território, ou fração dele, foi obra de governos ditatoriais, primeiro com Vargas, e em meados do século com os governos militares. Estes estiveram no

poder brasileiro por mais de duas décadas, incentivando o latifúndio, especialmente, com programas de avanço da fronteira agrícola em direção da Amazônia, lugar de riquezas minerais. Para isso, defendiam a ideia de que era preciso “ocupar para não entregar” ao capital estrangeiro, slogan da década de 1970.

No entanto, segundo Oliveira (2013, p. 97), esta parece ser “a grande estratégia geopolítica que atravessou a relação entre os grandes grupos econômicos sediados nos países industrializados do mundo capitalista e os governos sobre tudo militares no Brasil”. Destaca o povoamento, a colonização da Amazônia como meio de legitimar a entrega daquela área a grupos estrangeiros e não ao contrário. Para isso, criou alguns poucos projetos de colonização, usados para esconder o processo de entrega territorial e com eles também suspendendo a discussão social em relação à Reforma Agrária, que havia se instituído ainda na década de 1950, com as ligas camponesas. O latifúndio continuaria firme e forte.

Os mecanismos empregados pelos governos militares favoreceram a capitalização da grande propriedade onde os créditos eram utilizados não para a produção, mas para a compra de mais terras, guardadas como reserva de valor, que no dizer de Graziano da Silva (1982) visava a adquiri-las e a deixá-las paradas, à espera de melhoria dos preços no mercado imobiliário, como ocorreu em diversos lugares de Mato Grosso do Sul.

Segundo Martins (1998), a agricultura brasileira apresentou avanços e recuos com lenta e dolorosa modernização em setores específicos, sustentada pelos subsídios governamentais, para a ocupação da nova fronteira. Nela manteve-se a preocupação em modernizar instrumentos de produção (máquinas e equipamentos diversos) sem modificar a estrutura agrária, assentada no latifúndio. Por isso, foi dolorosa, como no dizer de Graziano da Silva (1982), porque foi conservadora, modernizou sem transformar o modelo.

Segundo Martins (1998), a reprodução do capital na frente pioneira da década de 1970, em direção à Amazônia, fez com que renascessem as relações de uma nova escravidão, com a exploração dos homens, mulheres e crianças, em que a dinâmica do capital foi ditando as regras do jogo na nova fronteira. Para o autor, foi uma fronteira de degradação do outro, visto que imperou exploração, violência, escravidão, dívida e a morte, enquanto os grandes grupos econômicos beneficiados com os incentivos de crédito governamental, com objetivos geopolíticos, ocuparam grandes áreas e concentram a terra como reserva de valor.

O Estatuto da Terra, Lei Nº 5889, criado em 1973, representou a regulação e intensificação da exploração da força de trabalho. Criado pelo Estado garantiu o poder político da classe dominante sobre a terra, expulsando o trabalhador rural e retirando seus direitos.

Segundo Silva (1999, p. 67), “regularam a expulsão e legitimaram a posição de volante do excluído da lei pela lei”. A Reforma agrária no regime militar esteve nos projetos de colonização, só aplicados nas zonas de tensão, e houve um recrudescimento e concentração da terra e a dominação política em troca da modernização agrícola. Em nome da modernização agrícola no campo, expulsou-os da terra, desenraizou-os da sua cultura e expropriou-os, produzindo efeitos negativos nas relações sociais. A lei reduziu estes homens e mulheres à exclusão e uniu as diferentes categorias de trabalhadores rurais negando sua identidade.

Com a abertura política em fins do período militar, na década de 1980, houve uma intensificação dos movimentos sociais com grandes mobilizações, questionando o modelo agrário, concentrado no latifúndio que se tecnificava e colocava para fora arrendatários, parceiros, boias frias, dentre outras categorias de trabalhadores do campo. A efervescência das mobilizações, tanto rurais como urbanas, gestava as bases para a pauta do projeto de reforma agrária.

Em 1985, foi promulgado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, em meio a negociações que encolheram o alcance de seu planejamento, na dimensão que os movimentos almejavam, contemplando com terras apenas uma parte dos demandantes. Com isso, os acampamentos de sem-terra permaneceram ao longo do território brasileiro, fato que fez com que as mobilizações fossem mantidas. Associada à demanda por terra, havia outras necessidades nas áreas dos assentamentos criados, dentre elas fomento agrícola, atendimento saúde, acesso à educação, dentre outras demandas, as quais mantiveram o coletivo organizado no questionamento, levando o Estado a instituir o II Plano Nacional de Reforma Agrária, na década de 1990. Não é à toa a criação e a permanência dos movimentos sociais no cenário brasileiro, como o MST e a CPT, com mais de 30 anos de atuação desde sua criação e ainda atuante, em virtude da demanda ainda não ter sido atendida.

Cabe ressaltar que antes mesmo, em 1988, com a Elaboração e Promulgação da Nova Constituição, a bancada ruralista composta e representada pelos diversos setores do agronegócio utilizou-se de uma estratégia para impedir a execução sumária da Reforma Agrária, em que as terras devolutas eram passíveis de desapropriação. Porém, deixou esta lei sem uma regulamentação. Somente em 1993, após muita pressão política dos Movimentos Sociais, com ênfase na tensão provocada pelo MST, houve a aprovação da Lei 8. 629 a qual deu início à regulamentação para a desapropriação de terras.

O fato é que a questão agrária não foi resolvida com os planos de instalação de assentamentos, nem posteriormente aos dois Planos Nacionais de Reforma Agrária, visto que

foram implementados como projetos de grandes proporções de distribuição de terras, soando mais como alarido da mídia, mas na prática havia enormes lacunas, porque não levou em conta o grande número de trabalhadores sem-terra. Houve, em sua maioria, regularizações de posse e não desapropriação de novas áreas de terras para criação de assentamentos.

As regularizações de posse são mais fáceis de serem consolidadas, visto que dependem apenas do reconhecimento jurídico do estado, sobre determinada área já ocupada por pessoas, sem que estas possuíssem posse jurídica. Já as desapropriações de terras para criação de assentamentos requerem um processo mais longo, havendo necessidade de definir que área o Estado adquirirá para a formação de assentamento, o que implica em compra de terras de particulares, aliada à seleção de famílias a assentar. Um processo lento e oneroso até a etapa final, do assentamento das famílias. Por isso, concordamos com a pesquisa de Ricco (2020) quando diz que o Estado criou assentamentos, mas o fez nas franjas do latifúndio, usando de terras de suas bordas, sem mexer na composição de sua estrutura:

[...] os assentamentos rurais acabaram sendo criados nas “franjas” do latifúndio, em outras palavras, no residual ou no descarte, ou seja, naquelas terras que não mais lhes traziam serventias. Nelas foram sendo assentadas famílias para desenvolverem a produção de alimentos básicos onde nem sempre é possível, a não ser através de muitos investimentos, recursos estes que essas famílias não dispõem, sendo este fato explorado maliciosamente pela mídia e pela elite ruralista para desacreditar a política agrária, quando são as decisões governamentais que induzem esta situação. (RICCO, 2020, p. 65)

Desse pensamento, corrobora Menegat (2009) quando diz que:

Os assentamentos não devem ser enquadrados na lógica estatal, sendo vistos unicamente pelo viés político, que busca comprovar ou negar os resultados econômicos da reforma agrária, tendo como princípios o sucesso e o insucesso, excluindo os assentados do debate em que deveriam ser os atores principais. Se as famílias beneficiadas no novo lugar conseguirem nele, ao menos, garantir a subsistência de seus membros, isto já representa um ganho, uma vez que asseguram para os seus uma vida sem fome, portanto, digna. Assim, pensaremos o assentamento partindo da ótica do assentado, que traz, como principal aspiração, alimentar sua família e propiciar-lhe uma vida segura. (MENEGAT, 2009, p. 181-182)

No processo de formação de assentamentos, especialmente em Mato Grosso do Sul, houve falhas no fomento para a permanência e com isso os problemas com a falta de infraestrutura, fomento agrícola, entre outros elementos necessários para a instalação de famílias, os quais contribuíram para a volta da terra às mãos do latifúndio e dos grandes grupos econômicos.

Segundo Silva (1999, p. 33), houve uma relativa debilidade das transformações capitalistas na agricultura, em que o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico. Em nossa história, sempre houve pressões para reformas sociais e políticas vindas da organização e resistência dos trabalhadores rurais, uma relação permanente de conflito entre proprietários e trabalhadores.

Para Ferrante (2008), a Reforma Agrária sempre foi uma demanda dos movimentos sociais, porém o Estado brasileiro em relação à sua implementação foi omissivo. No entanto, com a criação do MST, segundo Mançano (2008, p. 1-2), a luta pela terra avançou alheia à existência ou não de um Plano de Reforma Agrária, com ocupações e resistência na terra. As marchas foram os meios usados para pressionar o Estado na realização de políticas públicas prometidas e se desdobraram conforme a correlação de forças entre movimentos sociais e governo.

Conforme o autor, o Estado tem excluído os Movimentos Sociais nos processos de elaboração de políticas públicas e direitos básicos de cidadania, tratando a questão agrária somente como políticas conjunturais conforme a força e o poder de mobilização dos camponeses para amenizar os conflitos. A postura se deve ao controle político do Estado pelos ruralistas que querem impedir o desenvolvimento da agricultura camponesa. Com isso, o monopólio político determinou as condições para a modernização da agricultura e a manutenção da estrutura fundiária concentrada, impedindo com seus mecanismos o acesso à terra aos camponeses.

Segundo Mançano (2008), as experiências construídas pelos camponeses em diferentes períodos históricos foram referência e base para o modelo de estrutura organizativa do MST. O modelo é organizado em escala local, regional e nacional e tem um processo de formação permanente de suas lideranças. Em seu processo de formação e aprendizagem forma coordenações e direções coletivas como instâncias políticas de decisão, autonomia, disciplina e respeito, separando a luta econômica da luta política em sua organicidade, com vínculos entre a base e a direção do mesmo. Tem sua lógica construída na práxis com componentes de indignação e revolta. A participação produz consciência e identificação com a luta, e a concepção da qual a terra é de trabalho, não de negócio e exploração, como o relato de uma de nossas entrevistadas:

A nossa luta não é só pela conquista da terra, mas lutamos também por uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa trajetória de ocupações e mobilizações que visam chamar atenção das autoridades e sociedade, temos

vitórias e derrotas. Na maioria das vezes, as reivindicações não são atendidas e as soluções oferecidas pelo governo não são satisfatórias. Nessa longa caminhada muitos companheiros ficaram pelo caminho. Não conseguiram realizar o sonho de ter o seu pedaço de chão. Infelizmente o sonho de ter um lugar ao sol esbarra nos interesses de pessoas gananciosas que não têm escrúpulos e não se importam em derramar sangue e fazer outras atrocidades para manter o poder e o monopólio sobre os menos favorecidos. Mas não nos deixamos abalar, a luta continua. **Mantemos a esperança de construir uma sociedade melhor onde a solidariedade e a cooperação são os princípios fundamentais.** (Ivanilda Ricardo de Farias. In: VIEIRA; FERREIRA, 2013, p. 165 – Grifos nosso)

A egressa Ivanilda compunha o quadro dos movimentos sociais, defendendo a demanda por terra na reforma agrária, bandeira que a levou ao assentamento, defendendo espaços de produção e de vida digna, amenizando estruturas excludentes. O MST cria espaços de socialização política, de comunicação, interação e resistência, articulando alianças na sociedade para obter apoio político e econômico, defendendo em integrantes a consciência de direitos e a reação para buscar superar a condição de expropriação e exploração. Constroem espaço de luta e resistência e transformam o território (Assentamento) para recriação e continuação do trabalho para a Reforma Agrária, aspectos que vemos nas falas de nossas entrevistadas, as quais em sua maioria constituíram o coletivo dos movimentos sociais. A segunda entrevistada do Quadro1 apresenta o que significa para ela o MST:

Então o movimento, a gente veio para isso, para contrapor esse sistema, para falar: **‘não, nós temos direito a terra, nós temos direito a escola, nós temos direito a comer melhor, nós temos direito até lazer, nós temos direito a frequentar uma faculdade’.** Então foi no movimento que eu aprendi isso né? Eu sempre falo assim quando eu falo do Movimento, que antes do Movimento eu não existia, e a partir do Movimento a partir de **entrar no Movimento, de entrar numa coletividade de questionamento do sistema, eu passei a existir. E eu acredito que é assim, que quem tá fora de um movimento, que tá fora de uma comunidade, que questiona o sistema, não existe** é uma pessoa que simplesmente não existe, não tem uma identidade de luta (Alessandra Moraes Silva, entrevista realizada em 17/12/19 - Grifos nosso)

O MST defende ocupação de áreas, resistências, conquistas, fim do latifúndio, amplitude da luta pela Reforma Agrária como condições essenciais para a construção da democracia. A criação de sua cultura no processo de territorialização delineou e consolidou a estrutura organizativa cuja forma mantém o MST até o momento. O conjunto de ações com formação permanente de lideranças fortaleceu sua organicidade e garantiu a territorialização do Movimento, criando autonomia política e uma cultura de resistência camponesa.

A estrutura organizativa é um processo que vai se transformando no seu próprio movimento, na amplitude do informal e do formal, possibilitando que o trabalho se desenvolva em todas as dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas, destacando-se pela sua versatilidade e flexibilidade.

Para o MST, a ocupação, a resistência, a conquista da terra ampliam a luta pela reforma agrária que são condições essenciais para a construção da democracia. As mudanças da conjuntura política e econômica nacional e internacional foram significativas, com o avanço das políticas neoliberais, desemprego estrutural, desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores, como também a privatização de grande parte de empresas estatais, que provocaram um enorme refluxo dos movimentos sociais, como nas análises de Mançano.

A partir do início da década de 1990, a questão agrária passou a ser constituída de novos elementos. O latifúndio deixou de ser o principal problema para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Agora, o agronegócio com toda sua potencialidade tornara-se um dos principais desafios para a luta pela terra e para a reforma agrária. Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Foi uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio. (MANÇANO, 2008, p. 18)

No entanto, é inegável a ação das representações do latifúndio e de sua representatividade no Congresso Brasileiro, investindo na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir que se espalhe esta prática de luta popular. O controle da propriedade da terra é um de seus trunfos, pois sua lógica é rentista. Através da mídia demoniza os Movimentos Sociais que permanentemente ocupam a terra, a cada ano.

Dessa forma, segundo Mançano (2008, p. 19) a questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado principalmente pela renda capitalizada da terra provoca a diferenciação do campesinato em diversas categorias e conseqüentemente sua destruição e recriação.

Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte de sua lógica e de sua vida, é, portanto, insuperável. Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo. Essa compreensão do processo é denominada de paradigma da questão agrária. (MANÇANO, 2008, p. 19)

Os dilemas na estrutura agrária foram minimizados pelo estado brasileiro, fazendo uso de estratégias que minimizam pontualmente os conflitos. Podemos citar como exemplo a

força política, criando novos conceitos como o da agricultura familiar para substituir o conceito de agricultura camponesa, ou agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista, gerando uma compreensão linear do desenvolvimento da agricultura e resultando na a criação de novos movimentos camponeses, denominados movimentos de agricultores familiares. Essa se configura como a arte de dividir para ganhar politicamente, como destaca Mançano (2008):

Ainda, desde esse ponto de vista, a compra de terras por meio de políticas tipo “Banco da Terra”, como o apoio do Banco Mundial, pode ser uma saída para o problema agrário. Outras políticas agrícolas determinadas pelo mercado e integração ao capital, por meio do agronegócio, incorporando a “agricultura familiar” passaram a ser bem vistas por diversos setores da esquerda e da direita, fazendo parte também dos discursos de parlamentares do PT. Desde a vitória de Lula, a mídia nacional, compreendida pelo jornal O Estado de São Paulo, pela Folha de São Paulo, O Globo, e Jornal do Brasil, ainda pela revista Veja e outros periódicos semanais, vem explorando os princípios do paradigma do capitalismo agrário, tentando pautar as políticas governamentais. Com essa tremenda força política, tenta-se impedir que a realidade do campo brasileiro apareça como de fato é: com uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e em intensificação; com o aumento de famílias acampadas nas beiras das estradas e dentro dos latifúndios; com o empobrecimento dos camponeses, com o aumento da expropriação e exclusão. O que a mídia nacional procura mostrar é o aumento do conflito, mas não apresenta suas causas. (MANÇANO, 2008, p. 20)

Dessa forma, percebemos que o Estado sempre atuou a reboque dos movimentos camponeses. O MST tem conseguido apenas mudanças conjunturais e não estruturais, pois foram poucas as mudanças na Estrutura Fundiária Brasileira que revelam a complexidade da questão agrária. O protagonismo do movimento camponês em defesa de direitos frente à potência do agronegócio conseguiu poucas conquistas, revelando o poder da agricultura capitalista em controlar governos para realizar seu modelo de desenvolvimento controlando e anexando territórios. Assim, mantém-se o modelo da grande propriedade no território brasileiro, como o meio ideal de produção de alimentos.

2.2 Os assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul

Segundo Mançano (1999), estiveram presentes em nossa história as lutas camponesas. Os conflitos sociais fazem parte deste contexto, marcando nossa história em que as ocupações de terras pelos movimentos sociais foram e são ações de resistência diante da intensificação da concentração fundiária, contra a exploração na busca de um pedaço de chão

como terra de trabalho com o objetivo de ter uma condição de vida digna e uma sociedade justa.

Para Mançano (1999), a luta pela reforma agrária foi sendo construída no caminho, na história do Brasil, onde os Camponeses enfrentaram os coronéis, latifundiários e grileiros e, também, o Estado, quando este representava a classe dominante e quando esta mesma classe construiu ditaduras para manter seu poder. A resistência camponesa no percurso de suas lutas se manifestou com ações distintas que representavam o seu contexto social vivido.

Desde meados do século XX, nas diferentes regiões do país, houve contínuos conflitos de luta pela terra organizados por posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, colonos, que junto às lutas dos trabalhadores assalariados desenvolveram um processo de organização política através de reuniões, encontros, congressos, etc. Para Menegat (2009), o Mato Grosso do Sul é considerado um lugar de solo fértil e favorável ao desenvolvimento agrícola.

Durante a década de 1970, no então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, deu-se a expropriação de pequenos proprietários já instalados, que desenvolviam a agricultura de subsistência. Com a instalação e a expansão do novo explorador, aumentou na região seu poder econômico e político sobre os demais produtores, especialmente os posseiros e os pequenos produtores, que se viram cada vez mais pressionados para deixar a posse de suas terras e acabaram sendo forçados a vender suas propriedades aos novos colonizadores, buscando o Paraguai como alternativa (PEREIRA,1997). Isso provocou um aumento da concentração fundiária; a agricultura passou a ganhar no estado, características de monocultura, baseada principalmente nas grandes lavouras de soja; houve também o alargamento das áreas destinadas à criação de gado, levando à mobilidade espacial de segmentos da população rural que não conseguiram ser absorvidos pelo novo processo. (MENEGAT, 2009, p. 35 - 36)

Em sua análise de dados fornecidos pelo IBGE, Menegat (2009) salienta que em Mato Grosso, nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu a expansão das grandes lavouras destinadas às pastagens, intensificada na década de 1980 com a modernização da Agricultura, quando ocorreram relações de expropriação e exploração dos trabalhadores que viviam no Mato Grosso do Sul. No dizer da autora, “[...] a colonização em Mato Grosso do Sul: deu-se a apropriação da terra pelo capital com objetivo único de especulação, transformando a terra em terra de negócios e não em terra de trabalho”. (MENEGAT, 2009, p. 37)

Segundo a autora, além desses fatores:

O Estado para beneficiar grandes grupos colonizadores e o desenvolvimento de novas áreas criou diversos programas na década de 1970, como: o

Programa de Desenvolvimento do Pantanal Mato Grossense (PRODEPAN) e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Polo-Centro), que motivaram o incremento de lavouras de cereais dos latifúndios e os destinados à criação de gado de corte. Assim foram sendo ocupados os “espaços vazios” pelo capital, até então ocupados pelas comunidades indígenas existentes em Mato Grosso do Sul. (MENEGAT, 2009, p. 37-38)

Neste período, também ocorreu a divisão do então Estado de Mato Grosso, criando duas unidades político-administrativas: o Mato Grosso, ao norte, e o Mato Grosso do Sul. Conforme Menegat (2009):

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, e foi instalado em 1º de janeiro de 1979, com uma área de 358.158,7 quilômetros quadrados, o que representa 22% da Região Centro-Oeste e 4% do território nacional. Atualmente encontra-se dividido em 77 municípios e tem como capital Campo Grande. Conta com uma população de 2.075.275 habitantes, dos quais 1.744.404 residem na zona urbana e 330.871 encontram-se localizados na zona rural (cf. IBGE – Censo Demográfico de 2000). Do total de seus 35,8 milhões de hectares, 1,4 milhões são utilizados para agricultura; 15,7 milhões com pastagens plantadas e 6,0 milhões com pastagens naturais, estas encontradas principalmente na área pantaneira; 5,6 milhões com matas naturais; 181 mil com mata plantada e 403 mil com área produtiva, mas não utilizada (cf. IBGE – Censo Agropecuário de 1995). (MENEGAT, 2009, p. 38)

Para Menegat (2009), a criação do novo estado não trouxe nenhuma mudança na sua estrutura fundiária, visto que se considerarmos os anos de 1979 a 1985 desde a implantação do Estado até a criação do Programa Nacional de Reforma Agrária, foram poucos os projetos de colonização criados, apenas os que eram para solucionar a situação de famílias ribeirinhas atingidas pela implantação de usinas hidrelétricas. A questão agrária em Mato Grosso do Sul assumiu outra dimensão em meados dos anos de 1990, “quando se intensificaram as políticas de divisão de terras motivadas pelas pressões dos movimentos sociais organizados”. (MENEGAT, 2009, p. 41). A autora continua dizendo:

Foi nessa emergência de lutas que surgiram os mais diversos movimentos sociais no estado, questionando a estrutura agrária vigente, pressionando e exigindo o início do processo de divisão de terras. A divisão foi iniciada como uma forma de acalmar os ânimos dos movimentos organizados e também para atender à implantação do Projeto Nacional de Reforma Agrária. Assim, em meados da década de 1980, Mato Grosso do Sul se lançava, ainda de forma tímida, como a maioria dos estados brasileiros, na reforma de sua estrutura agrária. Havia a necessidade de reassentar famílias que perderam suas áreas quando da criação de usinas hidrelétricas e encontravam-se acampadas em Mato Grosso do Sul, e aliado a isso, havia os brasiguaios que retornavam ao Brasil, além dos arrendatários que foram expulsos do campo. Foram criados então os assentamentos Sucuriú, em

Costa Rica; Urucum e Tamarineiro I, em Corumbá; Retirada da Laguna, em Guia Lopes, todos constituídos para abrigar especialmente 875 famílias de ribeirinhos, desalojados de suas propriedades quando da construção da Usina de Itaipu, localizada no estado do Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, a partir de meados da década de 1980, o Estado iniciou o primeiro Programa Regional de Reforma Agrária (PRRA) e essa intervenção se deu especialmente pelas pressões dos movimentos sociais organizados. (MENEGAT, 2009, p. 45)

Menegat indica que os primeiros projetos de caráter emergencial implantados em Mato Grosso do Sul enfrentaram problemas, uma vez que foram criados em áreas de terras fracas, mais propícias à pecuária do que ao cultivo agrícola de subsistência necessário às famílias. Vejamos os números de assentamentos que ocorreram no Mato Grosso do Sul desde o início do Plano Nacional de Reforma Agrária, até o ano de 2013, quando foi criado o último assentamento no estado.

Quadro 3: Assentamentos criados em Mato Grosso do Sul

Tipos de Assentamentos	Quantidade
Projeto de Assentamento Federal – PA	189
Projeto Assentamento Estadual – PE	8
Projeto de Assentamento Casulo – PAC	1
Projeto de Reassentamento por Barragens - PRB	5
Total	203

Fonte: RICCO (2020, p. 129) Dados organizados pelo autor com base nas informações do SIPRA/INCRA – 2019.

O estudo de Ricco é fundamental para entendermos o jogo de forças que se estabelece em Mato Grosso do Sul, no que o autor denominou de entraves, envoltos às seguintes questões:

A política agrária em Mato Grosso do Sul tem passado por diversas situações que a impedem de servir como um instrumento eficaz de democratização do acesso à terra e de diminuição da pobreza no campo. Esses entraves decorrem não somente das dificuldades técnicas e das questões políticas mas, principalmente, da industrialização da atividade agropecuária, que apesar de promover o crescimento econômico do estado, vem monopolizando a política agrícola governamental, promovendo a degradação ambiental, a manutenção da concentração fundiária, a diminuição da oferta de terras e o encarecimento do preço das propriedades rurais passíveis de aquisição para reforma agrária, dificultando a criação de novos assentamentos. (RICCO, 2020, p. 86-87)

A cadeia favorável na produção do agronegócio é, para Ricco, um dos principais entraves no avanço da reforma agrária, visto que as terras alcançaram preços consideráveis, o que torna onerosa a desapropriação, bem como não há disponibilidade de terras devolutas visando à formação de assentamentos, como destaca o autor:

[...] 93,30% da área total de MS, ou seja, 33.329.153,000 hectares estão cadastrados junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, portanto, tem registro de propriedade. Dessa forma, se ainda existem terras devolutas no estado estas estariam no percentual de 6,70% do restante da área total que ainda não foram registradas. (RICCO, 2020, p. 84)

Ricco apresenta uma tabela na qual demonstra esses dados, conforme reproduzimos abaixo:

Quadro 4 - Imóveis Rurais Cadastrados em MS – 2018

Área Total do Estado (ha)	Percentual	Área Registrada (ha)	Percentual	Áreas não registrada (ha)	Percentual
35.718.033,000	100%	33.329.153,000	93,30%	2.388.880,000	6,70%

Fonte: Ricco (2020, p. 84) - informações organizadas por Ricco, com base no sistema do INCRA/SNCR

O fato é que as dificuldades para a criação de novos assentamentos se intensificaram nos últimos anos, período em que o estado não tem demonstrado nenhum interesse em direcionar esforços para efetivar mudanças. Ao contrário, tem empreendido fomento para o agronegócio, um sistema que, no estudo de Ricco, citando Mendonça, abrange uma cadeia de setores econômicos, sendo o agronegócio adotado para:

[...] definir o processo de industrialização da agricultura, abrangendo toda a cadeia produtiva da atividade agropecuária como o setor de insumos (agrotóxicos, fertilizantes, sementes, máquinas agrícolas), da agricultura, da indústria de alimentos e fibras, da distribuição por atacado e varejo, além de embalagens, transporte, combustíveis, armazenamento, concessionárias de rodovias e serviços portuários. (MENDONÇA, 2013, p. 140 *apud* RICCO, 2020, p. 86)

Mesmo diante de condições desfavoráveis, foram criados diversos assentamentos em Mato Grosso do Sul, os quais, conforme Ricco, compreende que:

Apesar de todos os problemas e entraves acima descritos foi possível a criação de 203 Projetos de Assentamentos em MS em um total de 7.118,52 hectares, o que corresponde a 2,44% da zona rural do estado, onde vivem e trabalham 31.876 famílias ou aproximadamente 127.504 pessoas, segundo estimativa baseada na média de 4 habitantes por domicílio rural divulgada

pelo IBGE (2010), o que corresponde a 36,25% da população rural do estado. (RICCO, 2020, p. 120)

As mulheres da pesquisa fazem parte das comunidades desses assentamentos. Neles famílias iniciaram ou retomaram a produção de alimentos, que em suas histórias relatam a luta para chegarem aos lotes dos assentamentos que vivem nos dias atuais.

As mulheres que foram entrevistadas também contam suas histórias e trajetórias no Livro “Do cheiro da terra aos fios da memória”⁶, organizado pelas professoras Juliane Ferreira Vieira e Áurea Rita de Ávila Lima Ferreira (2013) Entre os relatos de vida, destacamos alguns que tratam do sentir e do pensar em relação à terra, como o relato que apresentamos abaixo na busca, o qual demonstra terra como centralidade da trajetória:

Foi no acampamento que senti mais de perto a minha dor, a dor do outro, a do companheiro e da companheira. Partilhávamos o pão e a vida. Desde o início, pude participar de encontros, mobilizações e atividades que me proporcionavam muito prazer em estar lá, lutando por minha família e por uma família maior: eu não era só mais um acampado, eu era um Sem Terra, um MST. Passei a me orgulhar da bandeira vermelha hasteada no acampamento, fortalecendo a mística existente dentro de cada um daqueles que ali se dispunham a lutar pelo mesmo ideal. Aquele novo mundo era agora o meu mundo. Cada rosto sofrido, cada lágrima, cada riso eram também meu rosto, minha lágrima, meu riso. (Luci Dalva Maria de Souza. In: VIEIRA; FERREIRA, 2013, p. 188 - Grifo nosso)

A fala de Luci Dalva expõe a importância no reconhecimento e identificação com o MST, sua bandeira e mística, do sentir-se parte na luta coletiva pela terra onde a necessidade da Reforma agrária cria relações de compromisso, partilha, solidariedade, comunidade, ampliação da luta por outras demandas através da pressão organizada de ações construídas nos encontros e mobilizações. Estas delineiam a caminhada de construção de uma sociedade mais justa e igualitária que respeita a vida, o acesso à terra para produzir alimentos para saciar a fome, propiciando dignidade e criando espaços de viver bem.

Essa é também a trajetória relatada por Rosangela, em sua história publicada na obra “Do cheiro da terra aos fios da memória”, que se junta com as histórias de seus colegas de curso, parceiros nos encaminhamentos de luta por terra em anos anteriores, que no curso encontraram sonoridade.

Foi também nessa fase de minha vida que passei a me envolver com acampamentos, no trabalho no campo eu convivia com muitos “boias-frias” que eram acampados. Senti curiosidade e **passei a sentir necessidade de**

⁶ Neste livro, as acadêmicas e os acadêmicos sem terra relataram suas histórias, de modo que cada um tem um capítulo escrito por eles.

obter mais informações sobre essa classe de pessoas tão marginalizadas pela sociedade, qual não foi a minha surpresa quando descobri que eu também era uma sem-terra. A partir dessa descoberta, o próximo passo foi ir ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e fazer minha filiação para então ter um órgão que me representasse legalmente frente à sociedade. Alguns meses depois recebemos a visita do INCRA para fazer nosso cadastro. Íamos para o barraco apenas nos finais de semana, mas em pouco tempo nos mudamos definitivamente para o acampamento, não me sentia bem ficando em uma casa com conforto enquanto o restante dos companheiros morava no acampamento, onde não tinham o mínimo necessário para viver com dignidade. Assim, no acampamento poderia contribuir mais com o grupo. Nosso acampamento chamava-se Vinte de Janeiro era composto por 550 famílias, pertencia à FETAGRI e se localizava na área urbana do então recente assentamento São Luís em Batayporã. Ali permanecemos por três anos; fizemos várias ocupações, fomos despejados inúmeras vezes, mas jamais desanimamos, enfrentamos juízes, polícia e até uma tropa com mais de cem soldados. (Rosângela Fátima Correia Àvila. In: VIEIRA; FERREIRA, 2013, p. 281 - Grifo nosso)

O envolvimento e a convivência com a realidade dos boias-frias que já eram acampados e estavam na luta pela terra fizeram Rosângela ter consciência de sua condição de sem-terra, uma descoberta que a move para ações como a de ir ao sindicato, filiar-se para incorporar-se à luta por terra. O desencadear de ações antes impensadas de ocupar, ser despejada, não desanimar, continuar na luta enfrentando o aparelho repressor estatal: juízes, polícia etc, a moveu na caminhada. Com consciência de que a terra se conquista na luta, ação conjunta nos movimentos sociais que protagonizam e pressionam o Estado para que se efetivasse a reforma agrária, seguiu ela até chegar ao assentamento. Foi uma chegada em um ponto onde a luta estava só começando, pois era necessário empreender outras tantas, dentre elas pela educação como direito, que a levou até o curso de Ciências Sociais da UFGD.

Corroboramos com Menegat e Faisting (2011, p. 35) quando dizem que os assentamentos “são espaços que abrem possibilidades de inserção de pessoas excluídas do processo agrícola brasileiro e que se encontram perambulando por diferentes lugares, criando condições de empoderamento de pessoas”.

Os relatos sobre a luta por um pedaço de chão revelam o sofrimento, a exploração da força de trabalho camponesa, a reflexão, a consciência do sentir-se sem-terra na longa caminhada para conquistá-la nos acampamentos, despejos, mobilizações, com vitórias e derrotas. As atrocidades praticadas pelo poder e ganância do latifúndio, sempre impune e com um Estado conivente, não abalam os sonhos de ter um pedaço de chão, como terra de trabalho para uma vida digna e a construção de uma sociedade justa e igualitária. O aprendizado na caminhada que constrói laços de companheirismo, partilhas, colaboração e solidariedade

sempre presentes na ajuda a outras lutas. O sentir-se parte de um movimento social que tem uma organização, uma mística, que na vivência diária os fortalece e prepara para outras lutas e demandas, especialmente, a consciência do direito, como entendimento expresso por Maria Aparecida, outra aluna do curso, quando relata que: “terra é um direito que não se ganha, se conquista” (Maria Aparecida. In: VIEIRA; FERREIRA, 2013, p. 224).

A consciência do direito à terra, mesmo diante de todos os problemas e desafios que a luta pela terra exige de seus demandantes, vencidos ou não, trazem a resistência e o entendimento da conquista de direitos, juntamente com a esperança de dias melhores, o que pode ser exemplificado com o acesso à educação superior no Curso de Ciências Sociais/PRONERA. São as mulheres desse grupo que hoje continuam contribuindo com a educação em seus assentamentos.

2.3 A criação do PRONERA: Contribuições para a educação do e no campo

Segundo Molina, Santos e Jesus (2010), na introdução do livro “Memórias e Histórias do PRONERA”, a criação do PRONERA consistiu num programa que fez a diferença no âmbito do processo educacional, nos diferentes níveis, para as pessoas dos assentamentos:

Dentro deste contexto de luta e resistência camponesa, o PRONERA foi gestado no I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, em 1997, para celebrar os dez anos do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e produzir um balanço dos resultados obtidos nos diferentes níveis de escolarização, até então desenvolvidos. Identificou-se naquele Encontro a existência de dezenas de universidades envolvidas com o tema da Educação na Reforma Agrária. Porém, a maioria dos trabalhos estava sendo feita isoladamente. Era necessário construir uma articulação entre o conjunto de parceiros, para enfrentar o desafio de fazer avançar a escolarização nos assentamentos, cujos índices revelados pelo I Censo Nacional da Reforma Agrária, concluído em 1996, eram extremamente baixos. A partir daí, começaram a se construir as articulações e lutas que viriam a resultar na criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Depois de um longo e tenso processo de negociações, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária foi instituído em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98, do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária. (MOLINA, JESUS, 2010, p. 29 - 30)

O PRONERA, conforme as autoras, foi possível de ser encaminhado devido às demandas apresentadas pelos movimentos sociais rurais, que desde a década de 1990 questionavam o alto índice de analfabetismo nas áreas de assentamento em todo o país, o que

levou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a iniciar a luta por uma educação do campo através de uma proposta político-pedagógica específica, que tivesse os referenciais do campo.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) institui-se nesta perspectiva abordada por Fernandes (2003): “[...] uma política pública de Educação do Campo instituída no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e executada pelo INCRA para os beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária e do Crédito Fundiário”. (FERNANDES, 2003, apud LACERDA; SANTOS, 2010, p. 23)

Para Lacerda e Santos (2010), o PRONERA consistiu num programa que

tem como objetivo geral fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir com a promoção do desenvolvimento, resgatando e religando dois mundos historicamente apartados, quais sejam o mundo escolar/acadêmico e o mundo rural. Atua na perspectiva da ampliação das condições que fazem a consolidação da democracia. Nos seus objetivos específicos, propõe-se a garantir a Alfabetização e a Educação Fundamental de jovens e adultos; garantir a escolaridade e a formação de educadores e educadoras para atuar na promoção da educação nas áreas de Reforma Agrária; garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos professores e educadores de Jovens e adultos (EJA) e do ensino fundamental e médio nas áreas de Reforma Agrária; garantir aos assentados(as) escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento; organizar, além de produzir e editar materiais didático-pedagógicos necessários a esse processo. (LACERDA; SANTOS, 2010, p. 23)

E as autoras ressaltam ainda que o:

[...] Brasil tem uma população de 906.8784 famílias assentadas, uma média de 3,5 milhões de pessoas vivendo em territórios rurais conquistados para a Reforma Agrária. Cerca de metade dessa população tem idade entre 11 e 40 anos, portanto, uma população jovem, em pleno potencial intelectual e laboral. Porém, no tocante à educação, persistem os altos índices de analfabetismo (uma média de 15,5% de não alfabetizados) e os baixos níveis de escolaridade da população jovem e adulta, especialmente nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio (este último, assegurado para apenas 6% da juventude, dos quais, menos de 1% teve acesso ao Ensino superior. (LACERDA; SANTOS, 2011, p. 22)

Os dados nos mostram o analfabetismo no campo, em que a educação como direito não chega onde há exclusão dos camponeses tanto adultos quanto jovens, sendo parte das políticas neoliberais que o Estado assume. O PRONERA instituiu-se nesta perspectiva abordada por Fernandes (2003) ao afirmar que:

A transformação da Educação depende, naturalmente, de uma transformação global e profunda da sociedade; a própria Educação funciona como um dos fatores de democratização da sociedade, e o sentido de qualquer política educacional democrática têm em vista determinadas transformações essenciais da sociedade. Em termos de uma visão sintética, e totalizadora, diríamos que a educação e a democratização da sociedade são entidades reais e processos concretos interdependentes – um não se transforma nem pode transformar-se sem o outro. (FERNANDES, 2003, apud LACERDA, SANTOS, 2010, p. 23)

A educação das mulheres camponesas é um dos fatores de transformação e democratização da sociedade, as quais se fizeram agentes modificadoras da história, conquistando através da organização coletiva o direito à liberdade de participar das questões culturais, históricas, econômicas e políticas da Sociedade.

A seguridade desta política pública ocorreu no cotidiano das relações, na alfabetização, formação profissional, e organização dos espaços e tempos da aprendizagem dos movimentos sociais e das instituições públicas, com a participação das mulheres e jovens, na dinâmica de produção de um conhecimento vinculado à cultura camponesa como elemento de resistência em defesa da vida.

Assim, a construção do PRONERA foi se dando pela pressão, pelos direitos das organizações e movimentos sociais que, por meio de suas ações, protagonizaram, conquistaram e materializaram práticas educativas que desenvolviam e valorizavam direitos, visualizando suas lutas e demandas pela Reforma Agrária, envoltos à saúde, educação, Agroecologia, Soberania Alimentar, dentre outros.

Como política pública, o PRONERA ampliou o alcance do acesso à educação, além de promover consciência dos trabalhadores camponeses para acumular forças para as transformações sociais na sociedade brasileira, promovendo espaços de práticas e reflexões teóricas sobre o perfil dos profissionais necessários para à construção de outro projeto de desenvolvimento no campo.

Estas demandas permitiram a compreensão e visualização sobre a educação que postulam homens e mulheres do campo no século XXI, na emergência de suas lutas, especialmente pelo problema estrutural que enfrentam os assentamentos para desenvolver suas práticas a partir de um modelo de produção incompatível com o desenvolvimento do capitalismo.

Na questão da educação profissional, os assentados reivindicavam uma educação política e pedagógica que respeitasse a realidade do campo e que contribuísse para ações e reflexões capazes de alterar a lógica da exploração capitalista que é o lucro e não a

reprodução da vida de forma sustentável e digna. Por isso, o PRONERA introduziu alterações na forma convencional, com uma dinâmica pedagógica usando a metodologia da alternância que é eficaz em seus cursos, possibilitando a inclusão dos camponeses(as).

A metodologia da alternância compreendia dois tempos no processo de ensino: o tempo universidade e o tempo comunidade. Com eles, parte da carga horária de cada disciplina acontecia de forma presencial (tempo universidade), quando as pessoas dos assentamentos se deslocavam das comunidades para assistirem aulas na universidade. No tempo comunidade, eram os professores que se deslocavam até as comunidades de origem dos alunos, para nelas desenvolverem a outra parte da carga horária. Nesse processo, eram considerados diferentes saberes: os saberes acadêmicos, sistematizados conforme referenciais teóricos, combinados com os saberes da práxis, das experiências práticas, nutridos pelas pessoas dos assentamentos.

A alternância foi uma metodologia adotada pelo PRONERA que possibilitou acesso aos assentados, quantitativa e qualitativamente, mostrando a importância na formação e preparação para que pudessem atender às demandas agrárias no campo. Por isso, a adequação de um pensar e agir com os novos saberes técnicos e organizacionais que contribuíssem para melhor produzir com sustentabilidade e ter uma vida digna nos assentamentos.

Maria Izabel Antunes Rocha (2010), na apresentação do terceiro capítulo do livro “Memórias e Histórias do PRONERA”, reflete sobre as práticas de formação de educadores(as) dizendo:

[...] em 2010, foram aproximadamente 200.000 (duzentos) mil jovens e adultos formados, ou em processo de formação, nos diferentes cursos de nível médio e superior oferecidos pelo PRONERA. Um elemento destacado nos projetos e que se diferencia de outros cursos existentes no interior dos centros de formação, está na preocupação que estes cursos apresentam com o questionamento sobre qual base essa formação acontece? Para qual escola? Para qual projeto de educação? (ROCHA, 2010, p. 14)

Por isso, a importância de aprofundar a compreensão da dimensão do papel da educação na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e do sentido do conteúdo, para ser uma ferramenta que contribua nos processos de organização de uma nova sociedade.

O acesso, a inserção e a participação das mulheres camponesas no ensino superior é de muita relevância, pois foi possível ouvir suas vozes, desafios e limites enfrentados, conflitos necessários e consensos estabelecidos para construção de novas relações de gênero nos assentamentos da Reforma Agrária. O PRONERA contribuiu para a conquista da sua

autonomia, do acesso ao conhecimento na construção de novas relações nos espaços públicos e privados suscitando debates sobre respeito e igualdade entre os gêneros.

O papel dos movimentos sociais e sindicais do campo na construção de uma política nacional de educação proporcionou avanços com o PRONERA, pois assumiram o programa e se mobilizaram na luta pelos direitos ao acesso à educação, tornando concretas outras demandas necessárias para o cumprimento do Curso, como nos diz uma das entrevistadas “aprendi a lutar por direitos sociais e que muitas dessas lutas, são processos coletivos, as quais, demandam a participação de indivíduos agindo de forma organizada, consciente de seus direitos na sociedade à qual fazem parte” (Maria Alves Conceição, 12- entrevista do Quadro 1, enviada em 07/09/20).

O sentido da Educação no campo é mais do que escola, alimenta a direção e o objetivo da luta popular pela garantia dos direitos sociais. Portanto, o PRONERA se constituiu num patrimônio na luta pela Educação do campo no Brasil. O Programa foi implementado em vários estados brasileiros, estando voltado para alfabetização de jovens e adultos (EJA), e a escolarização dos professores que atuavam nos assentamentos. Tratou-se de uma conquista em que foram enfrentadas muitas dificuldades, tais como: locais inadequados, insuficiência de materiais pedagógicos, atrasos nos repasses de verbas no programa e até problemas de visão dos alunos mais idosos.

Este programa foi efetivado em parceria com Órgãos Governamentais e Universidades Públicas Estaduais e Federais representando uma Política Pública e um significativo avanço do setor de educação nos assentamentos à vivência dos conflitos, delimitação de papéis, funções, confrontos de saberes sociais e conhecimentos sistematizados. Segundo Lacerda e Santos (2010):

De lá para cá, o PRONERA foi responsável pela escolarização e formação em nível médio e superior de cerca de 400 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de cerca de 300 técnicos, na ação denominada Residência Agrária, para atuarem na assistência técnica, Social e Ambiental junto aos assentamentos de Reforma Agrária e Agricultura Familiar. (LACERDA; SANTOS, 2010, p. 24)

Lacerda e Santos descrevem também que foram desenvolvidos:

[...] projetos de EJA, Cursos Técnico-Profissionalizantes de nível médio-Técnico em administração de cooperativas, Enfermagem, Técnico em Saúde Comunitária, Técnicos em Comunicação, para citar alguns exemplos; e de Nível Superior-Pedagogia, História, Geografia, Sociologia, Ciências Naturais, Agronomia, Direito e Medicina Veterinária, entre outros, (LACERDA; SANTOS, 2010, p. 24)

Todos os cursos do PRONERA desenvolvidos nas diferentes áreas do conhecimento foram, como dissemos anteriormente, construídos por meio da “alternância regular de períodos de estudo” (um tempo na escola/universidade e um tempo na comunidade). Essa metodologia considera o contexto socioambiental e a diversidade cultural do campo, em todos os estados do Brasil. Em seus princípios, assegura o envolvimento das Comunidades onde os trabalhadores (as) rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentados.

Muitas pessoas foram responsáveis pela efetivação do PRONERA, nas ações com a alfabetização, escolarização de ensino fundamental e médio, cursos técnicos profissionalizantes, cursos superiores e Residência Agrária. Parte destas pessoas, entretanto, trabalhou na invisibilidade, mas com grande dedicação e apreço pelo que faziam. Ao contar suas experiências e trajetórias se emocionam, lembrando as grandes dificuldades e incompreensões enfrentadas, mas sempre o fizeram com a certeza de vencer, e que estas conquistas resultariam em mudanças na vida dos trabalhadores e trabalhadoras camponesas assentadas.

Coutinho, Diniz e Muniz (2010) analisam que a metodologia da alternância fortaleceu a análise da relação entre a Educação Popular e a Educação de Jovens e Adultos no âmbito do PRONERA. Para as autoras, o Programa é uma das experiências mais ricas de Educação Popular no campo brasileiro, porque tem seu fundamento e visa a combater a exclusão da classe trabalhadora de seus direitos entre eles a educação, uma realidade até nos dias atuais.

O PRONERA enfrentou desafios e criou possibilidades concretas junto às instituições e Movimentos Sociais, com aprendizagem da realidade, de uma história silenciada e que se fez presente, pois a luta dos trabalhadores(as) do campo fizeram emergir também as contradições existentes, como: dilemas na propagada questão agrária, carência de políticas públicas em diversos segmentos, especialmente, aqueles que viabilizassem a infraestrutura e a história da cultura camponesa. Assim, “Os cursos do PRONERA se realizaram no diálogo constante, no enfrentamento e na convivência com diferentes visões de mundo. Um aprendizado necessário para o avanço dos direitos e da dignidade humana”. (COUTINHO, DINIZ; MUNIZ, 2010, p. 16)

A construção de acesso à Educação Superior nas universidades e nos cursos de licenciatura propunha um currículo diferenciado que atendesse aos interesses de quem vive e trabalha no campo brasileiro. Nesse sentido, a defesa de uma educação do e no campo. Por isso, o processo foi conjunto, visto que contou com o envolvimento das instituições, movimentos sociais e universidade, porém:

O acesso ao conhecimento em nível superior por parte da classe trabalhadora enfrenta uma série de desafios, principalmente quando este acesso significa disputar cursos que tradicionalmente foram instituídos para a elite brasileira e cujo enfrentamento significa a concretização das conquistas inscritas na Constituição Federal. (COUTINHO, DINIZ; MUNIZ, 2010, p.16)

O artigo de autoria de Nilsa Brito Ribeiro e Rafael Litvin Villas Bôas (2010) nos mostra que:

a dinâmica da formação de educadores na área de linguagens a partir de uma reflexão crítica sobre o monopólio dos meios de comunicação e sua influência na formação dos sujeitos, bem como a importância de se produzir outros meios de formação de professores. Neste sentido, a formação nesta área tem implicações teóricas e práticas na política dos cursos, desde quando estes devem conduzir os futuros profissionais a ter o domínio das diferentes linguagens enquanto estratégia e ferramenta de luta e transformação social. (RIBEIRO, BÔAS, 2010, p. 17)

A importância do modo de leitura crítica coloca as tecnologias a serviço da emancipação dos sujeitos sem desenraizá-los do campo. Esse aspecto é possível de ser verificado também no curso de Ciências Sociais/PRONERA, desenvolvido na UFGD, situação expressada por um dos alunos em relato publicado em um dos livros organizados durante o curso. Vejamos o dizer do egresso:

No início do Curso, em julho de 2008, fui logo surpreendido com a metodologia aplicada pelas professoras de língua portuguesa. O modo de trabalhar com os alunos, por meio de diálogo e utilizando uma dinâmica diferente da que é comum no Ensino Médio me impressionaram muito. A simplicidade e o empenho dos professores do Curso, objetivando a troca de conhecimentos com os acadêmicos, foram realmente importantes para nossa formação. Todos os trabalhos solicitados, durante o Curso, estão sendo voltados à realidade vivida nos assentamentos. A busca de ligação entre teoria e prática tem nos proporcionado entender a importância das teorias na vida cotidiana. Um exemplo foi o trabalho solicitado em língua portuguesa acerca do levantamento de aspectos linguístico-culturais característicos da comunidade em que cada aluno vive. Uma contribuição para a formação do futuro professor, posto que a metodologia poderá dar-lhe orientação sobre a importância de se conhecer a realidade dos alunos, quando da construção da proposta curricular. (Alessandro Santana de Oliveira. In: VIEIRA; FERREIRA, 2013, p. 56)

O relato de Alessandro nos leva a pensar no debate sobre os processos de alfabetização em seus índices baixos de aprovação, os problemas de reprovação e a desistência nos primeiros anos escolares e a perda da qualidade do ensino nos anos iniciais. A ausência de professores formados para atuar na educação infantil no meio Rural e a importância dos movimentos sociais quando junto às universidades, assumindo o direcionamento de um curso de formação, voltado para realidade da classe trabalhadora do Campo.

As contribuições do PRONERA como política pública levanta a realidade enfrentada por milhares de trabalhadores camponeses, porém no Brasil o modelo de hegemonia concebido na organização da Agricultura Nacional utilizada pelo agronegócio é realmente concentrador de recursos, só para o grande produtor, negando aos camponeses o que lhes é de direito.

Para tanto, os subsídios do PRONERA deram centralidade à luta pela Reforma Agrária e o enfrentamento necessário aos movimentos sociais e sindicais para que através da organização e da luta construíssem estratégias coletivas de resistência, que lhes possibilitassem continuar garantindo sua reprodução social, a partir do trabalho na terra, de modo que o acesso à escolarização e conhecimento fariam parte dessa estratégia de luta.

Lacerda e Santos (2010) defendem a ideia da educação ao dizerem que:

É o direito à diversidade contrapondo-se à uniformidade do direito. Nesta perspectiva o PRONERA instituiu uma nova concepção de política pública, que se constrói não com sujeitos isolados, mas com sujeitos concretos, territorializados, sujeitos coletivos de direitos, capazes de instituir novos direitos e de universaliza-los a partir de sua concretude. E a sua concretude é a diversidade. Tal diversidade foi reconhecida pelo Estado brasileiro na publicação do Decreto Presidencial número 7.352, de 4 de novembro de 2010, ao instituir o PRONERA como um Programa integrante da política de Educação do Campo (art.11) e reconhecê-lo, ao mesmo tempo, como integrante da política de desenvolvimento do campo. (LACERDA; SANTOS, 2010, p. 25)

Para Freitas (2007), o PRONERA é uma Política Pública que revelou a relação sociedade civil/Estado, instituída nesse processo, fundamental à efetivação da democracia, tanto pela garantia do direito à educação, quanto pela ampliação da esfera pública estatal constituída pela participação dos movimentos sociais na gestão da política.

O PRONERA financiou e acompanhou cursos em diferentes Estados do país, também no campo da Saúde. Nos cursos universitários, fez o resgate dos estudantes que possuíam nível médio. Nos cursos técnicos pós-médio, garantiu o acesso realizando cursos de suplência ampliando a participação dos jovens neste processo formativo, como o desenvolvimento de um currículo diferenciado que priorizou o conhecimento da realidade por parte dos estudantes através da interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento.

Cabe destacar que nos últimos anos, especialmente a partir do Governo Temer, em 2016 e até os dias atuais, o Programa PRONERA, como política pública, teve a redução de investimentos, o que significa diminuição no oferecimento de cursos. A mudança mais significativa ocorreu em fevereiro de 2020, com o governo Bolsonaro, quando baixou o Decreto n. 10.252, reorganizando a estrutura do INCRA. Uma das mudanças foi à fusão de

duas diretorias, a Diretoria de obtenção de terras (DT), com a de Desenvolvimento de projetos de assentamento (DD). Da fusão das duas, houve a criação da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento (DD), onde está a Divisão de Desenvolvimento e Educação nos assentamentos. Na reestruturação foi extinta a coordenação pedagógica, responsável pela educação do campo, na qual havia o protagonismo dos movimentos sociais rurais. Isso implica dizer que as políticas de atendimento aos grupos sociais da reforma agrária seguem pela lógica de avanços e recuos, fazendo com que direitos que se acreditava garantidos, nem sempre são mantidos, a depender do lugar e para quem são concedidos.

No entanto, é inegável o legado deixado pela ação dos diversos cursos oferecidos no âmbito da reforma agrária brasileira, numa integração construída pelas práticas desenvolvidas, as quais possibilitando empoderamento dos/as estudantes em seus territórios e identidades, entrelaçados pelo conhecimento que propiciou perceberem, construírem e valorizarem novos olhares sobre suas experiências de vida nos assentamentos rurais.

2.4 O Curso de Ciências Sociais/PRONERA na UFGD e a formação de professoras

Conforme Menegat e Farias (2009), para que curso de licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA fosse possível de ser concretizado na UFGD, foram necessários esforços conjuntos que moveram ações institucionais da UFGD e do PRONERA, setor do extinto Ministério Desenvolvimento Agrário, em conjunto com os Movimentos Sociais Rurais do Mato Grosso do Sul, a saber: Movimento Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Centro de Organização e Apoio aos Assentados do Estado de Mato Grosso do Sul (COAAMS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul (FETAGRI), Central Única de Trabalhadores (CUT), Federação de Agricultura Familiar (FAF), Comissão Pastoral da Terra (CPT). Junto à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foram mobilizadas ações com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essas instâncias reuniram-se, desde 2006, com o objetivo de “criar mecanismos para as pessoas dos assentamentos rurais se apropriarem dos espaços da Universidade Pública.” (MENEGAT, TEDESCHI, FARIAS, 2009, p. 13)

Como nos apresentam Menegat e Farias (2009), o início dos encontros ocorreu em agosto de 2006, quando representações de movimentos sociais e professoras da UFGD passaram a se reunir para pensar uma proposta de curso superior destinado a atender pessoas

dos assentamentos. Foi constituída uma comissão para a elaboração do Projeto Político Pedagógico com objetivo de “fortalecer as atuações e atender a um maior número de segmentos de todos os movimentos sociais do estado de Mato Grosso do Sul”. (MENEGAT, FARIAS, 2009, p. 28)

As autoras destacam que um grupo de professores da UFGD, integrados ao Laboratório de Estudos de Fronteira (LEF), que congregava pesquisas sobre “Gênero, Identidade e Memória” envolvidos em estudos sobre a reordenação do espaço advinda das políticas de reforma agrária, os quais desenvolviam análises sobre os temas elencados acima, passaram a dialogar com representantes de movimentos sociais com o objetivo de elaborar uma proposta a ser apresentada no PRONERA.

Esse processo levou a olhar mais especificamente o contexto dessas necessidades diferenciadas. O diálogo estabelecido pelo grupo do LEF com os movimentos sociais e pessoas dos assentamentos, que participavam da pesquisa e extensão, direcionaram para o âmbito do ensino, criando elementos para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA, tendo a Faculdade de Ciências Humanas da UFGD como o local de recebimento do curso. O curso contou com professores da UFGD e em algumas disciplinas da UFMS, tendo recebido 58 pessoas assentadas, reunidas em uma turma única, que teve início em julho de 2008 e encerrada, com a colação de grau, em dezembro de 2012.

As perspectivas e trocas nas reflexões com os Movimentos Sociais e UFGD levaram à efetivação de sonhos dos trabalhadores do campo, concretizados através do curso de Ciências Sociais/UFGD. Para sua criação, demandou parceria entre as instituições como o INCRA/MS, a UFMS e os movimentos sociais, estes últimos compondo todas as etapas de aulas presenciais e nas comunidades, incluindo os encaminhamentos burocráticos, como também da infraestrutura do curso garantindo o acesso à Universidade e a formação profissional, tão necessária.

O curso criou possibilidades de contribuir com problemas cotidianos internos dos assentamentos, como falta de profissionais preparados na educação no campo, que através do conhecimento puderam contribuir nas reflexões nas escolas dos assentamentos.

A abrangência do curso também deve ser destacada, pois os acadêmicos (as) eram provenientes de 33 assentamentos e de 17 municípios de Mato Grosso do Sul. O número de concluintes foi de 56, dos quais 33 são mulheres e 23 homens. Uma de nossas entrevistadas, apresentada no Quadro 1, destaca a motivação para o curso de Ciências Sociais:

Então é a gente no movimento, assim durante a trajetória do movimento, a gente sempre aprendeu né? Que a gente tem que estar sempre aberta ao conhecimento, e que o conhecimento independente que seja um conhecimento formal ou conhecimento informal ele **é importante para nosso crescimento e do crescimento da nossa comunidade e da nossa família também que a gente acaba contribuindo com todo mundo.** Porque a nós sempre foi negado à questão do conhecimento, a questão do estudo, tanto o estudo técnico como estudo filosófico, sempre foi negado isso para nós, mas a maioria das pessoas não tem essa ideia que esse conhecimento é negado. A maioria das pessoas foram formadas para aceitar essa desigualdade. (Alessandra Moraes Silva, entrevistada realizada em 17/12/19)

Segundo Vieira e Ferreira (2013, p. 13-14), a rede de diálogo e a soma de compromissos entre os parceiros foi o vetor que promoveu e concretizou este curso, pois a UFGD, uma Universidade Pública nova, criada em 2005 e instalada em 2006, assumiu este compromisso com diversos segmentos da sociedade civil no sentido de construírem propostas que pautassem o desenvolvimento intelectual em uma inclusão social num ambiente viável.

É importante destacarmos o protagonismo da UFGD, criada a partir da emancipação do antigo campus da UFMS de Dourados, transformado-a em uma nova universidade, a UFGD, tendo na liderança de sua gestão, na primeira década de sua criação, professoras e professores envolvidos com causas sociais, inerentes ao cenário onde a própria universidade foi instituída, a região da Grande Dourados. Esta região, conforme Menegat e Farias (2009, p. 17), apresenta diversidade ética e sócio cultural e de migrações, sendo o sul de Mato Grosso do Sul, lugar onde foram instalados diversos assentamentos de reforma agrária.

As autoras enfatizavam o potencial da UFGD como protagonista para cursos de inclusão, destacando que a UFGD poderia,

[...] liderar a construção de um pensamento crítico, com responsabilidade social e ambiental para contribuir decisivamente com propostas voltadas ao desenvolvimento sustentável e a inclusão social com reconhecimento, respeito e valorização da diversidade cultural dos ‘povos dessa terra’ (MENEGAT e FARIAS, 2009, p. 18)

O curso passou a integrar o rol de cursos oferecidos pela Faculdade de Ciências Humanas, uma das 12 Faculdades da UFGD. A elaboração de sua proposta reuniu diversas parcerias.

A construção do Projeto Pedagógico configurou-se num desafio coletivo, coma efetivação de inúmeros encontros para discussões, momentos nos quais os grupos envolvidos apresentaram os anseios e as expectativas em relação à produção de conhecimentos que possibilitassem estabelecer vínculos entre a teoria e práticas vivenciadas, assegurando condições para

que essa experiência potencializasse o cotidiano vivido nas comunidades, transformando compreensões sociais das pessoas envolvidas. (MENEGAT e FARIAS, 2009, p. 30)

O curso de Ciências Sociais foi organizado sob a Metodologia da Alternância, caracterizado por oferecer aulas presenciais no tempo Universidade e de aulas atividades no tempo comunidade, aspecto que analisaremos na sequência.

2.5 A organização do curso de Ciências Sociais/PRONERA na UFGD

No desenvolvimento do curso, a interação e a partilha de histórias de vida, vivências individuais e coletivas dos acadêmicos constituíram como um período muito rico, segundo as participantes entrevistadas. De acordo com o relato de Maria Alves:

Acredito na metodologia da alternância, pois foi através do curso de alternância que minha vida se transformou, e tento passar essas ideias a todos nossos estudantes do campo que não tem condições de cursarem um curso presencial, até mesmo, para que não precisem sair do campo para adquirirem conhecimento, uma vez que os sujeitos do campo tem o direito a uma formação superior com qualidade social como o proporcionado pelo PRONERA. O curso traz uma dimensão dos verdadeiros problemas da reforma agrária no MS e principalmente no tocante os problemas que assolam as escolas dos acampamentos e assentamentos. O processo de inclusão dos assentados na educação superior do PRONERA é fundamental para trazer dignidade e visibilidade ao povo do campo. (Maria Alves Conceição, 60 anos, assentamento Colônia Conceição, Município de Nioaque. entrevista recebida em 07/09/20 – Grifo nosso).

A fala de Maria Alves enfatiza a importância do curso para sua formação acadêmica e, especialmente, para a formação política que o curso possibilitou, evidenciando a educação como direito dos assentados, que vivem em áreas da reforma agrária, efetivando inclusão de pessoas na universidade. A combinação desses tempos – tempo universidade, com o tempo comunidade, criou possibilidades de acesso das pessoas do campo para poderem cursar a educação superior, pois as distâncias físicas e sociais aumentam ainda mais pelas dificuldades econômicas dos assentamentos em relação à cidade e universidades. Esses aspectos dificultam o acesso e permanência para concluírem a formação. Cursos com a metodologia da alternância constituem-se em meios para efetivação de direitos, como aquele do acesso à educação, vertente que compôs a matriz do curso, e que criou bases fundamentais de pertencimento à universidade, como destacam Menegat e Faisting:

[...] ressalta-se que o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/Proneza da UFGD não apenas inclui em sua estrutura curricular uma disciplina específica intitulada “*Políticas Públicas e Direitos Humanos*”, mas também aposta na formulação de eixos interdisciplinares que permitem o diálogo com várias temáticas relativas aos direitos humanos como, por exemplo, movimentos sociais, relações de gênero e história indígena. Além disso, em termos metodológicos, destacamos que a opção pela *Pedagogia da Alternância*, que permite o desenvolvimento de aprendizado e produção de conhecimentos junto às comunidades de origem do/as estudantes, permitem não apenas a integração das dimensões teórica e prática, mas também aponta para uma metodologia que atende às especificidades do segmento atendido. (MENEGAT, FAISTING, 2011, p. 29-30)

A metodologia da alternância valoriza o saber popular dialogando com os teóricos e incentivando a formação da cidadania, na qual o conhecimento dos mecanismos de dominação do sistema vigente é questionado, alargando as possibilidades de compreensão e entendimento das contradições das desigualdades na sociedade. Essa metodologia estimula a luta por direitos, estendidos a todos os trabalhadores, visibilizando também os problemas enfrentados nos acampamentos e assentamentos pelos camponeses, atribuindo visibilidade e importância para o processo de reforma agrária. A respeito dessa experiência, Menegat e Farias nos dizem que a:

[...] Pedagogia da Alternância permite ainda a efetivação de uma reflexão acerca da educação a partir da experiência de toda a comunidade escolar e questiona a reprodução da cultura dominante. Esse é um dos objetivos dos movimentos sociais na luta por uma educação no e do campo, que potencialize as realidades vivenciadas pelos sujeitos sociais. (MENEGAT e FARIAS, 2009, p. 40)

A ação da universidade considerando as especificidades do campo na matriz curricular, com disciplinas demandadas pelos movimentos sociais, bem como no fazer das atividades do curso, dentre elas parte da carga horária desenvolvida nos assentamentos, referenciais da metodologia da alternância, trouxe inúmeras contribuições, como destacam as autoras:

[...] potencializa saberes à medida que permite a aplicação de parte dos conteúdos na realidade vivida pelas pessoas atendidas no curso, estabelecendo uma relação entre teoria e vivências cotidianas. Com isso, construímos conhecimentos sem negar as especificidades dos lugares onde os/as acadêmicos/as vivem. Isso significa manter um olhar com respeito às diferenças, aos direitos humanos e sociais, na “luta pela terra” e na importância do campo brasileiro. Estamos contribuindo com a formação das identidades de pessoas autônomas, que consigam “se verem e serem vistas” (parafraseando Manuel de Barros). A Pedagogia da Alternância permite, ainda, a efetivação de uma reflexão acerca da educação a partir da

experiência de toda a comunidade escolar e questiona a reprodução da cultura dominante (MENEGAT e FARIAS, 2009, p.40).

A matriz curricular do curso esteve organizada com disciplinas da área de Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, consideradas como áreas-tronco para cursos de Ciências Sociais, mas foi além dessas, associando outras que garantissem:

[...] a formação clássica geral, característica deste ramo do conhecimento e necessária à atuação consciente do/a futuro/a educador/a político-social, articulada com as especificidades da realidade global, brasileira, sul-matogrossense e em especial, dos assentamentos rurais. (MENEGAT e FARIAS, 2009, p. 34)

Conforme as autoras, estes conhecimentos sendo apropriados pelos estudantes das áreas de reforma agrária de forma criativa e crítica contribuiriam para formação profissional, relacionando a teoria com a prática, o ensino à pesquisa, desenvolvidos em seus locais de origem, cruzamentos que visaram a responder às demandas e aos desafios cotidianos por eles vividos na sociedade contemporânea.

Na organização dos conteúdos se mantém uma estreita relação com os problemas e necessidades sociais, por meio de atividades complementares e estágios, como a participação em seminários, laboratórios de pesquisa, eventos científicos e outros. (MENEGAT; FARIAS, 2009, p. 35)

A combinação que o curso desenvolveu garantiu a discussão de temas sociais levantando questões como: movimentos sociais, educação do campo, relações de gênero, que propiciaram aumento aos conhecimentos que estudaram nas disciplinas. Assim, construíram uma visão crítica da sociedade, ampliando o debate em temas, como: políticas públicas e desenvolvimento rural, direitos humanos, sociedade sustentável, agricultura familiar e reforma agrária em construção.

O processo de construção coletiva de ensino e aprendizagem compôs e possibilitou a construção do conhecimento na formação dos educadores em que a pedagogia da alternância tornou efetiva a reflexão da educação a partir da experiência de toda a comunidade escolar, questionando a reprodução da cultura dominante e respeitando as diferenças do campo. As disciplinas oferecidas foram distribuídas em quatro anos, sendo desenvolvidas de meados de 2008 a 2012. Vejamos a matriz com as disciplinas trabalhadas nos quatro anos do curso:

Quadro 5 - As disciplinas oferecidas nos anos do curso

1° Semestre	2° Semestre	3° Semestre	4° Semestre	5° Semestre	6° Semestre	7° Semestre	8° Semestre
Julh/2008	Janeir/2009	Julho/2009	Janeir/2010	Julho/2010	Janeir/2011	Julho/2011	Janeir/2012
Teoria Antropológica Clássica - 68h	Teoria Antropológica Contemporânea 68h	Informática - 68h	Matemática Financeira - 68h	Sociologia Rural I - 68h	Sociologia Rural II - 68h	Geografia Agrária 68h	Relações de Gênero e Poder 68h
Teoria Política Clássica - 68h	Teoria Política Contemporânea 68h	Psicologia Social - 68h	Psicologia da Educação - 68h	Sociologia da Educação - 68h	Estágio Curricular no Ensino de Ciências Sociais 400h	Teoria dos Movimentos Sociais - 68h	Sociologia da Comunicação 68h
Introdução à Sociologia 68h	Teoria Sociológica Clássica - 68h	Teoria Sociológica Contemporânea 68h	Didática I - 68h	Economia e processos Produtivos 68h	Pensamento Social Brasileiro 68h	Políticas Públicas e Direitos Humanos - 68h	História da África 102h
Filosofia - 68h	Metodologia Científica 68h	Produção de texto 102 h	História do Brasil 102h	Didática II 68h	Estrutura e Funcionamento da Educação Nacional - 102h	História Indígena 102h	Trabalho de Elaboração Própria - 102h
Língua Portuguesa 102h	Filosofia e História da Educação - 68h	Introdução à Matemática e à Estatística 102h	Antropologia Rural 68h	Estrutura Social Brasileira 68h	Geografia do Brasil 102 h	Projeto de Pesquisa 102h	Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS 68h

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso (2008, p.34).

As disciplinas na estrutura do curso foram pensadas, como dissemos anteriormente, conforme expresso no Projeto Pedagógico, em três núcleos, a saber: a formação clássica, teórico-metodológica e pedagógica. Esses núcleos estiveram direcionados “à formação integral dos/as educadores/as político-sociais, articuladas com disciplinas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira e sul-mato-grossense” (PPP, 2008, p. 32). Foram os seguintes núcleos e seus aspectos:

- *Núcleo de Formação Específica*, constituído pelo conjunto de disciplinas que são nucleares na formação dos/as futuros/as profissionais em Ciências Sociais.
- *Núcleo de Formação Complementar*, constituído por um conjunto de disciplinas de áreas afins, que subsidiam a formação integral do/a graduado/a em Ciências Sociais: Economia, História, Filosofia, Psicologia, Letras, Estatística, Informática e Geografia.
- *Núcleo de prática pedagógica*, constituído por um conjunto de disciplinas pedagógicas e na modalidade de estágio. Este deverá ocorrer junto às escolas e às unidades educacionais, com atividades de observação, participação e regência; e nas comunidades rurais, com atividades de elaboração e execução de projetos comunitários, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. (Projeto Político Pedagógico, 2008, p. 32)

Segundo Menegat e Farias (2009), no Tempo Universidade, os acadêmicos vinham dos assentamentos para Dourados na UFGD, quando permaneciam cerca de 33 dias, período que eram administradas as aulas presenciais, com cinco disciplinas a cada período. No Tempo Comunidade, as aulas não eram presenciais. Os acadêmicos voltavam às suas comunidades de origem para aplicar os aprendizados construídos no Tempo Universidade, seguindo a orientação e acompanhamento dos professores. Isso mudou a dinâmica dos espaços na UFGD, especialmente, na FCH, durante o tempo universidade, criando movimentos em períodos de férias, quando as aulas presenciais aconteciam, como apresentam Menegat e Farias.

Com a chegada do grupo do “PRONERA”, para aulas em períodos de férias, o movimento passou a ser constante nos corredores e nas salas da FCH e em outros espaços da universidade. Nos laboratórios, salas de aula, secretaria e cozinha, o movimento não tem intervalos, com pessoas conversando, estudando, tocando violão, fazendo uso de computadores e realizando outras atividades inerentes ao curso. Esta é a ideia do próprio *movimento* no sentido apresentado por estas pessoas e movimentos sociais, em suas trajetórias de vida, a concepção de interação, de dinamicidade, de construção e auto-construção, de valorização e auto-valorização de sua identidade de sem-terra. No processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso, foram incorporadas essas concepções, no entanto, os sentidos e os significados de movimento resultam das expectativas individuais e coletivas, da mística, dos conflitos de interesses, princípios e desejos; são composições e desarranjos em circularidade, sem um ponto de partida e de chegada definido, mas em *movimento*, enfim, é a “vida em andamento”... O movimento da vida ingressa na UFGD, agora o grupo faz parte da universidade e mudou os seus corredores, gramados... Muitas atividades são realizadas no espaço externo quando, cada grupo procura o melhor lugar para a discussão de textos, debates teóricos, enfim, criam e recriam ações pedagógicas orientadas por um/a docente a cada disciplina (MENEGAT e FARIAS, 2009, p.53-54).

Para o acompanhamento pedagógico dos professores nas comunidades onde viviam os alunos, a coordenação do curso organizou o atendimento em sete polos, localizados em diferentes municípios de Mato Grosso do Sul, seguindo lugares estratégicos em cada região. Assim, os acadêmicos convergiam de seus assentamentos para as reuniões em grupo, onde se

discutiam e avaliavam as atividades realizadas nas comunidades. Todo esse processo dialógico contribuiu para o fortalecimento de suas identidades, de ressignificação da luta, e do empoderamento para ocupar sua função social e política no processo de educação em suas comunidades.

As estudiosas Vieira e Ferreira (2013, p. 14), ao refletirem acerca do relato de vida dos acadêmicos sem terra do Pronera, explicam que as histórias narradas “[...] reconstruem lembranças que trazem à cena registros de vida, de experiências, de lutas, de trajetórias. Memórias que podem contribuir para ampliação de conhecimento e de reflexão acerca do desenvolvimento do processo de Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul”.

Segundo Menegat, Tedeschi e Farias (2009), a Educação pode gerar novos paradigmas, quebrando o isolamento entre os fatos sociais estabelecidos pela ciência para uma melhor compreensão da vida. No caso os movimentos sociais se instituíram como mecanismos de empoderamento e resistência e agiram como impulsionadores de processos emancipatórios.

A educação, as relações de gênero e os movimentos sociais são temas que se interligam no desenvolvimento de análises teóricas das Ciências Sociais. No curso possibilitaram aos sujeitos sociais, alunos e professores, através da experiência da troca de saberes compreenderem melhor sua humanidade em suas relações sociais nas histórias da vida cotidiana.

No processo da troca de saberes, o aprendizado foi sendo visibilizado, promovendo mudanças na forma de pensar e agir na vida dos participantes do curso, especialmente, das mulheres camponesas. Este passo de compromisso assumido por professores da UFGD, de instaurar o curso de Ciências Sociais PRONERA, deu nova vida à instituição, pois foram novos desafios para que a Universidade fosse plural, democrática e se abrisse para a possibilidade que permitisse criar alternativas que favorecessem a reflexão dos temas expostos: Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais, como expressam Menegat e Faisting:

[...] a UFGD objetiva contribuir para a formação de educadores/as com perspectiva humanística sólida, profissionais críticos da realidade multidimensional da sociedade brasileira, do processo educacional e nas organizações dos movimentos sociais, habilitando-os/as a produzir conhecimentos que resultem em práticas de docência, lideranças de movimentos sociais, pesquisas e planejamentos. (MENEGAT; FAISTING, 2011, p. 36)

Houve o desenvolvimento da consciência crítica e de suas potencialidades compreendendo a luta mais ampla na sociedade. O conhecimento Universitário pôde impulsionar o enfrentamento e a luta por outras demandas descortinadas pelo saber. Possibilitou identificarem-se, reconhecerem-se sujeitas da classe camponesa, detentoras e produtoras de toda uma história e cultura negada ou desconhecida pelo Estado e Sociedade, constituindo-se dessa forma numa classe destituída de políticas públicas básicas de direito.

O curso proporcionou o aprofundamento das situações por elas vividas, na busca de explicações e soluções para os problemas dos participantes e de suas comunidades. Desencadeou, ainda, atividades comunitárias inovadoras que contribuíram para a permanência das famílias no campo e, também, a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos onde residiam.

O Curso da UFGD, a partir da organização de homens e mulheres que juntos somam forças na luta pela posse da terra e pelo direito ao acesso à educação pública de qualidade, demonstra que o PRONERA, na UFGD, foi uma via de acesso ao ensino superior para os assentados, uma forma de contribuição e resistência na terra.

A educação universitária possibilitou melhor compreensão da relação existente entre conhecimento e emancipação das mulheres trabalhadoras do campo. Apesar dos problemas por elas enfrentados como a distância da universidade, dos filhos e da produção nos lotes parada por ocasião de suas saídas para a universidade, a vontade de aprender superou essas dificuldades, pois o objetivo é a educação como ferramenta de transformação e de resistência na terra. Decidiram trocar as enxadas pelos livros, durante determinados momentos do curso, como estratégia para permanecerem no plantio nos assentamentos.

Marschner (2009) destaca que a terra conquistada e a demanda pela educação e escolas nos assentamentos mostram todo um esforço dos movimentos sociais dos assentados, que dão um novo significado ao espaço conquistado, visto como espaço pedagógico, no qual o educador deve “mais do que dominar profundamente os conteúdos e disciplinas”, deve:

[...] ser capaz de fazer uma leitura do seu mundo. É saber interpretar o que acontece nos assentamentos do Mato Grosso do Sul, sabendo formular o seu projeto de desenvolvimento. A capacidade de ler e interpretar a realidade é o núcleo de uma concepção pedagógica transformadora. (MARSCHNER, 2009, p. 71)

A visão do aprendizado no processo educativo não foi apenas no desempenhar da função de professor, mas no desenvolver a capacidade emancipatória da educação nos

assentamentos. Neste Programa do Pronera, a visão pedagógica implementada no curso de Ciências Sociais pelos professores da UFGD, conforme o autor enfatiza, era bem definida:

Este programa que veio para atender aos desafios da formação de educadores para as escolas do Campo, demanda que figura como um desdobramento prioritário das lutas por Reforma Agrária. Cresce a percepção de que não basta apenas conquistar a terra, mas que é preciso formular um projeto de desenvolvimento local. Projeto que é resultado do exercício das famílias assentadas de entender sua história, formular seus sonhos e dialogar sobre um projeto de desenvolvimento possível. (MARCHNER, 2009, p. 71)

Esses objetivos foram implementados e efetivados no curso e deram resultados que podem ser percebidos nas falas das mulheres participantes do Pronera. De acordo com elas, os resultados podem ser vistos por meio das transformações ocorridas em suas vidas e nas de suas comunidades de origem, tema do próximo capítulo, que tratará da memória das experiências de vida e emancipação. Com protagonismo, as mulheres ocupam lugares antes só de homens e desconstroem a visão cultural, num engajamento trilham caminhos diferentes, de inclusão e mudanças nas relações de gênero em seu cotidiano nos assentamentos, bem como nos espaços sociais de que participam como analisaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

MEMÓRIAS DE MULHERES ASSENTADAS NA UNIVERSIDADE:

O entrelaçar de experiências de vida e de emancipação

Neste capítulo, analisamos relatos das assentadas compreendendo suas trajetórias de luta pela terra e permanência nela, analisando as demandas que foram construindo, dentre elas a inserção universitária, promovendo mudanças em suas vidas e de suas comunidades.

A ênfase deste capítulo está em compreender como essas mulheres, passados nove anos da conclusão do curso, como elas estão em relação aos espaços que ocupam, compreendendo se a formação universitária contribuiu para mudanças em suas vidas pessoais e profissionais.

3.1 Ativando mecanismos públicos para efetivar direitos

No processo de conhecimento universitário, houve possibilidades para compreensão e visão crítica da realidade, que combinada com as experiências anteriores, trazidas pelas mulheres que compunham os coletivos dos movimentos sociais, propiciaram elementos para promover mudanças, transformando relações entre as mulheres e as suas comunidades, nos seus lugares de origem. O relato de Maria Alves Conceição demonstra esse descortinar em sua vida, e que se estende para sua atuação na comunidade:

Eu resido no PA Nioaque, mais conhecido como Colônia Conceição – município de Nioaque. Tenho 60 anos, 02(dois) filhos e 1(uma) filha. Na verdade, não venho de uma história de acampamento. Quando cheguei no assentamento em 1.991, ele já existia, ficando na condição de agregada e dentro de algum tempo, o INCRA nos concedeu a terra, dos lotes remanescentes ou abandonados. Sei que a desigualdade ainda afeta muito a inserção das mulheres no mundo do trabalho, porém, eu particularmente, no caminho que escolhi na educação, não tenho encontrado grandes dificuldades neste sentido. Participo como Diretora da Escola Estadual Uirapuru e acredito que minhas ações enquanto diretora, me permite contribuir de alguma forma para o desenvolvimento do assentamento. O curso de Ciências Sociais – PRONERA foi o grande divisor de águas em minha vida. **Hoje, quando olho para trás, para antes do curso, não acredito ser a mesma pessoa que fui. Os conhecimentos que adquiri no curso me possibilitaram enxergar o mundo de forma mais humana, crítica, com um desejo maior de transformar. Esses conhecimentos, procuro levar para o assentamento e contribuir de alguma forma para a mudança de vida dos jovens estudantes da escola a qual dirijo.** Os conhecimentos apreendidos e partilhados no curso jamais serão perdidos, mas sim, ampliados e melhorados de forma colaborativa e construtiva. Os

conhecimentos estão sendo aplicados com o meu trabalho na perspectiva de estimular a autonomia intelectual dos estudantes e a capacidade de promover também uma formação científica, humanista, crítica e transformadora. Sim, através dos **conhecimentos adquiridos, posso contribuir para o desenvolvimento de uma educação centrada na formação humanista, para uma tomada de consciência crítica e de responsabilidade social. A comunidade respeita e valoriza os conhecimentos que** levo para o assentamento, pois acreditam no poder transformador da educação e principalmente na seriedade do trabalho que desenvolvo. (Maria Alves Conceição).

A fala de Maria Alves aponta para a relação existente entre o projeto pessoal e aquele que nutre na comunidade onde vive e atua, com a qual partilha saberes como diretora de uma escola no assentamento. Nesse espaço, os conhecimentos adquiridos são aplicados em seu trabalho cotidiano na educação dos jovens estudantes, tendo presente que a perspectiva de educadora é construir uma formação humanista, crítica e de responsabilidade social. Ela mostra esse retorno de sua formação para o contexto do assentamento. Ao concluir o curso, ela não deixou o assentamento para seguir na busca de outro espaço de trabalho, permaneceu no lugar, como professora e também como assentada, ensinando na escola e atuando em outras frentes, mantendo diálogos com mulheres, como ela aponta: “[...] na medida do possível tenho impulsionado as mulheres a continuarem lutando pelo que acreditam e a lutarem pelos seus direitos de mulher e de cidadã.” Maria Alves destaca que “[...] os conhecimentos adquiridos e partilhados no curso jamais serão perdidos, mas sim ampliados e melhorados de forma colaborativa e construtiva”. (Maria Alves Conceição)

Visibilizamos no relato de Maria Alves seu compromisso com a comunidade em que vive, trazendo para o assentamento os conteúdos apreendidos e acumulados na UFGD. Essa fala corrobora com a intenção da UFGD na proposta efetivada através da pedagogia implementada pelos professores de “[...] fazer da universidade um campo de conhecimento coletivo, crítico, inclusivo e solidário”. (MENEGAT, FARIAS, 2009, p. 37)

O relato de Maria Alves remete à ideia da educação como direito, corroborando com as reflexões de Menegat e Faisting, quando dizem que:

Considera-se o direito à educação como um dos mais fundamentais direitos humanos, na medida em que contribui decisivamente para a garantia de outros direitos fundamentais. Contudo, para além do direito à educação num sentido mais amplo, o debate contemporâneo se dá em torno dos desafios do direito a uma educação *em e para* os direitos humanos ou, em outros termos, uma educação para a diversidade. Ou seja, a questão central é até que ponto a ideia de educação “universal” contempla as especificidades e as necessidades dos diversos segmentos sociais, especialmente aqueles

histórica e socialmente mais fragilizados e discriminados. (MENEGAT, FAISTING, 2011, p. 23)

Os relatos das mulheres entrevistadas nos remetem aos estudos de Freire (1996, p. 35) ao destacar que “[...] a curiosidade é condição para a criatividade, ela é a indagação inquietadora que nos move no sentido de desvelar o mundo que não fizemos e acrescentar a ele algo que nós fazemos”. Faz-se necessário entendermos como essas mulheres, oriundas de contexto no campo, lugar de mudanças em relação à nova estrutura agrária, mas também de manutenção de preconceitos de gênero e de uma cultura patriarcal e machista, conseguiram tornar visível seu protagonismo e serem visibilizadas pela sociedade e contemporaneamente pela academia, como podemos ler nos diversos livros publicados ao longo e no pós-curso.

Para Adriana Alves Grassieri, assentada no P.A. Aldeia I, de Bataguassu, as conquistas foram de grande importância para sua vida, como descreve:

[...] a oportunidade de cursar Ciências Sociais e o PRONERA foi um divisor de água em minha vida. Hoje leciono na Escola Municipal do Campo: Professora Maria da Conceição, no P.A Santa Clara - Bataguassu. Hoje me dedico a escola e a família. Eu sofri muito preconceito devido a modalidade do curso. Os conhecimentos adquiridos no curso me proporcionaram uma visão de mundo que antes não tinha. Por intermédio da formação alcancei minha independência financeira. (Adriana Grassieli)

A conquista do direito de acesso à universidade, podendo estudar, tem trazido mudanças significativas em suas vidas, impulsionando-as a superar as dificuldades que são próprias da sociedade patriarcal, possibilitando sua emancipação. Transformam a realidade onde vivem, construindo sua independência financeira de diferentes formas, conforme as oportunidades existentes. Venceram, por exemplo, as adversidades impostas a elas para cursar o ensino superior. Estão valorizando o fato de serem mulheres, trabalhadoras, mães, esposas, filhas, de modo que o acesso ao conhecimento científico e a sua formação proporcionam seu processo de emancipação.

Alice Araújo do Nascimento, P.A. Sebastião Rosa da Paz, nos falou desse sentimento, sendo agradecida por ter integrado o curso:

[...] O 3º grau foi graças ao PRONERA. Só tenho a agradecer. O curso de ciências sociais fez com que eu desenvolvesse um trabalho com melhor desempenho junto as famílias do programa PVR (Programa Vale Renda)...,assim como no meio social em que vivo e na minha vida pessoal, pois consigo ouvir mais e entender melhor as pessoas ao meu redor. (Alice)

O acesso à formação pelo PRONERA possibilitou às mulheres sua inserção na comunidade em permanente troca de conhecimentos, movimentando laços de sociabilidade, de partilha do conhecimento, ampliando a autoestima e a autonomia das mulheres, conforme nos diz Alice, na continuação da entrevista:

[...] Na comunidade sou membro da coordenação "Clube de Mães Boa Esperança"(Ongs)... Trabalhamos com a troca de experiências, ex: quem sabe pinturas em tecido, ensina quem não sabe, quem sabe crochê também e vice versa...É uma Ong que presta serviços social...Na época eu trabalhava com o Programa social Vale Renda estadual (PVR).(Alice)

Alice relata que as famílias do programa careciam de orientação, especialmente, aquelas que viviam em situação de violências. Elas precisavam saber como fariam o exame, denunciariam seus agressores, quando agredidas ou em qualquer outra situação, garantindo o acesso aos seus direitos, elementos que ela debateu no curso de Ciências Sociais: [...] eu desenvolvesse um trabalho com melhor desempenho junto as famílias do programa (PVR), para continuar buscando conhecimento conforme as necessidades iam surgindo. Todo profissional, não deve parar de buscar novas formas de aprendizagem. (Alice)

Alice relatou que foi muito difícil conciliar estudo e trabalho, e que para concluir os estudos, mesmo que a metodologia da alternância viabilizasse condições mais favoráveis, ainda assim foi um período intenso de dedicação, como destaca: “[...] nunca li tanto e estudei, mas valeu a pena. Contamos com professores que dedicaram seu tempo, com muita paciência e metodologia.” (Alice)

Portanto, o acesso ao conhecimento por meio do curso ampliou a consciência, promoveu meios para a compreensão de sua importância e das formas de multiplicá-lo na comunidade. Isso demonstra que a proposta pedagógica do curso criou possibilidades para as participantes, como destacam Menegat e Farias (2009, p. 58): “ampliação da reflexão da realidade social, concebendo um conhecimento que extrapola a aparência, cria laços, sentimentos de cooperação e disposição para mudar”.

A ampliação dos direitos sociais é também o destaque que a egressa Maria Aparecida do Nascimento, do P.A. Sta. Mônica, nos traz e que é movida pelo conhecimento que se efetiva:

[...] Nas questões dos direitos sociais... quando a gente faz a substituição nesse momento, que estão sendo aplicados a gente trabalha, nas linhas da formação que a gente teve, que abriu uma visão muito diferente do que a gente tinha. A gente aplicou muitas formas de trabalho, melhoramos a compreensão, as

nossas relações, o curso ele abriu horizontes para gente aplicar de diversas formas, tanto na comunidade como nas escolas, como na vida da gente diária, os nossos conhecimentos. (Maria Aparecida)

Maria Aparecida demonstra que está ciente de seus direitos, pelos conhecimentos adquiridos no curso de Ciências Sociais, os quais ampliaram sua visão e compreensão da realidade e que aplica em sua vida, na comunidade e na escola. Assim, faz com que os saberes circulem, que sejam compartilhados. Continuando seu relato, Maria Aparecida nos diz que se sente valorizada, porque

[...] a minha experiência foi valorizada e ela está sendo ainda valorizada. na comunidade. Sou convidada para falar sobre as experiências, de Coordenação de Projeto de Educação Ambiental e sobre os Fitoterápicos. Então eu acho que quando a gente é convidado para falar sobre algum assunto que a gente conhece, mas que a gente o vê como uma valorização né, está valorizando aquele trabalho e aquele conhecimento que a gente adquiriu. (Maria Aparecida)

Molina e Jesus, em seu artigo *Contribuições do Pronera à Educação do Campo no Brasil*, corroboram com o pensamento de Maria Aparecida ao destacarem o quão relevante são as contribuições dos cursos do Pronera para as camponeses(as):

[...] valorização da utilização de novas formas de uso e produção do conhecimento, que ao mesmo tempo que é apreendido pelos educandos, provoca também o surgimento de posturas mais atuantes e comprometidas e a consolidação de princípios fecundos na vida e na escola. (MOLINA; JESUS, 2011, Apud SANTOS, MOLINA; JESUS, 2011, p.53)

Cristiane Paula Morais Vilas Boas, assentada no P. A. Itamarati, em Ponta Porã, outra egressa do curso, também enfatizou a importância do curso para ela. Segundo Cristiane, os conteúdos desenvolvidos produziram novas concepções de vida e da realidade, incluindo a forma de sentir que agora compõe sua fala:

[...] sempre falei que todos que vão fazer faculdade, independente de qual a área do conhecimento seja, deveria fazer Ciências Sociais, pois esse curso proporciona um olhar da realidade, sobre injustiças, bem como nossa posição na sociedade, as suas contradições, problemas. Nos deixa mais humanos e capazes de nos relacionar melhor com as diferenças étnicas, culturais sociais. Coloca em xeque dogmas e muda a gente realmente, pois até mesmo a vida privada é de certa “forma desconstruída e reconstruída”.(Cristiane).

Esse olhar crítico sobre o contexto da sociedade, com a percepção da realidade, das injustiças, das contradições e dos problemas, indica terem sido os elementos mais interiorizados pelas egressas, manifestos em seus relatos. Isso demonstra que as mesmas identificaram suas condições de lutadoras da terra, na exclusão que foram postas, compreendendo os elementos de tais exclusões, o que as fez olhar de forma mais humana e respeitosa as diferenças nas relações sociais, étnicas e culturais, questionando dogmas, construindo e reconstruindo a vida no contexto onde vivem. Este objetivo do curso foi alcançado, pois percebemos a apropriação no vocabulário e também nas ações decorrentes deste estudo que tinha como objetivo conforme demonstram Menegat e Farias (2009):

[...] formar educadores/as com perspectiva humanista sólida, profissionais críticos/as da realidade multidimensional da sociedade brasileira, do processo educacional e nas organizações dos movimentos sociais, habilitando-os/as a produzir conhecimentos que resultem em práticas de docência, lideranças de movimentos sociais, pesquisas e planejamentos. (MENEGAT; FARIAS, 2009, p. 34).

No decorrer da entrevista, Cristiane nos relata estas mudanças de concepção e de paradigmas dizendo:

[...] consegui dialogar sobre diversas realidades. Além disso nos deu a possibilidade de aprender mais do que conteúdos didáticos, mas foi um conhecimento para mudança de vida. Por isso, independente se atuamos em igrejas, cooperativas, escolas, onde estivermos, até em outros empregos não relacionados ao campo, se voltamos ao ensinamento e reflexões e dialogamos com pessoas a nossa volta, conseguiremos apresentar o principal ensinamento do curso, que foi de não tentar impor opiniões ou conhecimentos e sim dar oportunidade a reflexão e os diversos caminhos a que podem levar um mesmo assunto, uma mesma questão. Em casa temos o hábito de discutir, debater e dialogar com nossos filhos que gradativamente vão entendendo a realidade por si e de onde contam sua história e qual posição tomam diante da realidade. A educação ampla é uma construção conjunta de vidas, independente de idade, gênero, etnia, classe social, claro que com suas particularidades. Por isso é preciso incentivar a participação. Por esse motivo e pela minha história sempre estarei motivada a fazer todos a participar em igualdade e equidade, pois o tempo do campo é outro. O jeito de viver também. (Cristiane).

O relato de Cristiane aponta para um sentido fundamental quando do acesso ao conhecimento, que é o da mudança da vida pessoal, dela e de sua família, para dali se estender a outras relações sociais. Nessa lógica, o saber cria força, por meio dele propicia-se melhoria na vida das pessoas. Compreender as teias da sociedade é libertador e em todas as etapas da

vida e por isso o debate inicia na casa, independentemente da idade das crianças e adolescentes, para dela ir à rua e criar redes de debates.

Esse é também o pensamento de Molina e Jesus (2011), quando dizem que o acesso ao ensino superior de qualidade, um direito conquistado, contribui para ressignificar a forma de ver e compreender a vida, fomentando a ideia do compromisso, como agente de transformação na comunidade camponesa.

[...] para uma mudança no modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, cujas transformações no sentido almejado da emancipação social só poderão ser obra dos próprios trabalhadores, a experiência confirma as possibilidades de práticas educativas críticas serem capazes de contribuir com a promoção da autonomia dos sujeitos, como construtores desta nova história. (MOLINA; JESUS, 2011, Apud, SANTOS; MOLINA JESUS, 2011, p. 55)

Neste sentido, as egressas do curso de Ciências Sociais destacam o desafio que a conclusão do curso se coloca em suas vidas, agora detentoras de conhecimentos que possibilitam compreender a realidade do campo e de seu entorno, nas demandas necessárias para uma vida digna. Elisandra, outra egressa do curso, apresenta esse desafio:

Eu época, em 2008, se não fosse esse curso de Ciências Sociais pelo PRONERA, eu não teria feito faculdade. Eu não teria cursado Ensino Superior porque eu não tinha mesmo condições financeiras para isso. Hoje eu sou a professora de sociologia na escola do assentamento, e eu estou concursado e também sou Professora de História. Eu fiz uma Faculdade de História, depois de terminar Ciências Sociais. Fiz mestrado em história e hoje eu sou Doutoranda em História na UFGD também né... hoje na comunidade em Itamarati... eu participo do Movimento de Mulheres Camponesas principalmente na parte do feminismo, atuando dentro do feminismo comunitário. Então, hoje a minha participação na comunidade é como professora e como integrante do Movimento de Mulheres Camponesas. Trabalhar com as mulheres, seja sobre a violência, desse patriarcado, ainda arraigado da nossa sociedade. O curso foi um divisor de águas na minha vida, seja na questão financeira, porque eu terminei o curso, já fui trabalhar na escola né, como professora. Eu consegui as minhas aulas de sociologia. Então assim minha vida foi transformada. Eu passei no concurso. Eu sinto muito orgulho de dizer que eu passei no concurso Estadual, sabe porque quando nós fizemos o curso na alternância, muitas pessoas acabavam perguntando qual que era a qualidade do curso né. Eu tenho orgulho muito grande é que eu e mais 6 colegas conseguimos ser aprovados no concurso público né. A partir do momento que assumi o concurso, eu comecei construir a minha vida financeiramente né/ Então, eu tenho minha casa, tem o meu carro, ter minhas coisas, e eu sei que também a minha carreira acadêmica ela só foi possível graças as Ciências Sociais. Era porque, como eu já te disse antes, eu não conseguiria fazer uma faculdade diferente, um programa diferente. Então assim, hoje eu tenho Curso Superior, tenho uma carreira acadêmica. Eu tenho um livro publicado, mas eu devo tudo isso assim do sucesso ao PRONERA. Mudanças também na

comunidade, no movimento social. Então, o meu movimento é o MST, que é o movimento de origem. Ele não atua muito dentro do assentamento e as atuações que ele tem são mais voltadas para o financeiro, para organização de cooperativas essas coisas todas. Então acabo não fazendo parte.

Dentro das Ciências Sociais eu acabei conhecendo o conceito de gênero e comecei a trabalhar com a história das mulheres, que também foi um fator de transformação muito grande na minha vida. Então, o meu Mestrado foi voltado para a história das mulheres. No Doutorado está sendo voltado para a história das mulheres e assim a minha carreira acadêmica, é voltada para a história das mulheres: feminismo, violência. Fiz palestra na Câmara de Vereadores, nas empresas falando sobre a história do feminismo e a luta pela igualdade de gênero. Aqui no Assentamento Itamarati nós somos cinco pessoas que terminaram Ciências Sociais, todo aprendizado que teve durante o curso, em se tratando de aplicar os conhecimentos da Educação na minha comunidade, eu sempre me lembro dos exemplos que nós tivemos em sala de aula, e da importância de entender como nós somos uma Escola do Campo. A importância de entender que nós estamos trabalhando com alunos do campo, a importância do currículo, a importância da flexibilidade do currículo. Então, sem dúvida o nosso curso ele foi um pouco diferenciado, mas ele tem uma qualidade muito grande. Ele conseguiu mostrar para nós acadêmicos uma nova perspectiva de educação, não só baseado naquele currículo pronto estatizado, mas a Educação do cotidiano, da educação baseada no pressuposto que o sujeito que vem para escola, não é um sujeito que sabe muito. A partir disso, trocar conhecimentos com esse aluno que chega com certeza. Os conhecimentos que adquiri no curso Ciências Sociais se transformaram nas relações na comunidade principalmente na questão do feminismo, por mais que eu fui uma moça, uma adolescente independente, eu tinha em mim costumes patriarcais arraigadas, costumes conservadores. Então, a partir do curso, eu tive uma mudança muito grande na minha vida, na questão de igualdade de gênero, na questão religiosa, na questão homossexual. Então, assim, o Curso de Ciências sociais como eu já disse, foi um divisor de águas. Existe uma Elisandra antes das Ciências Sociais é uma Elisandra depois, porque a minha vida, minha trajetória, ela tanto pessoal como acadêmica foram transformadas. A minha visão de mundo, seja sobre Movimento Social, seja sobre relações sociais, seja sobre gente, sobre mulher foi transformada. Foi recompensada pelas Ciências Sociais, um curso que fez as armas de fazer a gente pensar na vida, pensar em coisas que a gente achava que já estavam prontas, ou que eram as importantes no que ser assim né. Assim nas entrelinhas de cada texto, de uma reflexão sobre o que é o sujeito, e como a sociedade é formada para formar a opinião. (Elisandra)

Elisandra participa dos coletivos do MST e a partir dele passou a integrar o MMC, desenvolvendo trabalhos com as mulheres do assentamento, tratando de temas sobre feminismo, violência e patriarcado. Graduada em Ciências Sociais, tornou-se professora de sociologia na Escola Estadual Nova Itamarati, do assentamento. No entanto, a graduação foi só o iniciar de sua vida acadêmica, pois seguiu com um pé no assentamento, outro na universidade, fez mestrado no Programa de História da UFGD, desenvolvendo pesquisa que resultou no livro intitulado “Dos lugares deixados aos lugares chegados”. Nele analisou as transformações ocorridas nos meados do século XX no campo brasileiro, com a implantação

de novas tecnologias e métodos de produção mecanizada para a monocultura de grandes extensões, a qual expulsou os pequenos camponeses da terra. A pesquisa de Elisandra demonstra o encantamento dos trabalhadores rurais com as mensagens da mídia daquele tempo, rádio e jornais, que anunciavam a colonização de “áreas vazias no Paraguai”. Assim, trabalhadores rurais migraram em busca de terras férteis e de cultivo barato naquele país. Porém, os problemas com a documentação e os conflitos em terras estranhas, associados às promessas do plano de reforma agrária no Brasil, na segunda metade da década de 1990, impulsionaram o movimento de retorno dos “brasiguaios”.

Elisandra também descreve essa trajetória contada pelas mulheres brasiguaias, fazendo ela mesma parte desse processo, juntamente com sua família. Ocorreu o movimento das pessoas para o Brasil, as quais hoje estão assentadas no P.A Itamarati, em Ponta Porã, MS.

O relato de Elisandra é repleto de orgulho com as conquistas decorrentes da conclusão do curso de Ciências Sociais, visto que foi aprovada em concurso público estadual, assumindo cadeira de professora de sociologia na escola do assentamento. Conquistou independência financeira, construindo vida digna, bem como continua com seus estudos acadêmicos, atualmente aluna da etapa de Doutorado, numa pesquisa analisando mulheres na carreira acadêmica.

Seu relato contém os elementos imbricados de migrante e de exclusão, de quem saiu do Brasil em direção ao Paraguai, acompanhando sua família, e de lá retornando ao Brasil, momento em que passou à condição de filha de assentados em projeto de reforma agrária. Foi deste lugar, do assentamento, que os diversos movimentos questionaram e se moveram em busca de melhorias nas condições estruturais, dentre elas o acesso à educação como direito de todos. Com essa pauta, foi criado o PRONERA, um programa, como apresentamos no capítulo anterior, que visou a incluir pessoas na educação de todos os níveis, e que as levou até a universidade. Atualmente, está na última etapa da formação, o doutorado.

A fala de Elisandra demonstra os muitos resultados da reforma agrária que precisam ser considerados para além da formação e de lotes, espaços da pequena produção de alimentos, visto que envolvem um conjunto de elementos, dentre eles acesso à educação, capacitando pessoas para as necessidades de profissionalização, podendo competir com as exigências que o mercado estabelece, especialmente, na formação acadêmica de pessoas assentadas, que continuam nos assentamentos, formando outras pessoas. Dessa forma, ocorre o fortalecimento das demandas que encaminham.

Elisandra fala desse aprendizado adquirido no curso, atualmente aplicado na escola e nas ações que desenvolve nos grupos informais da comunidade, especialmente junto ao grupo de mulheres, debatendo com elas sobre dilemas que vivenciam e para os quais ela pode contribuir para encontrar soluções. O curso a preparou para uma nova perspectiva de educação, a que respeita o cotidiano do aluno como sujeito. O acesso à educação superior transformou sua visão de mundo sobre as relações sociais e como mulher nos diz que agora sabe ler “[...] nas entrelinhas de cada texto de uma reflexão sobre o que é o sujeito e como a sociedade é formada para formar opinião”.

O relato de Elisandra nos remete às reflexões de Cecilia Maria Ghedini, contidas no artigo de sua autoria, intitulado “Educação do campo: História e processo na luta por direitos”. Nesse estudo, a autora descreve a vivência no processo de construção da proposta de educação do campo, defendendo, para isso, a necessidade da compreensão histórica na constituição do projeto, dos camponeses como sujeitos:

[...] A educação do campo supõe uma relação com o desenvolvimento, supõe também que os sujeitos, que vivem e trabalham neste espaço, compreendam o campo como lugar de viver e reproduzir a existência e não apenas de produzir para o mercado. Desse modo, traz novas bases para compreender, situar e fazer acontecer a educação formal nas escolas do campo, pois parte de outra concepção de campo e campesinato e, conseqüentemente, de educação, escola e todas as relações que a compõem. (GHEDINI, 2009, p. 39)

O relato de Maria de Fátima, outra egressa do curso, soma-se aos de Elisandra. Maria é assentada no P.A, Taquaral, em Corumbá. Foi possível entrevista-la pessoalmente, aproveitando sua vinda a Dourados para aula no curso de mestrado na UFGD. Durante a entrevista, ela também fez um balanço de sua vida, no que foi o antes e o depois do curso de Ciências Sociais. Essa foi uma das poucas entrevistas que conseguimos realizar no momento que antecedeu a COVID 19, a qual parou pessoas e lugares. Realizamos a entrevista no dia em 12/03/2020, na UFGD, quando a egressa estava com aulas das disciplinas do curso de mestrado em Educação e Territorialidade, da Faculdade Intercultural Indígena da UFGD. Em seu relato, ela aponta as conquistas com o curso:

[...] fui agente de saúde depois, durante a graduação, foi trabalhar no Projeto Mais Educação, que é na escola. Antes e depois da graduação, fui para as comunidades tradicionais, trabalhar no projeto com a Pastoral da terra. Então, eu era envolvida com Pastoral da Terra. o curso do PRONERA. Mudou, porque nas reuniões, nas participações, a gente tem um outro olhar. Tem um pouco mais de conhecimento sobre a luta, sobre a maneira como as

peças se desenvolvem, por que quando a gente estuda Ciências Sociais, a gente estuda o povo, estuda as pessoas, estuda como é a organização da comunidade, como era a organização da família, como a organização do Estado, dentro do Município, sente pouco mais informado para conversar com as pessoas. Eu vim fazer o mestrado né. E senti e eu acredito que vou poder contribuir com outras pessoas, para que venha também fazer mestrado, porque não é porque a gente está no sítio que a gente tem que se acomodar, trabalhar no sítio e ficar lá. A gente tem que ir em busca do conhecimento também, tem que estudar e não é desvincular do sítio, mas sim agregar. (Maria de Fátima)

Em seu relato, evidencia o trabalho com as comunidades tradicionais do pantanal como agente da CPT, uma experiência que acumulou e trouxe para o curso. Com as leituras nas diversas disciplinas, pôde melhor compreender a dinâmica social da qual participava. Com isso, é possível conceber o curso como potencializador de conhecimentos e também da troca de saberes, porque as egressas quando chegaram à UFGD como alunas universitárias traziam experiências e histórias vividas nos acampamentos e assentamentos, compartilhadas e refletidas à luz das teorias, portanto, ressignificadas. Dessa forma, durante o curso, potencializaram caminhos para ampliar a compreensão sobre as estruturas da sociedade e daquelas que participam no âmbito dos assentamentos.

O curso mudou a forma de Maria de Fátima conduzir reuniões, visto que ampliou seu conhecimento sobre a luta social e de como é transformadora, desnaturalizando compreensões, especialmente, sobre o sistema de poder e a estrutura da sociedade. Atualmente, é aluna de mestrado, dando continuidade em sua formação, podendo melhor contribuir com sua comunidade. Associado à formação acadêmica, atualmente está na administração do sítio que tem com a família no assentamento em Corumbá. Enfatiza sempre a importância dos saberes, que a motivam a enfrentar os obstáculos apresentados na vida cotidiana nos lotes, na busca de uma vida digna, partilhando esperança de socialização do conhecimento junto à comunidade. Sua meta é de que a comunidade detenha consciência política e planeje suas ações, melhore suas vidas e a de suas famílias, experiência essa que participou e efetivou, para a revitalização de renda com as famílias das comunidades tradicionais no Pantanal.

Nesse sentido, para Menegat e Faisting (2011), a educação é entendida “como um direito das pessoas do campo brasileiro e que por meio dela podem viabilizar saberes e arquitetar estratégias de pertencimento nos assentamentos de reforma agrária”. (MENEGAT; FAISTING, 2011, p. 41)

O relato de Ivanilda Ricardo de Farias Torales, também egressa do curso, assentada no P.A Rosa Luxemburgo, em Sidrolândia, reflete sobre o que a motivou a fazer Ciências Sociais:

[...] me motivou foi a minha vontade de melhorar como pessoa, a minha família e a busca por conhecimento formal, ... Atuei no Movimento Social (MST) como coordenadora de Educação, dentro da minha comunidade. desde o momento que fui assentada, até os meados de 2012. Mas na luta nunca acomodei, sempre estou dando minha contribuição. Hoje atuo como professora na rede estadual de ensino, SED, em duas Extensões nos Assentamentos Rurais da região, e na escola Polo que fica no PA Eldorado. Me apossei da auto estima, tenho autonomia financeira e o dom de repassar o que aprendi no curso, colocando em prática na rotina pedagógica e sendo fiel ao que aprendi no curso. Temos que sempre estar na busca de uma sociedade justa e igualitária. Por isso continuamos na luta, na minha comunidade. A luta contra os agrotóxicos, a produção orgânica. (Ivanilda)

Ivanilda fala de sua trajetória de luta por direitos, iniciada com a atuação em movimento social em luta pela terra, como direito das pessoas dela excluídas. A formação acadêmica potencializou o processo de aprendizados, visto que proporcionou o desenvolvimento da autoestima, da autonomia financeira conquistada com a capacitação para atuar em escolas e na vida de Ivanilda, situação que oportunizou as potencialidades no repasse do aprendido e a consciência da luta por uma sociedade justa e igualitária. Sua fala retrata a combinação de saberes, configurados nas experiências vividas durante a trajetória de luta pela terra, combinados com o conhecimento acadêmico.

Nesse sentido, corroboramos com as reflexões de Molina e Jesus (2011), que refletem o relato de Ivanilda, quando as autoras destacam que a Educação é uma tarefa de libertação em relação à dependência da cultura dominante e de construção da própria concepção de mundo e de vida.

O relato de Ivone, outra egressa que ouvimos, reforça o sentido da força da educação para reflexão da compreensão das estruturas da sociedade. Ivone, assentada no P.A. Ranildo da Silva, área localizada dentro de 3 municípios (Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia) relata o que a motivou a estudar e a buscar o conhecimento no ensino superior:

[...] Me motivou a estudar, é que nós temos um grupo de jovens dentro desse grupo coletivo, dessa comunidade que nós estávamos organizando, e a gente precisava do conhecimento, que não adianta a gente só ter a terra, precisávamos do conhecimento, de como organizar, como a gente trabalhar a terra. Foi aí que surgiu oportunidade da gente fazer. Era eu e mais duas meninas aqui também do grupo, e nós optamos em tentar estudar fui professora na Escola Agrícola, na qual as crianças estudavam, ficavam uma semana em casa, uma semana na escola, numa forma diferente de lidar com nossas áreas rurais. O curso contribuiu para melhorar minha vida no

assentamento, no financeiro porque eu comecei a trabalhar na escola, mas já me ajudou para o meu conhecimento pessoal né, político, formar novos grupos para a gente trabalhar essa ideia dentro dos assentamentos. Estou aqui dentro do grupo, e a gente trabalha, a gente tem um projeto junto com UFGD, com professor Euclides, lá com limão com algumas outras coisas, mas não no sentido de sala de aula, mais é só na nossa produção. A gente tem conseguido transformar algumas ideias enquanto comunidade. Foi tentar trazer as mulheres para sair da cozinha, sair vir para a luta, trabalhar no plantio e buscar alguns debates políticos para gente construir algo aqui dentro da nossa comunidade, dentro do grupo, que tem três meninas novas. Estas. estão fazendo faculdade via PRONERA também, mas isso já é fruto de alguns debates que a gente fez, quando elas eram crianças. (Ivone)

Ivone nos relata sua luta no assentamento antes e pós-curso de Ciências Sociais, como professora em Escola Agrícola, o que possibilitou como educadora influenciar meninas a dar importância ao estudo, fato que se concretizou visto que atualmente encontram-se em cursos universitários pelo Pronera. Ela retrata as mudanças em sua vida no assentamento, impactando em geração de renda, pois atua como professora, contribuindo no conhecimento pessoal e político no âmbito das escolas, mas também em grupos informais, de produção, contribuindo na comunidade, incentivando as mulheres a participarem, atuarem para além da casa. Essas contribuições que Ivone destaca, conquistadas e/ou despontadas após a formação universitárias, são reflexões apresentadas por Maria Isabel Antunes-Rocha (2011):

[...] a formação deve contribuir para que o educador seja capaz de propor e implementar as transformações político-pedagógicas necessárias à rede de escolas que hoje atende a população que trabalha e vive no campo: um educador do povo do campo para muito além do papel da educação escolar; um educador que assume seu papel como agente de transformação da sua realidade pessoal e social. (ROCHA, 2011, Apud, SANTOS; MOLINA JESUS, 2011, p.128)

Nesse sentido, vemos que a inserção em curso superior mudou a atuação de Ivone, comprometida com a escola, mas também com o segmento desta, que é a comunidade, fazendo com que o conhecimento acadêmico potencialize transformações nas relações sociais do entorno da escola, estendendo-se aos grupos informais.

Joenilza Santos da Silva, do P.A, Colônia Conceição, em Nioaque, também nos conta suas conquistas pós-curso de Ciências Sociais:

[...] foi uma conquista muito grande tanto para mim, quanto para minha família, Mas me ajudou muito porque além da maturidade, o amadurecimento foi uma coisa muito rica. Eu diria que toda mulher teria que passar pela UFGD, porque uma construção muito grande na vida da gente. É um aprendizado muito grande, e eu me sinto muito orgulhosa por ter tido essa oportunidade de fazer uma faculdade dentro né, a nível de UFGD. É

uma bagagem que a gente vai carregar para o resto da vida, e eu me sinto muito orgulhosa. Isso me trouxe o fruto do meu trabalho, e hoje eu sou professora. Eu já tenho 15 anos em sala de aula e hoje eu trabalho para o Ensino Médio, na Escola Odete Ignez Restel Villas Bôas, dentro do município. Fiz o processo seletivo que teve agora na Secretaria de Educação, saindo em primeiro lugar. Me senti muito orgulhosa e os conhecimentos que eu adquiri, eles foram muito valiosos, porque eu consegui contribuir tanto na minha comunidade para as mulheres que eu tenho contato. Eu sempre converso, falo da minha experiência e para mim como mulher que elevou muito minha autoestima, porque hoje eu me sinto valorizada, eu me sinto uma pessoa respeitada, tanto pela minha experiência de vida, como pelo papel que exerço dentro da minha comunidade, principalmente dentro da minha escola. Eu me vejo como uma mulher que as pessoas olham com um olhar diferente. Me respeitam porque conhecem a minha luta, e me valorizam. Eu me sinto muito feliz por isso. Eu me sinto extremamente empoderada, com certeza. É para continuar contribuindo na luta, para que muitas mulheres façam parte desta construção. Hoje eu estou me dedicando a faculdade de história né, que é um projeto que está aqui mais próximo de mim, mas pretendo fazer sim um mestrado na UFGD, nessa linha da questão do empoderamento feminino. (Joenilza)

Joenilza, toda empoderada, relata com orgulho suas conquistas, na oportunidade de cursar Ciências Sociais, acesso que não só lhe propiciou conhecimentos acadêmicos, mas propiciou a ela maturidade, aprendizagem, bagagem de conhecimentos que são valiosos para sua vida e profissão. O fato de possuir uma graduação viabilizou condições para que se inscrevesse no processo seletivo da secretaria de educação, classificando-se em primeiro lugar em concurso público, gabaritou a prova, e se efetivou como professora do Ensino Médio na Escola Odete Restel Villas Bôas do Município de Nioaque. Além da escola, assim como as outras egressas do curso, partilha os conhecimentos acadêmicos em sua experiência. A autoestima que sente, sendo valorizada e respeitada, tanto na escola como na comunidade, compartilha na comunidade, numa tentativa de expandir para outras mulheres. O sentimento de empoderamento a motiva a continuar na busca por mais conhecimentos e atualmente está cursando História, numa pretensão de futuramente se inserir em programa de mestrado na UFGD, refletindo sobre empoderamento feminino.

Nos planos de Joenilza, os quais se associam àqueles que também foram evidenciados por outras egressas, está a continuidade nos estudos, calcando novos degraus nas etapas de formação acadêmica, pretendendo se inserir nas etapas do mestrado e doutorado, o que demonstra envolvimento com o conhecimento. Esses aspectos são destacados sem que sejam descolados da comunidade a que pertence, ou seja, está pensando em sua formação e de como poderá contribuir com o desenvolvimento dela e da comunidade. No seu relato, compreendemos o sentido do que é empoderamento, expresso amplamente em sua fala, o qual

traduz o alcance que ela foi adquirindo de sua atuação social, na consciência de direito e no acesso destes, transformando sua vida e a de sua atuação na comunidade.

O relato de Joenilza corrobora com o pensamento de Maria Isabel Antunes-Rocha (2011), ao refletir sobre a experiência do Pronera com a formação de professores, uma ação que conforme a autora é instigante e desafiadora, porque é fecunda demonstrada pelas conquistas das mulheres camponesas em suas falas. Estas apresentam sonhos realizados e o compromisso na transformação da realidade do campo, uma trajetória significativa no contexto da educação brasileira.

Lauraline da Silva Ramos, assentada no P.A Sta, Lúcia, em Sidrolândia, foi mais uma egressa do curso de Ciências Sociais, que ouvimos durante as entrevistas para nossa pesquisa, na qual nos fez conhecer seus questionamentos:

[...] Isso porque aprendi na minha formação acadêmica a importância da identidade, dos jovens nos assentamentos, para o fortalecimento dos assentados, que, por sinal, a tendência é envelhecimentos de seus moradores, que resultará em venda e voltará a pertencer a uma minoria. Não diria que estou empoderada, na verdade tenho me sentido cansada. Mas motivada, esperançosa e confiante, de que juntos somos mais fortes e acredito fielmente que se mais mulheres tiverem esta formação, mais força teremos para lutar contra as adversidades. Na verdade, anseio que mais mulheres, pessoas com mais conhecimento, com mais reflexão crítica, para mover e mudar o sistema que nos sufoca. (Lauraline)

Lauraline nos conta suas conquistas e nos diz que trabalhou em uma Escola Família Agrícola de Sidrolândia EFASIDRO, também lecionando na Escola Estadual Paulo Eduardo de Souza Firmo, uma extensão da escola Capão Bonito II e S. Pedro. Recentemente, participa de eventos da Igreja Viver em Cristo, onde trabalha com as mulheres e jovens e também com lazer. Ela nos diz que o conhecimento mudou sua visão “o mundo oculto que existia a meu redor”. Destaca que a formação acadêmica a ajudou a compreender a importância da identidade camponesa, que essa consciência alerta que o conhecimento é de importância para o fortalecimento da luta nos assentamentos. Em seu entender, se os jovens resistirem na terra, os assentamentos terão continuidade, pois há uma tendência de mudanças diante do envelhecimento dos moradores e saída da juventude dos lotes. Sua fala deposita nas mulheres a esperança, visto que se mais mulheres tiverem consciência e se formarem terão mais forças para lutar contra as adversidades, para mudar o sistema que nos sufoca no sentido da dominação feminina.

O pensamento da egressa Lauraline corrobora com as reflexões de Denice Batista da Silva (2011) quando expressa sobre mudanças promovidas na vida de mulheres inseridas no Ensino Superior, destacando que:

[...] a abertura das universidades públicas para as trabalhadoras e trabalhadores rurais de áreas de assentamentos não tem se dado de forma pacífica; tem sido à custa de muita luta dos Movimentos Sociais, de professoras e professores universitários que compreendem que a academia é um espaço de todos, sendo assim, todos têm direito ao conhecimento científico. E este deve responder aos desafios e às dificuldades da população do campo que busca uma alternativa de vida, apesar das adversidades da natureza e das dificuldades sociais que enfrentam, fruto de um modelo de desenvolvimento que beneficia poucos e exclui essas trabalhadoras e esses trabalhadores. (SILVA, 2011, Apud SANTOS, MOLINA, JESUS, 2011, p. 140)

Luci Dalva Maria de Souza, também egressa do curso, conta sobre os seus ganhos com a conclusão do curso:

[...] Em 2008 nós fizemos, precisamos fazer o vestibular, passamos pela entrevista e começamos a faculdade em 2008. Após a faculdade eu já ingressei na pós-graduação do PRONERA, que também foi oferecida na UFGD. Eu vi a minha vida totalmente transformada naquele momento. Fiz concurso para Campo Grande e assim eu fui chamada em 2014. Concurso no meio de 2014, em junho e eu assumi no início de 2014. Trabalhei na Escola Família Agrícola de Sidrolândia, Ensino Fundamental. Eu trabalhei também como Assistente Técnica Social, na construção das casas de alguns assentamentos do MST. O posto melhorou a minha vida em 300%, eu falo, porque ganhei dignidade. Eu ganhei uma casa, ganhei terra, ganhei a possibilidade de que os meus filhos pudessem estudar. Hoje meu filho mais velho ele estuda, ele paga a faculdade dele, mas ele só consegue fazer isso, porque eu consigo fazer o resto. Eu consigo fazer outras coisas. Não tive oportunidade de trabalhar aqui no assentamento na educação, aqui no Santa Mônica, pelo menos não, de forma direta, mas indireta. Aqui a gente atua nas reuniões, nas atividades coletivas, enfim mais como prática. Não podemos desistir né, e sempre conversando com as companheiras da comunidade que é possível, que não é tarde para voltar a estudar, que não é tarde para lutar pelos seus sonhos, e que com conhecimento também institucional, com conhecimento oferecido pela Universidade, o conhecimento aliás oferecido pela Universidade junto com o conhecimento de quem já trabalha na terra, só tem a possibilidade de fortalecer a luta, de fortalecer as pessoas que estão nessa luta Mas é muito bom a gente ver quando as pessoas se animam, se reinventam através do diálogo, através de cada pequena conquista, porque aqui são as pequenas conquistas que são muito valorizadas todos os dias. Então eu acredito realmente na força da luta pela terra, na frente das pessoas que lutam por justiça social, que lutam por uma educação de boa qualidade, e por equidade social, por justiça. (Luci Dalva)

Luci Dalva destaca os avanços ocorridos em sua família após o curso, que a oportunizou inscrever-se em concurso público, sendo aprovada. Para assumir a vaga, precisou atuar na cidade de Campo Grande, próxima ao assentamento. Antes disso, trabalhou também na Escola Família Agrícola de Sidrolândia no Ensino Fundamental, e também trabalhou como Assistente Técnica Social, durante a construção de casas nos assentamentos. Mesmo sendo uma das poucas egressas que não atua nas escolas dos assentamentos, não deixou de contribuir com a comunidade, visto que atua nos grupos informais do assentamento, com diferentes ações, especialmente nos grupos de mulheres assentadas.

Nesse sentido, compreendermos a melhora em sua vida, o que alcançou o grau de 300%, porque o acesso à educação superior está no conjunto de mudanças que vivencia, desde o acesso à terra, construção de habitação com dignidade, possibilidade de os filhos poderem estudar, empoderamento com os conhecimentos adquiridos, participação na comunidade durante as reuniões e atividades coletivas. Passou a incentivar as mulheres a estudarem, a lutarem por seus sonhos. Ela nos fala que é bom ver quando o diálogo faz florescer conquistas, pequenas coisas, pois as pessoas se animam se reinventam e valorizam os avanços.

Para os autores, os encaminhamentos efetivados pelos Movimentos Sociais rurais através do diálogo com as Universidades e Órgãos Públicos também fazem parte da efetivação da reforma agrária, visto que os camponeses demonstram em suas práticas que “[...] esta não é uma bandeira de luta que deve ser levantada apenas pelas famílias sem-terra, mas que a mesma requer a participação social, tornando-a um projeto de sociedade”. (MENEGAT; FAISTING, 2011, p. 41-42). Dessa forma, conforme os autores, à medida que a reforma agrária deixa de ser uma demanda apenas de um grupo marginalizado socialmente como são os sem-terra, passará a ser reconhecida como uma questão social mais ampla. Só então acumulará forças sociais para produzir efetivas transformações no campo brasileiro e na própria sociedade.

As reflexões de Menegat e Faisting (2011) acenam para a importância do envolvimento da sociedade na discussão e nos encaminhamentos sobre a reforma agrária. Trata-se de uma estratégia para assegurar condições para criação de assentamentos e inclusão de pessoas excluída que poderão se inserir na produção de novos espaços produtivos e sociais que possibilitaria as mudanças na estrutura agrária. Esta, que historicamente vem desde a colônia como modelo de concentração da terra, configura-se nos latifúndios. Somente a consciência de toda a sociedade sobre a questão da concentração da terra tornaria possível resultar na reordenação e na modernização de espaços produtivos e sociais, que poderiam

produzir resultados no empoderamento dos sujeitos de direitos, garantindo assim a cidadania e direitos humanos.

A egressa Maria Alves Conceição, assentada no P. A Colônia Conceição, em Nioaque, relata as mudanças que ocorreram na vida dela com a conclusão do curso, especialmente no fato de que atualmente é “diretora da Escola Uirapuru de Ensino Médio e EJA, e os conhecimentos adquiridos me possibilitaram enxergar o mundo de forma mais humana, crítica, com um desejo maior de transformar”. (Maria Alves)

Maria Alves aplica os ensinamentos aprendidos de forma colaborativa e construtiva com jovens e adultos na escola onde exerce a função de diretora e, também, com as mulheres da comunidade. Seu relato aponta que a partilha dos conhecimentos tem contribuído na motivação, em um processo de luta por outras demandas enfrentadas no cotidiano dos assentamentos que efetivam e visam a melhorias nas condições econômicas e sociais dos camponeses/as.

Esse é também o pensamento de Marli Perbelim Rodrigues, assentada no P.A. Nazareth, em Sidrolândia, outra egressa do curso. Ela fala de seus sonhos, das dificuldades e das motivações que lhes dão esperança:

[...] Cursar o ensino superior parecia um sonho distante e inatingível para quem morava no assentamento, longe dos polos de educação superior. No entanto, o sonho era maior que as dificuldades e por mais estranho que pareça era ao mesmo tempo uma motivação, ver cada vez mais meninas/mulheres saindo para estudar e não mais para "virar" empregadas domésticas. Foi uma das motivações, além da vontade de mostrar que quem mora na zona rural também tem direito de estudar e seguir a profissão que desejar, como disse o grande Mestre Paulo Freire “ocupar o latifúndio do saber”. Não estou atuando na área da educação, pois as escolas que oferecem as disciplinas de sociologia e filosofia ficam distantes do local que moro. Assim fica muito difícil deslocar todos os dias para dar aula também, porque não quero morar na cidade para dar aulas. Atualmente estou trabalhando de Agente Comunitário de Saúde no Assentamento, embora seja em outra área não deixamos de desenvolver atividades que envolvem os aprendizados obtidos no curso, visto que fazer as visitas nos domicílios é pôr em prática muito do que aprendemos com a sociologia e antropologia. Através do curso de Ciências Sociais criei coragem para a mudança mais radical da minha vida, que foi sair da zona de conforto, da casa dos meus pais e ir em busca da minha história na luta pela terra. Ao término do tempo comunidade da segunda etapa tomei a decisão de mudar para o acampamento e pleitear um lote de reforma agrária. A atuação de uma pessoa com formação na comunidade contribui nas estratégias para resoluções de algumas situações que as pessoas geralmente não têm entendimento. Penso que o simples fato de ter a disposição para ouvir o questionamento da comunidade já é de grande valia, pois muitas vezes não tem com quem contar para pelo menos buscar uma orientação para resolver alguns problemas. Nesse sentido, quanto mais trabalhadores/as com formação, mais trazem enriquecimento

para a comunidade. Os conhecimentos adquiridos durante o curso foram de grande importância para a nossa intervenção na comunidade de uma forma geral. Acredito que o uso das tecnologias, mídias sociais têm sido de fundamental importância para continuarmos compartilhando conhecimentos, troca de experiências e principalmente para não perdermos o que foi aprendido durante o curso. Ainda podemos contar e participar de seminários, conferências, entre outras atividades que sempre acontecem para "refrescar" a memória e buscarmos no cotidiano nas diversas situações de aprendizado e debates que tivemos nos quatro anos do curso. Tenho contribuído com a participação em um projeto de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), coordenada pela CPT, ajudando na organização das 25 famílias que participam do projeto para a comunidade. Nós que tivemos oportunidade de estudar, somos exemplo para os mais jovens, e alguns casos para os mais velhos que não tiveram a mesma oportunidade. Por exemplo, aqui no assentamento tem muitas mulheres estudando, concluindo o ensino médio e sonhando com o ensino superior. Sinto muito motivada cada vez que uma jovem do assentamento conquista uma vaga em curso superior seja PRONERA ou em cursos regulares. É uma alegria imensa ver que as meninas assentadas saem de casa para estudar e não mais para serem domésticas, pois essa era a realidade quando era criança/jovem. Saber que as mulheres e homens do campo tem ocupado cada vez mais os espaços das universidades é muito motivador. (Marli)

A fala de Marli evidencia a importância de “ocupar o latifúndio do saber”, ao tornar realidade o sonho de acesso ao ensino superior, rompendo com aquela estrutura que ela guarda na memória, dos tempos de criança, quando parecia haver um único destino para as meninas mulheres, aquele da inserção na cidade, na condição de empregadas domésticas. Saíam de uma casa para adentrarem em outra, sem mudar de atividade de atuação e/ou de lugar social, apenas mudavam do espaço do campo para aquele da cidade, mas eram mantidas escondidas na dimensão da vida privada.

Marli fala com animação ao constatar que atualmente cada vez mais meninas e mulheres moradoras na zona rural saem para estudar, tornando efetivo o respeito ao direito no acesso à educação e em todos os níveis, assim como a de terem uma profissão, e nisso reside o sentido de “ocupando o latifúndio do Saber”, no diálogo que faz com Paulo Freire, que até algumas décadas o acesso à educação, para as pessoas do campo estava distante de seus projetos de vida. Os cursos subsidiados pelos Pronera encurtam essas distâncias, pois o próprio programa se constituiu como uma demanda trazida pelos movimentos sociais visando primeiramente o nível de alfabetismo que havia no âmbito dos assentamentos, como destacamos no capítulo anterior.

Atualmente, Marli não está atuando na educação formal, das salas de aula, mas atua como educadora social, na ação de agente de saúde na comunidade onde está assentada, e no desenvolvimento desta, implementa os conhecimentos adquiridos. Destaca que um dos

grandes desafios do curso que a fez crescer como pessoa foi sair da casa de seus pais para lutar e pleitear um lote da reforma agrária que se efetivou, pois hoje já tem família e desenvolve no lote a agroecologia. Levanta a importância de ter aprendido a usar a tecnologia e as mídias sociais que foi de fundamental importância para continuar sua formação, compartilhando os conhecimentos, trocando experiências com os colegas e professores. Assim, potencializa o conhecimento adquirido no curso, possibilitando também a participação em espaços de debates de seminários, conferências e outras atividades que potencializam a formação. Ela, como as demais egressas, também deu continuidade aos estudos acadêmicos participando de pós-graduação, em nível de especialização.

Marli dá destaque ao fato de os conhecimentos adquiridos serem de grande importância nas intervenções que faz na comunidade, como no projeto que participa para a implantação de (SAFs), coordenado pela CPT, dialogando e atuando na organização das 25 famílias que compõem a ação. O fato de ela ir em busca do direito ao acesso ao estudo universitário, torna-a exemplo a ser seguido pelos jovens e adultos do assentamento, especialmente, por mulheres que passaram a estudar e estão concluindo o ensino médio e sonhando com a oportunidade de fazer o ensino superior.

O relato de Marli valorizando o Pronera, no curso de Ciências Sociais, o qual propiciou conhecimentos entre a teoria e a prática, leva-nos a refletir com Menegat e Faisting (2011) quando ressaltam que a luta e a resistência na terra se fortalece quando vislumbram consciência das conquistas, estreitando os laços de pertencimento nos assentamentos. A educação como direito conquistado “o acesso à educação gratuita e de qualidade em todos os níveis é uma necessidade, reivindicada nos espaços de assentamentos, possível a partir da rede de diálogos, construídos num coletivo de demandantes e de atores sociais”. (MENEGAT; FAISTING, 2011, p. 41)

Nilda Gonçalves Nunes Rosa, assentada no P. A Padroeira do Brasil, em Nioaque, também reflete sobre a oportunidade de fazer o curso, destacando as dificuldades e o apoio da família para alcançar o objetivo:

[...] Comecei a estudar na intenção de só concluir o ensino médio, mas ai apareceu a oportunidade de fazer magistério de férias e me escrevi e logo fui chamada. Antes de concluir o magistério surgiu Ciências Socais na UFGD. Muita dificuldade para fazer os trabalhos, mas graças a Deus, meu esposo e filhos, apoiaram e dei continuidade aos estudos até o fim. Eu pude dar uma vida melhor para a minha família, continuo a dar aula no assentamento mostrando para os educandos que tem que lutar por seus objetivos (Nilda).

Nilda, após concluir o curso, assumiu o cargo como professora na escola do assentamento P.A. Padroeira do Brasil em Nioaque, lugar onde procura compartilhar conhecimentos e motivar seus educandos a lutarem por seus objetivos.

Segundo Molina e Jesus (2011), em seu artigo: Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil, as novas formas de uso e produção do conhecimento que os cursos do Pronera proporcionaram tiveram muita influência na formação das mulheres camponesas que assumem o exercício de educadoras em seus assentamentos:

[...] A ênfase recai na valorização da utilização de novas formas de uso e produção do conhecimento, que, ao mesmo tempo em que é apreendido pelos educandos, provoca também o surgimento de posturas mais atuantes e comprometidas e a consolidação de princípios fecundos na vida e na escola. (MOLINA; JESUS, 2011, p. 53)

Rosana dos Santos, assentada e professora na escola do P.A. S. Judas, em Rio Brilhante, relata sua experiência como educadora, falando das possibilidades e das dificuldades enfrentadas para a formação superior, numa busca pessoal e de compromisso com a comunidade:

[...] O que mais me motivou a estudar foi para romper com as barreiras que nós temos como sujeito no campo, de que nós não podemos ter oportunidade, sair e conhecer o mundo. Então, assim, eu sempre gostei de estudar, minha família sempre foi pobre, meu pai era muito aberto e ele sempre incentivava.. Então eu coloquei a cara nos livros, terminei uma faculdade, logo procedi e comecei outra e fiz o normal superior, mesmo por falta de opção de morar no campo que estudar, trabalhando já na escola se tem uma formação, e não ter oportunidade de estar todos os dias para manter isso. A minha atuação na educação hoje é parte do plano de aprendizagem de 18 anos na escola com a educação infantil aqui no assentamento São Judas, e com as séries iniciais, mas atualmente eu estou três anos já indo para cidade todos os dias trabalhar na escola lá, porque o concurso de um período teve que ser remanejado, fechou a escola por conta de poucos alunos. Então a minha atuação sempre foi dentro da educação mesmo, e hoje eu contribuo também no Centro Urbano. Agora na comunidade nós participamos dos grupos, de reuniões, de debate, tanto com mulheres, como com os assentados. Atualmente mesmo é mais na parte da produção, quando se discute alguma coisa, alguma análise do que nós queremos para o assentamento, de melhoria de infraestrutura, e de estradas, mais né agora atualmente dentro do movimento social na minha atuação ainda está bem cautelosa. Nós não estamos tendo muito encontros, muitas participações em reuniões, por causa do sistema político que estamos vivendo no momento. O curso também contribui para isso, tanto para mim para minha família, nos debates, para minha escola, para o aprendizado também e para a comunidade, uma vez que você consegue compreender as relações e colocar também em prática. Contribuiu sim, para nossa formação pessoal e coletiva, e ele vem contribuindo sempre uma vez que nós passamos a ver a realidade de forma diferente. Então é de suma importância essa participação do PRONERA na vida dos assentados, porque mesmo que nós tenhamos condições financeiras, não temos condições de abandonar o lote, ficar 4 ou 5

anos fora estudando diariamente. Nós temos que voltar para terra, temos que cuidar, organizar nossa vida, nossos lotes, cuidar dos animais, das coisas, porque o nosso aprendizado não fica só para a gente, nós aprendemos, nós fazemos, nós multiplicamos aquilo que nós aprendemos. (Rosana)

Para Rosana que atua como educadora desde 2001, na Escola S. Judas, o curso contribuiu para potencializar conhecimentos que faltavam em suas atuações na escola e na comunidade. Retrata também as mudanças na comunidade, especialmente, na redução de crianças em idade da educação infantil e séries iniciais, lugar que há 18 anos atua como educadora, levando ao fechamento de salas de aula na escola. Isso trouxe mudanças em sua vida, fazendo com que ela tivesse que combinar espaços de atuação como educadora em escolar do assentamento em um período do dia, no outro na escola do meio urbano. Sua fala indica mudanças no âmbito das estruturas familiares de famílias assentadas, com menor número de filhos, associada à saída das juventudes dos assentamentos, levando a novos arranjos na dinâmica da comunidade. O fechamento de salas de aulas devido ao pequeno número de alunos é uma delas. No entanto, ela não deixou a comunidade, pois divide-se entre os espaços do circuito da educação formal, atuando também nos grupos informais, no âmbito da comunidade participando e promovendo reuniões, debates, sobretudo, com as mulheres onde discutem melhorias da infraestrutura.

Para Molina (2014, p. 189), em seu artigo sobre a formação de educadores/as da Reforma Agrária no contexto do PRONERA, a relação que os cursos do PRONERA mantêm com as comunidades dos assentamentos:

O referencial que ilumina a Educação do Campo germina, nasce e frutifica na/da luta pela terra, pelos direitos a uma vida digna, pela relação igualitária entre homens e mulheres, pela distribuição igualitária da renda e dos bens produzidos pela sociedade de forma justa. Uma luta histórica que os movimentos sociais contemporâneos resgatam ressignificam e atualizam em função da leitura de que a desigualdade social, econômica e política aumenta, fica mais aguda ao longo do tempo, descortinando que não há saídas dissociadas da superação do capitalismo.

Para Rocha, o educador do campo precisa ser necessariamente do campo e sua formação respeitar essa realidade em seu processo formativo, como enfatiza que: “O educador do campo precisa ter a compreensão da dimensão do seu papel na construção de alternativas de organização do trabalho escolar. Uma atuação que entenda a educação como prática social”. (ROCHA, 2011, p. 127)

Nossa percepção a respeito é que as egressas/as do Curso de Ciências Sociais pelos relatos nas entrevistas demonstram práticas nos assentamentos, que realmente o aprendizado foi efetivo e que os objetivos do curso estão transformando a realidade dos mesmos.

Rosângela Fátima Correia Ávila, assentada no P. A Sebastião Rosa da Paz, Juti/Amambai, fala das mudanças que o curso trouxe para seu crescimento pessoal como mulher:

[...] eu saí da UFGD com a bagagem muito grande, muito grande mesmo, num conhecimento amplo, numa nova visão de mundo, novas perspectivas, novas forma de olhar o mundo né. Não estou em sala de aula, mas eu contribuo com a Associação de Moradores. Eu contribuo com palestras, eu contribuo com os movimentos, conversando com as mulheres principalmente, e assim eu penso e eu aproveito toda oportunidade que eu tenho para estar colocando em prática aquilo que eu aprendi no meu curso de Ciências Sociais, que como eu falei para você, foi um divisor de águas na minha vida. A minha visão de mundo hoje é totalmente diferente. Ela é abrangente e assim eu consigo fazer leituras né. Como diz a professora Alzira: eu consigo ler entre as linhas né? E isso para mim foi muito importante. Eu sempre tive assim a certeza de que a educação é o caminho e é o caminho que liberta, o caminho que te abre oportunidades. Eu acredito que se a maioria das pessoas, se as mulheres conseguissem ter acesso a cursos com esse apoio, porque para mim foi um apoio muito grande, eu cresci até mesmo como Mulher. Hoje eu me olho diferente no espelho e eu me vejo, me reconheço como uma pessoa política, uma pessoa que é importante, uma pessoa importante assim como ser humano, como política, como mãe, como esposa, como amiga. Então, é em todos os lugares que eu atuo. mostro esse conhecimento que às vezes ele fica meio que obscuro, que mostra os seus direitos, que mostra você como ser humano, que tem direito a um lugar no espaço, que tem direito a sua dignidade, que tem direito a tantas coisas. Eu não tinha esse conhecimento aberto, amplo e capaz de ler entre as linhas, de ler entre até um silêncio você consegue interpretar e saber o significado daquele silêncio. Eu devo isso ao curso que foi maravilhoso na minha vida, com certeza.

“Ler entre as linhas” é o elemento de destaque que Rosângela enfatiza em relação ao aprendizado com o curso de Ciências Sociais, e de tudo que implica essa leitura. “Ler entre as linhas” significa compreender as estruturas da sociedade, os poderes nelas criados, as dominações sendo desnaturalizadas, afastando-as do vivido. Por isso que a bagagem de Rosangela em seu retorno a casa e a comunidade que pertencia cresceu e se tornou grande. No entanto, parece que mesmo aumentada, não ficou pesada, ao contrário, tão leve que ela pode nela incorporar a compreensão do sentido dos silêncios, e perceber o quanto os silêncios falam quando se torna possível sua leitura. Para lê-los, é preciso uma bagagem grande, que ao mesmo tempo traduz leveza, visto que cria a possibilidade de desvendar a realidade e amplia a visão de mundo com novas leituras.

Rosângela começou a trabalhar na Escola Estadual de Juti com Ensino Médio, posteriormente, pela distância e horários das aulas que não eram compatíveis com sua realidade, teve de deixar. Atualmente, não está em sala de aula, mas contribui com a Associação de Moradores do assentamento, onde ministra palestras, conversa com as mulheres, colocando em prática o aprendizado do curso. Atua como educadora social, debatendo e fazendo uma leitura política dos acontecimentos. Sente-se valorizada na comunidade, pois é convidada para administrar palestras, encontros, participações que são gratificantes devido à experiência do Curso.

O destaque no relato de Rosângela está no fato de a leitura ter iniciado nas “entre linhas” de sua vida, expressa no pensamento de que “hoje eu me olho diferente no espelho e eu me vejo, eu me reconheço como uma pessoa política, uma pessoa importante assim como ser humano, como uma pessoa política, como mãe, como esposa, como amiga. Então, é em todos os lugares que eu atuo ampliei minha visão em relação aos problemas do Mato Grosso do Sul e da Reforma Agrária” (Rosângela).

Para ela, as discussões nos cursos a auxiliaram a compreender que a conquista da terra é só o início de um processo que precisa ser contínuo, porque “você precisa permanecer na terra, e você deve a outras gerações que para não acontecer o que aconteceu com vocês, as gerações precisam ter noção de direitos né” (Rosângela).

Molina e Jesus (2011) destacam essa conquista dos cursos do PRONERA, onde a “À percepção majoritária dos educandos é que os cursos contribuem para sua formação como cidadãos e trabalhadores, bem como para seu engajamento comunitário e político”. (MOLINA; JESUS, 2011, p.44)

Percebemos este grau de consciência na vida e ações de Rosângela em seu assentamento e também a preocupação com as novas gerações, para que estejam conscientes de seus direitos, e não precisem passar pela mesma experiência de seus pais. Rosimeire da Silva, professora no P.A Itamarati, em Ponta Porã, descreve sua participação na escola, na comunidade e no partido político:

[...] Na minha comunidade nós temos o Movimento de Mulheres Camponesas, que também gosto e sempre que posso quero tá ali contribuindo. É nós temos também Associação Gerando Vidas, que aqui do Assentamento Itamarati da qual estamos ali junto, a gente é uma das pessoas que a gente conseguiu dessa Associação, marcar a comemoração do dia do Agricultor, da Agricultura, estamos fazendo aqui uma vez por ano. Sou filiada também no Partido dos Trabalhadores devido a gente ter se apropriado desse conhecimento .na minha vida pessoal, no concurso, eu consegui ser aprovada. Saí também em sociologia, na rede estadual que eu

tinha concurso de 20 horas, também eu já sou efetiva nas 40 no meu local. As contribuições em que eu posso estar dando dentro do local de trabalho lá, em cima desse conhecimento, com esses autores que a gente estudou, que estão ali, da gente ter também transformado o espaço em que e a gente está, ou da gente conseguir entender melhor a situação social daquele aluno, conseguir conversar com ele de igual para igual. A gente passou por isso, de ser solidário ali com outro e de conseguir ajudar o outro. Pelo menos trazer um pouco de esperança. Eu vejo que o curso contribuiu comigo muito nessa parte, conseguimos trazer o curso a pós-graduação também, da UFMS.

Rosimeire, que atua na escola e nos grupos informais que reúnem mulheres no assentamento, relata contribuições na compreensão e apropriação das teorias dos autores estudados, ampliando seu conhecimento. Contribui no local de trabalho na escola com os conhecimentos adquiridos, intentando transformar o espaço onde vive e entender a situação dos alunos, conversando de igual para igual, tornando-se ela mesma, melhor como pessoa.

Sônia Regina Tomicha, assentada no P.A S. Gabriel, Corumbá, também descreve as conquistas e seu crescimento:

[...] a UFGD caiu assim na minha vida, foi como uma lua completa né. Lá eu chorei, eu tive tristeza, mas tem muito mais alegrias do que tristeza. E você nem imagina um tanto assim foi o crescimento 100%. Foi lá na UFGD que eu vi que eu não estava sozinha nessa luta de lutar pelos direitos nossos. Lá eu não estava sozinha, eu via outros colegas todos preocupados, todos no mesmo barco. E além de nós estudantes que estávamos ali almejando conhecimento, almejando coisas melhores para nós e para nossa comunidade, tinha professores assim olha que marcaram a minha vida para toda vida. Mas são professores que eu guardo com muito carinho no meu coração, e que serviu para o meu crescimento, dentro da minha comunidade. E aí eu fui fazer esse concurso 2011, e eu falei assim com toda a experiência que eu já tenho, eu vou conseguir. E passei no primeiro concurso, lá em 2011, já assumi. Eu acho, fiquei retida 20 horas e aí eu comecei a perceber que a UFGD ela queria o que mostrar? Que nós somos capazes de ir além do que nós achamos. Que podemos ver, Hoje eu costumo dizer assim que todo pedagogo ele tem que fazer pedagogia, tem que ser Ciências Sociais e as Ciências Sociais ainda ela te faz ver. Para ter esse conhecimento maior, aprender a respeitar o direito de nossos alunos e o direito de aprendizagem da criança, começa por aí né?. E aí assim, durante os quatro anos que eu estive na UFGD foram anos de intenso aprendizado, e que hoje, ainda hoje, refletem na pessoa da Sonia. Depois que eu acabei de fazer o Curso, eu fui convidada para ser Técnica na Secretaria de Educação. Fiquei lá um ano porque eu cheguei para Secretaria de Educação falei: “professora a senhora me perdoa, mas eu não nasci para ficar entre quatro paredes no ar condicionado, a senhora me perdoa, eu preciso sentir o chão da escola, e eu preciso sentir o cheiro das crianças né, aquele cheiro de mato, e aqui não é meu lugar” E aí ela me deu uma carta de recomendação para voltar para escola, e quando eu cheguei na escola, que eu entreguei a carta para o diretor, ele disse para mim: “até parece que você precisa dessa carta professora, seu lugar está aqui, as portas estão abertas, mas eu não queria que você voltasse para a sala de aula, eu queria que voltasse para coordenação”.

E aí, de 2015 a 2019 que foi o ano passado, uma hora eu era a Coordenadora, outra hora eu era Diretora. E aí, quando chegou o final do ano passado eu deixei assim, eu não quero mais nem Coordenação, nem Direção. Eu quero minha sala de aula né. Se fala muito de Educação do Campo né, mas não se faz uma Educação no Campo como que tem que ser feita. Aí eu comecei a perceber, comecei a brigar né. Não é por aí, tem que se respeitar o direito das crianças, tem que se respeitar a identidade do assentado que não é valorizado. A escola assim, que me marcou muito que hoje eu sou efetiva nessa escola, é a Monte Azul. Comecei ficar atrevida assim dentro da Educação sabe, depois da UFGD. Percebi que eu podia lutar, que eu tinha que ter voz e essa voz quem tinha que conquistar era eu mesma. Aí eu precisava de boca e então falar “isso aqui tá errado”. Só que não é assim né, porque precisa respeitar o espaço do aluno. E aí hoje eu tenho duas faculdades né, que a de Ciências Sociais e a Pedagogia. Hoje eu tenho três cursos de pós-graduação, que eu fiz um Curso de Coordenação Pedagógica Pós-Graduação, um outro Curso de Inclusão que fala sobre a Inclusão da Criança com Necessidades Especiais, outro Curso que fala Educação Pobreza e Desigualdade Social, que casou bem com o Curso do PRONERA que eu fiz. Não que eu acabei lá em 2012 (com a colação de grau). Então, eu continuo assim estudando. Estou tentando aí um mestrado. (Sonia)

“Comecei a ficar atrevida” é um dos indicadores que queremos destacar no pensamento de Sônia, como resultado da conclusão do curso em Ciências Sociais. Mas qual o sentido do atrevimento? Atrevimento expressa a apropriação de referenciais teóricos, que a possibilitou a olhar com outros olhares para a realidade que vivencia, passando a questionar dilemas presentes em suas estruturas, especialmente aquelas em relação à educação do campo. Foi além, passou a perceber como a sociedade desconsidera as pessoas dos assentamentos. Além disso, habilitou-a para a pós-graduação, assumiu atividades na docência, como educadora e também como técnica, depois foi coordenadora pedagógica e também diretora de escola. Descobriu-se mais voltada para educadora e, atualmente, está na Escola Monte Azul, no P.A. Taquaral, em diálogos com a educação do campo e o respeito do espaço dos alunos, apreendendo e ensinando e desejando um dia continuar sua formação, cursando mestrado.

Na pesquisa de Farias (2016) sobre os resultados do Pronera em Mato Grosso do Sul, a qual compôs o Relatório PNERA, destaca-se o seguinte:

[...] percebe-se então que o PRONERA se reveste como política de poder-saber não apenas na perspectiva da mudança de vida “intra-assentamentos”, mas também nos embates de poder e no lugar que os camponeses, os assentados, os agricultores passam a ocupar na sociedade. O destaque aqui é a importância do poder-saber, pois a qualificação dos educadores do campo permite que ocupem instâncias de poder à serviço do conhecimento inclusivo para os camponeses e camponesas, partilhando com propriedade o adquirido e construindo estratégias de avanço de conquista de outros direitos a eles negados e que devem ser respeitados. (FARIAS, 2016, p. 38)

Vilma Martins de Oliveira, assentada e professora no P.A S. Judas, Rio Brillhante, participante do MST, conta-nos seu envolvimento com a educação humanizada e libertadora:

[...] acabei fazendo Ciências Sociais pelo PRONERA, comecei a trabalhar com escola lá, sentindo a necessidade de ter um nível superior. A nossa escola é uma escola no campo, onde a gente tem atividades específicas assim, voltadas mesmo para pedagogia do MST. A gente consegue ter essa turminha da escola, desenvolvendo isso. Então eu sentia necessidade de uma formação mais política e eu aceitei fazer Ciências Sociais. Me deu muita base para estar trabalhando no assentamento, e o meu papel dentro do assentamento, o meu trabalho é mais restrito mesmo na escola. A formação, a contribuição na formação das crianças, dos estudantes, a gente tem uma relação muito boa com a comunidade. Mas o trabalho acaba sendo mais específico da escola. Quando você começa a trabalhar numa escola do campo, quando você começa a trabalhar participar do movimento social Sem Terra, você vê quanto são as possibilidades, que eles trazem de uma alimentação saudável, o mundo da educação mais humanizada, educação libertadora. O movimento ele trabalha com essa questão da subsistência infantil, para subsistência luta pelo não fechamento das escolas, nas lutas por uma alimentação saudável sem agrotóxico. Isso é muito bom quando você começa a fazer esse trabalho, mais frente a frente assim com a comunidade, com as crianças. Isso é muito gratificante. Tudo que você tem uma luta, uma conquista através da luta. Essa construção do conhecimento, a construção de um trabalho diferenciado. Consegui me formar pelo PRONERA, tenho dois filhos, um fez agronomia e o outro fez Serviço Social pelo PRONERA também então eu falo assim que o curso não só possibilita ele é a única forma de muitos Sem Terra estar se formando, estarem estudando. Hoje eles contribuem com os movimentos sociais, movimento social negro, MST. Estão na luta e seguindo os passos, o trabalho desenvolvido com a comunidade que gera frutos e a gente percebe, muitos estudantes nossos, que saem da escola. A gente não consegue atingir todos é claro, mas saí com uma mentalidade diferente, diferenciada Eles tem uma formação política um pouco melhor, com outros valores, conseguem perceber as coisas, tem um olhar diferente. Para tudo que tá colocado aí, para nós as injustiças atuais, as desigualdades sociais, entre eles conseguem ter um olhar diferente. A gente consegue semear essa semente e produzir bons frutos dentro da comunidade com o trabalho realizado na escola (Vilma)

Vilma nos apresenta a sua experiência sobre as contribuições do curso destacando que o curso lhe deu base para trabalhar no assentamento, debatendo temas diversos com os estudantes, atentando para uma educação que potencialize mudanças sociais. Para isso, os referenciais dos movimentos sociais, especialmente, aqueles do MST, têm sido importantes em sua atuação.

O relato de Vilma destaca como foi gratificante para ela a oportunidade de acesso a um curso superior fomentado pelo Pronera, e de como essa também se estendeu a dois de seus filhos, os quais concluíram graduações superiores em Agronomia e em Serviço Social. Essa formação atualmente é enxergada como propagada na comunidade onde vive, junto aos

estudantes na escola e os grupos informais de que participa, gerando frutos, visto que conduz discussões que resultam na formação de mentalidade diferente, com formação política, percebendo injustiças e desigualdades sociais. Portanto, serão sujeitos de transformações.

Para Menegat e Faisting (2011), a participação da UFGD com o curso de Ciências Sociais foi:

[...] o fortalecimento da educação e da possibilidade de ação qualificada nas áreas de Reforma Agrária, além de contribuir para que ocorra o acesso à educação e à escolarização referenciada num paradigma do campo, como um direito constitucional das pessoas deles provenientes. (MENEGAT E FAISTING, 2011, p.36)

O compromisso assumido pela UFGD, em conjunto com os movimentos sociais e órgão governamentais, responsáveis pela implementação do programa, é ressaltado por todas as participantes, que são gratas pelos conhecimentos adquiridos, os quais mudaram suas vidas pessoais, familiares e os assentamentos onde estão atuando, como lideranças, educadoras e/ou agentes de saúde.

Demonstram em suas falas o crescimento, o compromisso, a partilha e os avanços, compondo reflexões que potencializam suas vidas e os encaminhamento dos problemas que enfrentam no cotidiano da comunidade, seja no respeito com o alunado, no falar com propriedade sobre análises dos acontecimentos que prejudicam ou ameaçam os direitos já adquiridos com muita luta, na preocupação constante com a humanização, com novas formas de produzir. São múltiplos os aspectos, como o “de uma alimentação saudável, o mundo da educação mais humanizada, educação libertadora. O movimento ele trabalha com essa questão da subsistência infantil, pelo não fechamento das escolas, nas lutas por uma alimentação saudável sem agrotóxico”. (Vilma).

O olhar e a crítica aos processos autoritários e opressivos são referenciais que foram sendo construídos pelas mulheres egressas do curso, em suas trajetórias com os movimentos sociais e nos diálogos acadêmicos, referendando a meta almejada pela UFGD, como destacam Menegat e Faisting (2011, p. 36), quando dizem que o objetivo com o curso era “habilitá-los/as a produzir conhecimentos que resultem em prática de docência, lideranças de movimentos sociais, pesquisas e planejamentos”.

Essa meta foi alcançada e continua produzindo frutos que são provenientes também de todo processo de ensino, pesquisa e extensão implementado por meio da Metodologia da Alternância, que associava os tempos de estudo entre tempo universidade e o tempo

comunidade, organizado e conduzido com muito compromisso dos professores que realmente qualificaram e potencializaram o saber.

Alessandra Moraes Silva, assentada no P.A 17 de Abril, em Nova Andradina, corrobora desse pensamento dizendo como o conhecimento contribuiu para uma análise crítica da realidade:

[...] A partir do curso a gente começou a ter um olhar mais crítico, mais filosóficos né, para formatar melhor as nossas peças né, (de teatro). Para ter que tomar mais um cuidado. Agora eu, particularmente, eu atuo onde chamar. Você acha assim, tem um assentamento lá ou precisa, que nem agora na área da homeopatia né, o que seja noutra área, eu vou. Em outro tempo eu passei oito meses na Bahia, numa escola do Movimento (MST), também ajudando na área da medicina veterinária, da homeopatia nesse campo social também. Então, tipo para mim não tem fronteiras. A minha comunidade é onde me chamam. E eu sempre acho que o estudo é muito importante para todo mundo, para todas as pessoas, tem que estudar. Então, depois que eu acabei fazendo essa faculdade, eu acabei experimentando quanto o estudo é importante, quanto é importante principalmente para as mulheres ter essa oportunidade, fazer uma faculdade, de sair do seu mundinho de casa, lá do lar às vezes e vim assim para estudar, conhecer outras pessoas, ver outros horizontes. Então, depois que eu estudei foi mais fácil para mim conversar com as pessoas, para mim explicar o quanto é importante, principalmente para as mulheres, para você debater nesse mundo machista que a gente vive. A gente tem que estar preparada para o debate. Você tem que ter argumentos. Por isso que eu acho importante o conhecimento acadêmico, o conhecimento ele te dá isso: uma segurança, te dá uma legitimidade “ó tal autor falou assim, assim ele estudou”. Eu acho que esses conhecimentos ele me fortaleceu, e nessa questão mesmo de incentivar as mulheres e jovens pessoalmente a estudar e também contribuiu bastante nessa área que eu trabalho também, que é a área de veterinária. Então, esse curso de Ciências Sociais ele me deu, deu um campo, deu essa base muito forte de conhecer o ser humano como sociedade, como parte de uma sociedade capitalista. Você tem que ter uma forma melhor de tratar os animais, e isso o curso de Ciências Sociais contribuiu... agora fazendo mestrado também, se alguém vai se graduar, vai fazer, a gente pode contribuir com a experiência da gente. Então é importante, com certeza (Alessandra).

Alessandra nos diz em seu relato que o curso de Ciências Sociais proporcionou uma visão diferente, ampliando as percepções que ela acumulava com sua participação no coletivo do MST. Além de cursar Ciências Sociais na UFGD, ela também retornou à universidade e fez o curso de Medicina Veterinária e Homeopatia também pelo Pronera. Ambas as formações se complementam em suas atuações nas comunidades nos dias atuais, no contato com as mulheres ou no atendimento técnico de que as comunidades necessitam. Graduou-se e retornou à comunidade, mas não só aquela da qual faz parte como assentada no município de Nova Andradina, mas de outras tantas localizadas no Brasil afora, que pela rede de esforços conjuntos que constitui a ação do MST, movimento ao qual ela integra, participa, atuando e compartilhando conhecimentos.

O relato de Alessandra nos leva aos pensamentos expressos por Menegat e Farias, quando dizem:

[...] Estamos realizando a construção de um diálogo defendido por Paulo Freire, na qual tudo se troca, tudo se partilha, ou seja, um diálogo entre pessoas capazes de ouvir a outra antes de falar, em um diálogo estruturado sobre a troca de experiências qualitativamente diferentes de aprendizagem do humano. Trata-se da concepção de que tudo se aprende e tudo se ensina, sem nenhum tipo de hierarquização do saber: você-e-eu, nós-e-vocês. (MENEGAT; FARIAS, 2009, p. 46)

Percebemos nas falas das participantes que isto está calcado em seu novo vocabulário e em suas ações, pela forma que assim o expressam, que são ações que transformam seus lugares de atuação e que realmente desenvolvem seu trabalho tendo presente esta construção “de aprendizagem do humano”, contribuição enriquecedora nas relações sociais, transformadoras da sociedade que almejam, a se construir no dia a dia de forma coletiva.

Menegat e Faisting (2011, p. 40) destacam essa troca, quando dizem que “observa-se, então, a confirmação da construção do conhecimento em uma dimensão dinâmica, prazerosa e compartilhada, reforçando-se a concepção de troca de saberes e de sentimentos”

No conteúdo das entrevistas, podemos perceber falas de carinho com as experiências vividas no curso, no tempo universidade e demonstram através da comunicação a amizade criada no grupo, a qual perdura até os dias atuais.

3.2. A Metodologia da Alternância como aporte para a formação universitária

As egressas com as quais dialogamos na pesquisa de campo relataram-nos a importância da metodologia da alternância que compôs os encaminhamentos do curso, o que tornou possível a realização do sonho de estudar, visto que, como apresentamos no capítulo II, parte da carga horária das disciplinas foi ministrada em aulas presenciais e concentradas, oferecidas nos períodos de férias. A outra parte da carga horária foi desenvolvida nas comunidades, nos tempos comunidade. Isso criou condições favoráveis para enfrentarem as longas distâncias para estudar, bem como meios para aquelas que não possuíam condições financeiras favoráveis, acessarem a formação universitária.

Marli relata a importância dessa metodologia e nos diz:

[...] a metodologia de alternância contribuiu muito para conquista do projeto educacional. Sendo que esta metodologia me proporcionou a experiência e convivência com pessoas de outros municípios, que jamais teria se não fosse esta metodologia. Experiência com pessoas e situações que contribuíram muito na pessoa que sou hoje, na forma de pensar e de me relacionar. Sendo moradora de assentamento rural não tinha a percepção do que está a minha volta, até vivenciar isso na UFGD, com as pessoas que faziam o curso juntamente comigo. As disciplinas, os professores, e os meus colegas me mostraram o mundo oculto que existiam ao meu redor. Para mim foi primordial a metodologia de alternância, tanto para concluir o ensino médio como para concluir a graduação e a pós graduação que fiz depois do curso de Ciências Sociais. O curso de Ciências Sociais contribuiu e muito para a visualização dos problemas referentes às questões agrárias, embora tenha crescido nesse contexto da luta pela terra, muitas vezes não conseguimos compreender algumas situações por falta de instrumentos teóricos que permitam fazer uma análise mais completa das realidades (Marli)

O relato de Marli evidencia a importância na Metodologia da Alternância, como meio de chegar a universidade e dessa chegada, os horizontes a se abrirem. Partilhou experiência com pessoas que vivia situações das quais ela compartilhava, numa convivência com participantes do curso de outros municípios que ao se relacionarem trocaram experiências, saberes, associados aos estudos das disciplinas, nos diálogos com professores e colegas. Isso também nos mostra Lauraine quando diz: “o mundo oculto que existia ao meu redor. (Lauraline)

Marli nos fala que foi primordial esta metodologia, pois assim pode concluir o ensino médio, graduação e pós graduação, visualizando os problemas da reforma agrária e se apropriando dos instrumentos teóricos que permitem análise mais completa da realidade.

Esta contribuição só se tornou realidade porque a UFGD, no diálogo com os Movimentos Sociais, assumiu o compromisso e liderou o processo de criação e implantação do Curso de: “[...] Ciências Sociais – o primeiro do Brasil- direcionado aos/às moradores/as de assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul”. (FARIAS, 2009, p.9)

Este grande projeto que concretizado com compromisso social, nos trouxe o sabor da semente que plantada deu frutos, demonstrados nos relatos das mulheres camponesas que assumindo sua identidade e empoderadas agora pelo conhecimento estão continuando a semear, a partilhar e a construir novas formas de luta e resistência na terra, munidas com os instrumentos teóricos como nos diz Marli.

Na continuação os relatos de Maria de Fátima e Rosimeire nos falam também da metodologia da Alternância:

[...] A metodologia da alternância contribuiu porque a convivência com outras pessoas de várias regiões do estado, traz um conhecimento maior para a gente, porque às vezes você conhece a sua comunidade, aí você chega aqui, você fica 15 dias, um mês convivendo com outras pessoas, vai aprendendo da outra pessoa que é de uma outra região. Acaba aprendendo bastante com ela e acredito que contribuiu sim, com certeza, contribuiu para o projeto. Também na decisão de você voltar a estudar e fazer mestrado. Eu estou aqui hoje porque eu já passei por essa experiência de alternância né, já na EFA, Escola Família Agrícola né, depois o PRONERA, e agora mestrado, que também é uma alternância né. Então contribui muito (Maria de Fátima)

[...] Acho que fez toda a diferença viu, a gente desafiou, para o curso os próprios professores ali no curso, de se organizarem para a gente ir nas férias né E as pessoas ali que estavam atrás, que sonharam nesses formatos de curso, eu vejo que foi umas visionárias né. Tipo quantas pessoas foram beneficiadas dentro desse processo e que estão hoje no seu lugar ali, contribuindo e ajudando a transformar o conhecimento e passando esse conhecimento a tantas outras crianças também né. A Irmã Olga foi uma dessas sonhadoras que buscou tanto né essa educação superior, esse ensino pelo PRONERA, Educação do Campo né. (Rosimeire)

Nestes relatos das egressas, atualmente educadoras nas escolas dos assentamentos, percebemos a importância da Metodologia da Alternância em suas vidas, que propiciaram vencer as dificuldades vividas no período da graduação. Maria de Fátima nos fala da importância da convivência entre os participantes que foi enriquecedora pela troca de experiências e de saberes, os quais serviram de incentivo a continuar sua formação acadêmica, agora como aluna de mestrado, também na UFGD.

Rosimeire relata que assumiu o desafio, que foi também de outras colegas de fazer o curso nas férias, criando condições favoráveis, pois ela já atuava como educadora na escola do assentamento.

A história de parte destas mulheres camponesas foram “cunhadas na luta pela terra”, quando da demanda por assentamentos, como analisamos no capítulo I, que atualmente em seus assentamentos se destacam no avanço de ações educativas libertadoras, que ampliam demandas de direitos e contribuem na construção de uma vida digna onde vivem. As egressas Elisandra, Sônia e Alessandra também nos falam sobre o assunto da alternância:

[...] Eu acredito muito na metodologia da alternância por conta da liberdade e da independência. Nós saímos do curso publicando artigo, nós lemos muito, ao mesmo tempo que nós tivemos uma liberdade, nós temos uma cobrança muito maior, que nós não tínhamos. Havia o professor o tempo todo, ou outra professora para tirar nossas dúvidas né. Então eu acredito que o acadêmico se ele levar a sério, ele amadurece muito no período de alternância. Para mim foi bastante significativo porque eu fiz iniciação científica também né. Então assim, nós estamos indo para o curso

produzindo, nós saímos do curso sabendo escrever, e isso para mim foi muito significativo. A Licenciatura em Ciências Sociais com plano era de alternância, na minha concepção, teve uma qualidade muito grande. (Elisandra)

[...] Quanto a questão da alternância para mim foi de grande valia, porque daí logo, no segundo ano (de curso) na UFGD, eu consegui um trabalho na região, lá ainda na região das águas, mais próximo ali no Porto da Manga. Então, tudo que eu aprendi aí eu aplicava em sala de aula, aplicado naquela comunidade. Essa alternância me dava esse vídeo e eu ia para o tempo Universidade adquirir conhecimentos. No tempo Comunidade eu aplicava lá no Porto da Manga e também no Taquaral, onde desenvolvia as atividades do tempo comunidade né. E a gente foi desenvolvendo assim, foi casando uma coisa com a outra na Escola Monte Azul. Ela (escola Monte Azul) sempre está de braços abertos para estagiários. A gente fez todo nosso estágio na escola, onde a gente sempre sonhou em estar. Então foi assim gratificante, e o restante do tempo a gente aplicava em sala de aula com as crianças no Porto da Manga. (Sônia)

[...] Essa, metodologia da alternância é espetacular, porque se não fosse dessa forma a maioria dos camponeses que fizeram esse curso, não iria conseguir estudar. Eu também, se não fosse dessa forma não iria conseguir estudar, porque quando é um curso em formato normal, você tem que se deslocar, você tem gasto, você tem mesmo que às vezes tem alojamento essas coisas, mas você tem todos os gastos, tem toda uma estrutura que eles têm que manter na universidade né. Então, agora nesse formato de alternância para nós os camponeses, para quem vive na terra e longe dos grandes centros, é a solução para nós conseguir estudar. (Alessandra)

Analisando os relatos observamos que a alternância propiciou aos estudantes a liberdade e a independência, num curso de qualidade habilitando-as a compreender e escrever, produzir artigos, inserindo-as no universo acadêmico, antes distante. Com essa metodologia estiveram asseguradas as condições de manterem seus trabalhos como educadoras, numa troca entre a universidade e as escolas de atuação, como Sonia destaca, aprendia e aplicava.

Menegat e Farias (2009) falam desse elo com a Metodologia da Alternância, mantido entre comunidade e universidade:

potencializa saberes à medida que permite a aplicação de parte dos conteúdos na realidade vivida pelas pessoas atendidas no curso, estabelecendo uma relação entre teoria e vivências cotidianas. Com isso, construímos conhecimentos sem negar as especificidades dos lugares onde os/as acadêmicos/as vivem. Isso significa manter um olhar com respeito às diferenças, aos direitos humanos e sociais, na luta pela terra' e na importância do campo brasileiro. Estamos contribuindo com a formação das identidades de pessoas autônomas, que consigam 'se verem e serem vistas' (parafraçando Manuel de Barros) (MENEGAT; FARIAS, 2009, p. 40)

Pelos relatos das egressas, temos a demonstração que o aprendizado continua vivo e produzindo frutos, pois falam do seu engajamento e da forma de ver e ler a realidade com os instrumentos teóricos adquiridos, que foram partilhados pelos professores da UFGD, lendo “nas entrelinhas da vida”, no sentido da análise crítica da realidade e do contexto que vivem, na reflexão, no fomento do diálogo em suas comunidades e movimentos sociais de que participam, buscando solução para os problemas existentes.

3.3 As novas leituras sobre a sociedade

As egressas relatam a consciência sobre a cultura dominante e buscam não reproduzi-la em seu meio. Este direito conquistado a duras penas pela luta e articulação dos movimentos sociais e entidades logrou a inclusão ao ensino superior que tem um enorme significado para as mulheres camponesas entrevistadas que assim nos relatam:

[...] Então esse processo de inclusão dos assentados no PRONERA é de importância né, para luta empreender é de suma importância, pois no campo estão os jovens, estão as crianças, os trabalhadores e as trabalhadoras da terra, na produção de alimentos produção de alimentos. O campo necessita de educandos, de educadores, de educadoras que compreendam essas diferenças. O campo necessita de agrônomos, de médicos e enfermeiros veterinários, daqueles da área de lazer, porque os assentados necessitam de tudo isso. Então, estavam excluídos desse processo de ter um Curso Superior e de serem os professores dos seus próprios assentamentos, dizendo os professores educadores e educadoras. O assentamento ele deve ser valorizado, mais que um bairro da cidade, porque ele precisa de tudo isso, porque o campo hoje, dos assentamentos é um campo de vida, ele possui vidas ali. O campo hoje é um lugar de vida, que tem que ser olhado como seres humanos, como gente, como sujeito do seu próprio conhecimento, do seu próprio saber, que buscam se organizar da mesma forma que a cidade. Mas precisam de tudo, de tudo que tem na cidade hoje. Então, portanto, precisamos de olhar, de um olhar com mais intensidade para este Campo, para essas vidas né, para esses sujeitos do Campo. (Maria Aparecida)

Maria Aparecida destaca a importância no acesso a direitos para pessoas do campo, da inclusão na educação do campo para crianças, jovens e adultos, de direitos que tenham como referenciais os lugares e as pessoas, ou seja, “sujeitos do seu próprio conhecimento, do seu próprio saber.”

O relato de Maria Aparecida nos remete às reflexões de Candau, quando enfatiza a educação como meio de fomentar conquistas de direitos e no deslocamento da esfera do “direito do sujeito” para a noção de “sujeito de direitos”. Empoderamento essencial para que

as pessoas tomem consciência na proposição de direitos. O conhecimento como meio para o empoderamento como aponta a autora:

Começa a liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” tem, também, uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados, etc, favorecendo sua organização (CAUDAU, 2007, p. 404)

A luta e a preocupação é constante por parte das camponesas educadoras que anseiam por mudanças nos assentamentos onde vivem, para que, no tocante às políticas educacionais no estado e municípios, respeitem-se e implementem-se esses direitos, proporcionando o acesso à estrutura, possibilitando a preparação das pessoas em todos os níveis de educação, respeitando sua realidade.

No relato de Cristiane, esse é dever do estado e que precisam demandar: “Oportunizar para os e as assentados/as o ingresso, permanência e continuidade na universidade através do PRONERA, fundamental, pois é um direito de todos e dever do estado garantir educação de qualidade para todos/as”. (Cristiane)

Elisandra também compartilha desse pensamento:

[...] Os meus pais não teriam condições de pagar e aqui no assentamento o emprego que eu tinha não dava conta de pagar uma mensalidade. Estudar numa Universidade Pública em Ponta Porã, não tinha os cursos que eu queria fazer. Ir para Dourados também eu nem pensava por conta dos gastos né, então eu acabei ficando muito assustada que eu ia fazer da vida né. Porque eu queria muito fazer faculdade, e aí a partir do MST da luta né, desse Movimento Social, surgiu a oportunidade de prestar o vestibular para o Curso Ciências Sociais do PRONERA. Foi um meio proporcionado pelo movimento em várias outras parcerias né, para que os filhos dos assentados tivessem acesso ao Ensino Superior. Eu, na época, em 2008, se não fosse esse curso de Ciências Sociais pelo PRONERA, eu não teria feito faculdade. Eu não teria cursado Ensino Superior porque eu não tinha mesmo condições financeiras para isso. Hoje eu sou a professora de sociologia na escola do assentamento. Eu estou concursada e também Professora de História. Eu fiz uma Faculdade de História, depois de terminar Ciências Sociais, Mestrado em história e hoje eu sou Doutoranda em História na UFGD também. O processo de inclusão dos assentados é na educação superior, é de suma importância, porque a partir da Educação Superior, formando novos intelectuais, os movimentos vão ter mais vez, mais visibilidade. Então, com a Educação Superior e nós temos muitos exemplos dentro do MST, de grandes pensadores, grandes escritores que estão para contribuir com sua comunidade, na volta às origens, é de não deixar de estudar. A Educação Superior ela contribui muito, porque ela acaba abrindo novos flancos para os Movimentos Sociais. (Elisandra)

O relato de Elisandra demonstra a rede que os movimentos sociais criam nas muitas demandas que colocam no tecido social, as quais viabilizam inserções sociais, especialmente, aquelas direcionadas à educação, gerando esforços conjuntos com as universidades e demais instituições, viabilizando acesso à educação.

O coletivo do MST propiciou essa oportunidade na vida de Elisandra, prestar vestibular para o curso de Ciências Sociais do PRONERA, oportunidade que ela tornou realidade em sua vida e que transformou o seu percurso, concluindo o curso, fomentando sua vida profissional como professora concursada e atualmente doutoranda em História, também na UFGD. O conhecimento como empoderamento, como transformador.

Maria de Fátima também reflete sobre a inclusão na educação superior e nos diz:

[...] O processo de inclusão, sim é de muita importância porque assim as pessoas falam né, nunca jamais a gente pensou, nem os pais da gente falam “nossa, eu jamais pensei que eu fosse ter um filho formado, eu fosse ter um filho na faculdade”. Então, para nós que não tínhamos muito recurso e que não tínhamos apoio do estado para estudar, esse programa do PRONERA foi assim muito importante, porque nos abriu uma porta para gente. Abriu as portas para os filhos dos assentados, porque outras instituições de ensino elas não dão mais essa oportunidade. Para as pessoas, quem é da roça tem que estudar né. O programa só veio a realizar os sonhos dos pais e dos filhos né, que sonhavam também ter uma faculdade melhor, fazer um curso, ser um professor, ser um pesquisador. Então esse programa é esse modelo de alternância foi muito importante, foi para nós continuar essa luta para que isso continue sendo levado para mais pessoas, que possam ter essa oportunidade e acesso. Eu acredito que não pode parar por aí, a gente tem que continuar, tem que ter mais cursos, tem que ter, tem que ocupar esse espaço aqui, porque também é nosso, para que outras pessoas possam vir também fazer faculdade, mestrado, doutorado. É importante para a gente, dá um empoderamento, principalmente para as mulheres, que o trabalho do sítio, o trabalho fora de casa é difícil. Com a graduação a gente sente um pouco mais, um pouco mais motivada para continua trabalhando na terra ou continua trabalhando na escola, ou continuar desenvolvendo projetos sociais, continuar movimentando a comunidade. (Maria de Fátima)

Novamente a ideia do empoderamento aparecendo no relato de Maria de Fátima, quando fala da importância do curso do Pronera como meio de inserção, principalmente, para as mulheres que continuam trabalhando na terra, no caso do seu assentamento foram elas que propiciaram resistir na terra com grandes sacrifícios, como: trabalhando na cidade como domésticas e vendendo os produtos produzidos na feira. Retrata também que o curso a motivou a continuar sua formação acadêmica e está concluindo seu mestrado, com o objetivo de ajudar a comunidade.

Ivanilda também soma com sua reflexão:

[...] De suma importância, na maioria das vezes a única oportunidade de alguém, assim como foi comigo. Penso que é de suma importância, pois uma vez dentro de um curso tem o despertar da consciência política do indivíduo. O mesmo sempre vai lutar por seus direitos e semear essas ideias. Por isso a importância do PRONERA para o povo do campo... Dois filhos, hoje donos de suas vidas, ambos acadêmicos de Direito (Ivanilda)

A egressa Joenilza corrobora com esses pensamentos ao nos relatar a importância do Pronera:

[...] é bem diferente do que antes do PRONERA. Eu diria que ele é de extrema importância. O PRONERA ele foi um projeto que ele trouxe oportunidades para o filho do assentado, para os sem-terra né, com certeza, eu já fiz dois curso - Curso Técnico Agrícola foi pelo PRONERA, e esse Curso Ciências Sociais também pelo PRONERA, eu vejo ele com muita importância sim para os assentados que não tem condições de pagar uma faculdade particular para os seus filhos. Eu teria orgulho da minha filha hoje com 15 anos, fazendo o primeiro ano do ensino médio ter oportunidade de fazer um curso dentro do programa do PRONERA. (Joenilza).

Joenilza nos relata a expectativa na continuidade do Pronera, para que sua filha consiga também ter acesso por meio desse programa à educação superior. No entanto, atualmente é um programa enfraquecido pelos baixos incentivos governamentais, mas que trouxe acesso para muitas pessoas dos assentamentos, nos números que apresentamos no capítulo anterior, demonstrado pelo Relatório PNERA. Trata-se de uma conquista dos movimentos sociais em luta para melhores condições de vida na reforma agrária. Nesse sentido, concordamos com Maria da Glória Gohn quando destaca a importância no acúmulo de forças, possíveis com o conhecimento acadêmico da classe trabalhadora camponesa para uma transformação social:

[...] que os conflitos sociais e a luta de classes perpassam os aparelhos estatais. Significa também admitir que a conquista de espaços políticos dentro dos órgãos estatais é importante, assim como a democratização. Significa, ainda, admitir que a mudança social é processo gradual; a tomada de poder por uma nova classe deve ser precedida de um processo de transformação da sociedade civil, em seus valores e práticas, pelo desenvolvimento de uma contra hegemonia sobre a ordem dominante. (GOHN, 2006, apud SANTOS, MOLINA JESUS, 2011, p. 32).

É sobre esse jogo de forças que Luci Dalva nos diz sobre seu entendimento em relação à inclusão:

[...] essa inclusão de assentados na educação superior, ela fomenta o debate, ela fomenta as possibilidades de engajamento de luta, de causa. Quando nós voltamos para comunidade, nós temos um outro olhar da comunidade, um outro olhar de nós mesmos, de nossas famílias, temos outras perspectivas e toda comunidade sente e valoriza. Deu mais fôlego, deu mais vontade de lutar, mais vontade de ver a comunidade crescer, evoluir e avançar no processo, mas ainda falta muito. Você sabe, é ele, é o Estado do Boi, da cana, do agronegócio, de eucalipto, e ainda temos muito a percorrer, porque é uma cultura individualista muito embrenhada, muito impregnada na nossa sociedade, e conseqüentemente na comunidade. A Universidade tem uma grande importância nos projetos, principalmente que auxiliam na organização das comunidades, e às vezes não sei se isso é tratado de forma diminuta, mas às vezes a gente sente um desânimo, mas temos um olhar para luta, que creio eu que se não tivesse participado desse processo da luta pela terra, desse processo acadêmico, o desânimo seria maior, e as dificuldades maiores que nós. Não vemos as saídas que a gente vê hoje claro, que é muito visível está muito óbvio, não que o retrocesso que o nosso país está sofrendo. Nós estamos sofrendo retrocesso educacional por conta das ações do governo que parece ser contra todo aquele que se levanta, e decide que não vai morrer. Amigo decide que vai lutar por uma educação de boa qualidade, contra esse retrocesso, essa paralisação, essa desvalorização das ações sociais, das ações dos programas sociais. Há uma desmobilização das lutas, mas esse é um momento de extrema reflexão e de repensar as lutas, de repensar as formas, a maneira que nós vamos nos organizar para não destruir toda a conquista. Conquista de tantos anos de luta que não iniciou por mim, mas eu entendo que não pode parar em mim. Não pode parar na minha geração. Não pode parar na casa do meu vizinho. Ela é muito ampla e é um momento de estranhamento. É o momento de desconstrução e de reconstrução do processo, porque nós estamos tendo as forças governamentais aí colocando o pé na nas nossas conquistas, e querendo destruir tudo o que já foi feito até agora de positivo para a população. (Luci Dalva).

Luci Dalva mostra a importância da educação superior na formação da consciência dos problemas existentes em nosso estado. Ela detalha que a educação fomenta o engajamento na luta por mudanças, as quais se envolvem no processo de avanço na organização, para a resolução dos problemas. Ressalta a formação acadêmica que potencializa e dá forças para enfrentar as dificuldades, na necessidade de continuar diante da conjuntura atual, de continuar a luta por uma educação de qualidade, pois estamos vivendo um momento de desmobilização e perda de muitos direitos conquistados na luta de muitos anos. Afirmam que é um momento de “desconstrução e reconstrução da luta”.

As mulheres camponesas que concluíram o curso de Ciências Sociais continuam se manifestando com consciência e uma avaliação crítica ampliada pelo conhecimento adquirido, como no relato de Marli dizendo:

[...] O Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), é uma conquista dos/das trabalhadores/as do campo, e é de fundamental

importância para a formação/escolarização da classe trabalhadora, pois através do mesmo temos a possibilidade de construirmos escolas no campo. Além de profissionais da educação, temos outros profissionais que são fundamentais nas áreas de assentamentos. Por isso, é sempre importante reforçar, lutar e defender o PRONERA, pois os/as trabalhadores querem ocupar esse latifúndio do saber. (Marli).

Rosângela nos coloca sua análise do momento crítico que estamos passando e diz:

[...] Como fazer uma leitura desse momento que nós estamos passando que o Brasil está passando? Eu creio que nós estamos correndo perigo em relação a nossa liberdade, em relação a nossas conquistas, mais outras conquistas que tivemos no passado, em relação até a nossa liberdade de expressão. Eu creio que nós estamos correndo sérios riscos. Se todos os assentados ou a maioria deles tivessem acesso a essa educação, acesso ao ensino superior do PRONERA, os assentamentos seriam outros e a luta hoje não estaria com as indagações que eu acabei de falar, porque não basta nós obtermos a terra, nós temos que permanecer na terra. Para permanecer na terra nós precisamos continuar lutando, continuar reivindicando, continuar contrariando esse poder que tá aí. O ensino superior ele te dá um conhecimento mais amplo, que é para você entender que a conquista da terra é só o início de um processo, de um processo que precisa ser contínuo, porque você precisa permanecer na terra, e você deve passar para outras gerações. As gerações precisam ter noção de luta, noção de direitos né. Então eu creio sim que é muito importante (Rosângela).

A fala de Rosângela configura-se numa leitura sobre o momento atual, no qual a insegurança parece ser uma constante. Insegurança pelas conquistas, insegurança pelos projetos futuros, insegurança pelas liberdades almeçadas, que não se encerram com a conquista da terra, mas no acesso à educação e a outros meios para gerar condições de permanecer na terra.

Esse é também o pensamento de Alessandra:

[...] curso que teve na época, está sendo importante para a luta. Agora vai ser importante a gente continuar estudando, continuar se formando para poder trazer também outras pessoas, que a gente fala assim, a gente às vezes no movimento a gente tinha muito preconceito né, ainda tem de muitos militantes com a questão da academia, só que academia, Universidade, pode excluir a gente, mas a gente não pode excluir a Universidade. A universidade é nossa. Tem até uma frase que fala: que a universidade não é patrimônio de ninguém e pertence ao povo. É bem isso que eu acredito. Então, por exemplo hoje, tem muitos professores que já fizeram parte da luta pela terra e estão dentro da Universidade, e que conseguem contribuir de uma forma excelente, com cursos diferentes como esses que atende a realidade de alternância. Tem professores que são comprometidos, conseguem conversar nossa língua, que vão para as comunidades visitar, conhecer a realidade. Então como que não é importante? É importante você se graduar, fazer mestrado, fazer doutorado, para poder tomar conta das Universidades, e isso é lógico que uma vez ou outra a gente acaba perdendo né, mas por enquanto elas realmente tem esse sentimento humano né, de humanidade no coração,

de pertencer a sua classe. Ele (assentado) vai entrar na universidade de uma maneira que ele/a puder e vai continuar contribuindo com a luta mesmo, que ele/a seja um exemplo, para os alunos dele/a seguir. Ele/a já tá contribuindo, um exemplo de militância, exemplo de humanidade, que hoje nós estamos precisando muito de exemplos de seres humanos de verdade. Daí já está contribuindo. Então, essa questão acadêmica que muitas vezes o movimento, os militantes mais antigos vê alguma coisa muito importante é importante muito importante principalmente nesse momento que nós estamos passando, que não só o conhecimento interno, mas o conhecimento ele é muito importante para o nosso desprendimento. Às vezes com o nosso local, para nossa libertação mesmo, ele não é só ele, tem ali, vem da luta, vem tudo. Não basta conhecer, você tem que também ter o sentimento humano né, o sentimento de classe né. E mais, nesse ano do acadêmico mesmo, que é importante que as mulheres né, essa coisa assim tipo o estado né, o sistema disse para gente que a gente não tem que conhecer, e disse para gente que a gente tem que se conformar, que o estudo não é para pobre, que o estudo não é para mulheres né. O sistema sempre disse para a gente e a gente sempre acreditou, só que isso é mentira. O sistema ele só quer dominar a gente. Então a gente não pode acreditar, e agora a gente está tendo mais oportunidade de perceber isso. Então, a gente tem que vir, tem que ocupar a Universidade mesmo, ocupar os cursos, lutar, brigar por mais cursos mesmo, para as mulheres principalmente um curso de graduação, principalmente quando ele que tem esse formato é muito importante. Por isso a importância de na luta brigar por esses cursos. Porque eu acredito assim, que seria importante fazer qualquer curso, fazer um curso de graduação, mas quando é nesse formato a gente acaba tendo mais apoio de nós mulheres mesmo, se unindo mais, se entendendo mais, e se eu puder deixar uma outra frase é assim: a universidade não é patrimônio de ninguém, pertence ao povo. E aí mulherada, vamos tomar conta dessa Universidade. (Alessandra)

“A universidade não é patrimônio de ninguém, pertence ao povo” é o pensamento central de Alessandra, pautado na importância das pessoas dos assentamentos terem acesso à universidade, para se graduarem em cursos nas diferentes áreas, cursar mestrado e doutorado. Sua fala mistura conhecimentos, daqueles discutidos nos coletivos dos movimentos sociais e daqueles apropriados com a trajetória pelas universidades, nos dois cursos que graduou pelo Pronera, o curso de Ciências Sociais e o curso de Veterinária.

São conhecimentos que possibilitaram reelaborar o próprio imaginário que os militantes dos movimentos sociais por vezes possuem, do meio acadêmico apartado do meio social. A vivência na universidade a fez perceber que ambos os espaços dialogam entre si, e que os referenciais teóricos dos cursos universitários, especialmente, daqueles voltados às Ciências Humanas, podem servir de instrumentos para melhor compreender a realidade. Por isso, a defesa que faz em relação ao espaço das universidades seja partilhado, um direito que precisa ser compartilhado entre pessoas das diferentes classes sociais. Retrata ainda o sentimento de humanidade que traz desprendimento e libertação, o sentimento de classe, que

desmistifica processos de opressão antes naturalizados. O conhecimento como libertação, corroborando com o pensamento de Florestan Fernandes:

[...] A transformação da Educação depende, naturalmente, de uma transformação global e profunda da sociedade; a própria Educação funciona como um dos fatores de democratização da sociedade, e o sentido de qualquer política educacional democrática tem em vista determinadas transformações essenciais da sociedade. Em termos de uma visão sintética, e totalizadora, diríamos que a educação e a democratização da sociedade são entidades reais e processos concretos interdependentes – um não se transforma nem pode transformar-se sem o outro. (FLORESTAN FERNANDES, 2003, Apud SANTOS; MOLINA; JESUS, 2011, p. 23).

Fernandes nos mostra que as transformações da Educação somente se dão com o avanço das lutas democráticas, nos processos dinâmicos, contínuos e interdependentes, pois à medida que um se transforma, transforma o outro, no caso a pessoa e a sociedade. Portanto, a luta por políticas públicas que atendam aos direitos da classe trabalhadora são a base também para esses avanços em todas as áreas.

Em relação à contribuição do curso para a compreensão dos problemas da Reforma Agrária no Brasil e no Mato Grosso do Sul, destacamos o relato de Maria Aparecida que nos diz:

[...] O Curso ele contribuiu muito para a visualização dos problemas da Reforma Agrária tanto por meio das disciplinas e bons educadores quanto pelas palestras debates vídeos e a metodologia de ensino do curso, visualizou muitos problemas. Deu para gente visualizar esses problemas da Reforma Agrária e foi muito importante (Maria Aparecida)

Cristiane também se pronuncia sobre o assunto:

[...] Minha percepção da realidade da reforma agrária no MS e Brasil eram bem parecidas devido ao Movimento Social MST. No entanto, a Curso contribuiu para aprimorar, entender mais a fundo as raízes dos problemas e perceber soluções, além de conhecer outras realidades e outros Movimentos Sociais. (Cristiane).

Ivone nos conta como se deu no curso esse entendimento para ela:

[...] Os problemas da reforma agrária no Mato Grosso do Sul, antes do curso a gente não tinha conhecimento, era só o senso comum. Aí, o curso nos trouxe a realidade, alguns livros, que a gente também entendeu o processo ensinar a realidade. No início a gente só queria terra e simples, e agora a gente entendeu a dimensão do que é a luta pela terra. O que se deu por trás disso, porque disso estar acontecendo agora né, e qual a importância de trabalhar os nossos filhos de assentados, para que a gente consiga dar

continuidade nessa ideia, e entender que as pessoas vão em busca de seus direitos, e não em busca de tirar o que é dos outros, que é o que sempre a gente aprende desde criança, morando na cidade. Então esse curso nos ajudou muito para ver qual é a luta pela reforma agrária? e não só pela terra. Isso é muito importante para que as pessoas além de ficar na terra, tenham todo o conhecimento da dimensão dos problemas da reforma agrária, que a reforma agrária não é só terra, é educação, é saúde. São todos os direitos que a gente tem enquanto cidadão. (Ivone)

Joenilza ressalta a importância das histórias, experiências nas lutas pela terra das/os participantes aqui no Mato Grosso do Sul sobre a Reforma Agrária:

[...] E com certeza o curso contribuiu para mim visualizar, porque a questão dos programas de reforma agrária, eu pude ter uma visão melhor. Hoje eu tenho um leque de conhecimento, de visão muito ampla em relação a isso. Tive contato com muitas pessoas, com muitas mulheres, de que tem umas histórias lindas, riquíssimas de luta pela terra amada, por todos os assentamentos de Mato Grosso do Sul. Então, com certeza, hoje eu consigo visualizar o problema da reforma agrária. (Joenilza)

Luci Dalva nos coloca a importância da fundamentação teórica que a Universidade possibilitou, tanto na prática, nas comunidades, bem como em relação ao conhecimento da Reforma Agrária:

[...] De toda forma eu pude perceber, fui aprendendo algumas coisas que eu já sabia na prática. Eu não tinha a teoria para poder fundamentar, e a universidade me proporcionou isso, o curso me proporcionou isso, e contribuiu inclusive dentro né/ Naquele momento nós estávamos na academia, mas também em atividades externas, em atividades extracurriculares e atividades na comunidade. As reuniões deram uma visibilidade muito grande para as questões da reforma agrária. (Luci Dalva)

Maria Alves levanta os problemas presentes na luta e permanência na terra: “[...] O curso traz uma dimensão dos verdadeiros problemas da reforma agrária no MS e principalmente no tocante os problemas que assolam as escolas dos acampamentos e assentamentos”. (Maria Alves)

Rosângela em seu relato nos fala da ampliação do conhecimento, mas também faz uma leitura do momento e levanta questionamentos em relação à luta e aos movimentos sociais:

[...] depois do curso a minha visão sobre Mato Grosso do Sul referente aos problemas da reforma agrária ampliou. Hoje a gente consegue fazer uma leitura mais ampla dos problemas, das injustiças sociais, de tudo o que acontece em Mato Grosso do Sul né. E que a gente tá percebendo assim, a gente tá percebendo que é como se os movimentos sociais estivessem adormecidos. A reforma agrária não se ouve mais falar nela. É preocupante

isso e a gente tá vendo as coisas caminharem como se estivesse no vamos dizer um funil né. Parece que está afunilando cada vez mais a reforma agrária, não se fala mais, os movimentos sociais, sumiram. E a gente acha que precisa descobrir realmente o que tá acontecendo né, o que que realmente está acontecendo com a nossa política, com nossos movimentos sociais, e fazer uma análise desse momento que nós estamos passando. Comparar com um momento, com um tempo atrás quando os movimentos sociais estavam nas ruas né. Na geração passada, na rua reivindicando, enfrentando. Quando eu estive acampada foram várias as ocupações com as panelas colchões e os filhos, ocupando áreas, ocupando fazendas. E agora a gente não consegue mais ter uma dimensão de que ponto está tudo isso né. E o que realmente está acontecendo por trás dos bastidores. Onde estão os movimentos sociais? Onde estão as pessoas que querem lutar pela terra, que querem tá levantando essa bandeira? Eu não sei, a gente está triste porque eram direitos que já tinham sido conquistados né. Foram perdidos vamos dizer assim e a sociedade tá assistindo e sem ação sem reação. Então precisamos analisar esse momento e tentar contribuir da melhor forma possível. Eu faço isso aqui na minha comunidade, procuro conversar, eu procuro levantar questões, eu procuro colocar pontos de interrogações, eu procuro fazer com que as pessoas pensem. Nós precisamos pensar. Nós somos seres pensantes. Nós não somos seres que recebem informações prontas. Nós precisamos receber as informações, estudar essas informações, pensar e chegar a uma conclusão lógica por nós, pelo nosso raciocínio, pelo nosso conhecimento. Nós não somos robôs né, que pega tudo pronto. Então, assim uma preocupação, de onde estão os movimentos sociais? O que está acontecendo? (Rosângela)

“Onde estão os movimentos sociais? Precisamos analisar esse momento e tentar contribuir da melhor forma possível”. Essas são parte das muitas inquietações que Rosângela debate na comunidade da qual ela faz parte em Juti, numa tentativa de tentar compreender o cenário desolador dos tempos atuais para o conjunto dos assentamentos e do Programa Nacional de Reforma Agrária, o que está adormecido, visto que o último assentamento criado foi em 2013. São inquietações que ela expressa com propriedade, de quem tem referenciais que possibilitam ler as estruturas sociais, analisando processos de dominação, buscando respostas e, também, intentando compartilhá-las com a comunidade. Nesse sentido, percebemos os resultados do curso, na potência de cientista social expressada por Rosângela.

Alice também expõe essa compreensão, ao analisar a morosidade com a infraestrutura nos assentamentos, bem como as atuações do Estado por meio do INCRA, órgão governamental responsável pelos assentamentos;

[...] Os problemas da reforma agrária vêm de muitos anos, troca o superintendente, mas o método e o mesmo. Entrega terra sem correção, terra fértil para uns, e de campo (pastagens), que não dá nem capim, para outros. os produtos dos assentados não têm saída, apesar de serem orgânicos. tudo porque o INCRA, na reforma agrária, não dá suporte nenhum. E o

latifundiário passa por cima dos pequenos produtores, pois usam a mídia para propaganda dos seus produtos. (Alice Araújo)

Pelos relatos das entrevistadas, percebemos que houve a compreensão da estrutura fundiária brasileira, do sistema capitalista, do processo de luta pela terra, a partir de suas experiências e do conhecimento adquirido e partilhado no curso. Manifestam em seus relatos a consciência crítica em relação à luta pela terra, sobretudo, no que se refere à reforma agrária, ao processo de exclusão a que as camponeses/as são objeto do capital. Compreendem os mecanismos empregados, agora imbuídas da ferramenta da educação, como os conhecimentos apropriados se engajam nas mudanças em seus assentamentos e nos espaços que politicamente vão ocupando com suas organizações, famílias e comunidade, reivindicando seus direitos.

Os conflitos decorrentes das relações de gênero também vieram à cena em seus relatos, e com destaque evidenciando a desvalorização e invisibilidade do trabalho das mulheres no campo. Seus relatos remetem ao estudo de Severo (2016), intitulado “Mulheres assentadas: novas práticas em busca de transformações sociais”, no qual a autora reflete sobre as relações sociais e de gênero vividas por mulheres e homens, observando que:

[...] a agricultura familiar envolve a participação de todos os familiares nas atividades “produtivas”: crianças, mulheres e pessoas mais velhas. No entanto, também é nela que percebemos mais facilmente as desigualdades de gênero, muitas vezes como herança do sistema patriarcal, no qual o homem – “chefe de família” – é o seu principal representante, com poderes de decidir, administrar e distribuir tarefas a todos os membros. (SEVERO, 2016, p. 49.)

Responsabilidade na educação dos filhos parece ser uma das atribuições que recai apenas sobre as mulheres. Alice fala sobre isso:

[...] tive 4 filhos e quando a filha mais nova estava com 6 anos, me matriculei (para estudar). Só que era dois anos de estudo em uma cidade, outro ano em outra. Até terminar o 2º grau foi uma romaria, ainda mais que o meu esposo trabalhava em companhia, com Andrade Gutierrez, na época. (Alice Araújo)

Entendemos que Alice sempre valorizou o estudo e fez enormes sacrifícios como mãe, esposa, teve trabalho feminino não reconhecido, pois o cuidado com os filhos, com a casa desempenhados na família não gera renda, portanto são invisibilizados.

Maria de Fátima nos fala sobre os problemas de gênero, que quando associados a outros, como os problemas econômicos e estruturais que encontra no P.A Taquaral, em

Corumbá, levou as mulheres a estratégias múltiplas. Para sobreviverem e resistirem na terra, assumiram o trabalho como domésticas, na cidade, além de produzirem e venderem seus produtos na feira na cidade:

[...] é muito difícil assim para gente sair de casa da casa da gente para vir para a faculdade. Eu tive algumas dificuldades sim, principalmente financeira né, porque quando a gente no sítio a gente tem uma renda, você não é tão grande para dar conta do sustento do sítio, que tem as atividades lá que a gente tem, que precisa gastar com elas. Com as atividades que tem, você e o tempo e a estadia na cidade né. Para gente que não tinha muitos recursos, foi bastante difícil na parte do recurso e na parte de deixar a família lá, e vim para cá e ficar um pouco mais de um mês aqui, assim rompimento né. Vim estudar, mas voltei para lá. Voltava para lá, trabalhava no sítio, voltava para faculdade. Assim foi conciliando né as coisas, mas não foi fácil, eu falo para você...No início do assentamento Taquaral ali as mulheres iam para cidade trabalhar como doméstica, outros ia trabalhar na feira porque não tinha renda. Não tinha como trabalhar em outra coisa né. Não tinha os lotes ainda. Não tinham as condições para produzir. Não tinha, era tudo mato ainda né. Quando eu cheguei lá no Taquaral, era tudo mato. Então, não tinha terra aberta para fazer roça, e sabe que a plantação ela demora um pouco para produzir né. Então nesse período o que a gente vai comer? Então tinha que ir para cidade trabalhar. As vezes era muito difícil porque não tinha transporte. Muitas mulheres iam a pé, chegar até a cidade para poder trabalhar. Outras vezes, para feira, iam de bicicleta porque o assentamento Taquaral ele é um pouco próximo da cidade. Não é tão distante. Algumas partes do assentamento ficam um pouquinho distante, mas é um assentamento que tá bem próximo da cidade. Então você tem como ir às vezes de carroça e de bicicleta, mas é difícil né. É difícil porque você tem que sair cedo de casa e aí deixar os filhos em casa para poder ir para cidade. Foi muito difícil. Hoje não acabou essas dificuldades ainda, continua a gente ainda batalha muito por água, por estrada que as nossas estradas às vezes estão esburacadas demais, e o carro não passa, e para sair e o ônibus passar. Ainda continua tendo que ir atrás de melhorias para o assentamento. (Maria de Fátima)

Queremos destacar aqui a persistência das mulheres do assentamento Taquaral como nos diz Menegat (2009) em seu livro “No coração do Pantanal”:

[...] Em Corumbá, as mulheres deixaram a vida privada e o trabalho como acompanhante do homem para tornarem-se elas próprias trabalhadoras individuais e mesmo comerciantes em feiras, que é um dos espaços que as coloca em evidência. A busca por um outro lugar poderia não mais propiciar essa condição favorável ao trabalho assalariado e à venda de produtos. Se hoje não estão satisfeitas com a condição de assalariadas, mesmo estando elas assentadas na terra, ao mesmo tempo, mostram que tem sido o trabalho assalariado, associado à sua atuação nas feiras, que lhes dá condições para manutenção da família no assentamento. Por isso acreditam que, enquanto o lote lhes possibilitar condições de sobrevivência, nele permanecerão. (MENEGAT, 2009, p.175).

Ivone relata que participa de um grupo coletivo, porque acredita que, além da terra, é necessário o conhecimento e a força da organização conjunta para trabalharem a terra. Por isso, a busca pelo estudar Ciências Sociais, com o intuito de contribuir com as pessoas do seu grupo. Ela também vivenciou a experiência na educação formal, como professora em uma escola agrícola:

[...] Me motivou a estudar, é que nós temos um grupo de jovens dentro desse grupo coletivo, dessa comunidade que nós estávamos organizando, e a gente precisava do conhecimento, que não adianta a gente só ter a terra, precisávamos do conhecimento, de como organizar, como a gente trabalhar a terra. Aí surgiu oportunidade da gente fazer. Era eu e mais duas meninas aqui também do grupo, e nós optamos em tentar estudar. Eu fui uma das pessoas que foi fazer o vestibular e passei para Sociologia, e aí eu estudei para retornar, para gente tentar contribuir. E já contribuí com as pessoas, com as crianças, uma nova forma de pensar, para construir esse grupinho da gente. Era uma experiência, professora na Escola Agrícola no qual as crianças estudavam, ficavam uma semana em casa, uma semana na escola, numa forma diferente de lidar com nossas áreas rurais. Dificuldade minha enquanto mulher, que eu vim desde o início. Fui assentada como titular do lote. Eu acampeei, vim sozinha, enquanto pessoa que estavam buscando uma terra para poder trabalhar. Minha família, minhas irmãs e meu pai desistiram no meio do caminho. Foi só eu que continuei buscando essa área, para ver realizar meus projetos, enquanto mulher, enquanto estudante e mostrar que a gente enquanto mulher, a gente consegue realizar. Encontrei muitas dificuldades, porque alguns debates sempre buscavam mais homens, inclusive até na própria organização da gente. Aqui sempre tinha prioridade os homens, as mulheres não queriam participar, e sempre eu tentando convencer, tentando conversar... Então são várias dificuldades que a gente conseguiu trabalhando na terra. No início, quando a gente estava estudando, fazendo, desenvolvendo as atividades, quando morava debaixo de lona e a gente não tinha energia. Não tinha como fazer uma pesquisa, digitar um projeto. Não se tinha um computador. Então, foi umas dificuldades para a gente estudar. (Ivone).

Ivone mostra o quanto ainda é difícil para as mulheres perceberem e vencerem a dominação masculina, mesmo no âmbito do próprio grupo coletivo de que participa. Sua ação é de incentivadora para que outras mulheres integrem essa luta social, visando a reunir forças e a projetar mudança social. A terra por si só não transforma. Combinada ao seu acesso é preciso refletir sobre as relações que as pessoas nutrem, transformando não só a dominação do latifúndio, mas a dos corpos. Apropriar-se de novos conhecimentos é fundamental para que consigam enxergar a dominação e dessa percepção, se fortaleçam para a promoção de mudanças. É o empoderamento feminino de que nos fala Severo (2016):

[...] Tais fatores estão assentados também na autoestima das mulheres, conquistada à medida que desenvolvem o respeito por si mesmas, pela sua valorização e pela consciência do lugar que ocupam na sociedade, até atingir

seu princípio fundamental: a igualdade real entre homens e mulheres. Assim, a participação das mulheres no que se refere à titulação deve vir acompanhada de suas participações em outros processos decisórios, pois só assim poderão iniciar o empoderamento, o qual teve início como um “processo de inclusão” das mulheres na reforma agrária, quando de suas próprias lutas nos movimentos sociais. (SEVERO, 2016, p. 55)

A participação em processos decisórios poderá iniciar um empoderamento, no caso a autora ressalta que a medida é o respeito, a si própria e sua valorização, a autoestima se faz presente, a consciência do seu lugar na sociedade para então atingir o objetivo na real igualdade entre homens e mulheres. Nessa linha, também está o pensamento de Joenilza, que desde jovem já nutria o desejo da mudança na dominação masculina:

Continuei estudando e a maior dificuldade que eu enfrentava naquele momento era por ser mulher né, é porque eu era muito jovem, mas eu já tinha certeza do que eu queria, que era meu empoderamento, a minha liberdade. Era ter a minha vida, construir a minha história como mulher. Ali se iniciou então a minha história de luta em Movimentos Sociais, de luta pela terra e de empoderamento feminino também, quando eu terminei o meu Magistério (Joenilza).

Participar de um coletivo organizado oportuniza acumular demandas como mostra Joenilza, despertando a consciência do que queria como mulher e especialmente por ser mulher, visto que a dominação masculina é histórica e metamorfoseada. Elaborar-se conforme cada momento social. Joenilza nutria e construía empoderamento, almejando liberdade, poder construir sua história como mulher, lutar junto aos movimentos sociais pelo “empoderamento feminino”.

O conhecimento fomenta esse desejo, externado desde cedo, no ensino médio, com o Magistério. Segundo Severo (2016, p. 58), o empoderamento envolve outros processos como “confiança, respeito, ideias, opiniões, aprendizado, conquistas, liberdade de ir e vir, vínculos interpessoais, lutas por direitos, entre outros”.

Maria Aparecida destaca sua experiência e de como vivenciou relações onde o machismo se fez evidente:

[...] se é esposa, mãe, tudo além dessas eu participei, de outras lutas dos direitos das mulheres né. E passa luta até hoje, para que meu marido me entenda. Essa não sei até quando vou levar né. Até o dia que Deus quiser, mas essa é uma luta que eu travo até hoje. Não deixa de ser uma luta né, porque se meu marido entendesse o meu jeito de ser, de buscar, de fazer e querer. Ele quer que a mulher dependa dele. Se ele dizer sim ou não, vai, não vai, deixa não deixa, pode não pode, eu te dei eu tenho, mas não tenho né. Não são assim todos os homens, mas eu tenho essa experiência. Aí eu não vou porque o meu marido não gosta, porque não gosta, porque não deixa,

porque não acha bom. Então a gente tem que enfrentar isso aí. Então essa é a independência, eu incentivo mesmo as mulheres. Até a minhas netas e meu marido fala: não, mas Cida não faz assim com as meninas, falei: eu faço, eu falo elas tem que estudar, elas têm que ser independente, pode namorar, mas não tem nada de fazer casamento antes de ter sua profissão não, você tem que ter tua profissão, tem que ter tua casa. Você tem que ser independente, porque depois você não pode ser pisada por homem nenhum não né. E a mulher independente o homem ele respeita mais. Ele pensa duas vezes. E assim dá sequência ao trabalho de base que não cessa. (Maria Aparecida)

Entendemos sua luta e sua reação, digna de respeito e consideração para que haja o despertar das mulheres em relação ao respeito e à equidade, para que a compreensão, a tolerância façam parte das relações cotidianas. Almeja-se que o enfoque seja a transformação através de um processo educativo contínuo, onde reproduzamos consciência de respeito nas relações e não de poder, desrespeito e intolerância.

Severo (2016) analisa as reflexões de gênero ressaltando que o modelo patriarcal e seus mecanismos excludentes, como a “divisão sexual do trabalho”, são fatores que potencializam as desigualdades de gênero, pois estabelecem papéis distintos para homens e mulheres, criando barreiras entre o público e o privado, não sendo os únicos fatores responsáveis pela desigualdade. Alerta-nos também que é necessário conhecer as especificidades de cada região e cultura, para compreender outros elementos presentes nas relações de poder, identificando normas, códigos de valores das pessoas.

A participação das mulheres nos movimentos sociais, na luta e resistência na terra, acessando também a educação superior cria meios para desnaturalizar relações desiguais e movimentar transformações sociais no que diz respeito às relações de gênero, pois estão ocupando espaços que fazem acontecer mudanças, lentas e graduais, mas sem cessar nos assentamentos. Rosana que nos fala de sua experiência:

[...] Eu não tive nenhuma dificuldade enquanto mulher de participar nas coisas, eu sempre enfrentei desde criança, quanto sujeito e sempre me impulsionando tanto com a minha família, meus pais de estar aí, participar das coisas. Depois que eu casei, foi uma das coisas das lições que eu sempre carreguei, foi não deixar que ninguém me dite o que fazer. Então, se eu decidir fazer isso, eu vou fazer. Vou até o fim. Eu tive a minha filha né, aí veio algumas complicações de saúde ainda, até hoje a gente consegue acompanhar. Então, eu tive que fazer algumas mudanças também. É o que mais me teve empecilho, mas mesmo assim, não dá de largar de participar. Eu a levei com dois meses para o vestibular, e quatro anos seguintes nós estamos junto, ela indo comigo para faculdade todos os dias. Então, assim, eu não vejo como mulher algum empecilho, fazer nada não. Tem nenhuma dificuldade, debater isso com meu companheiro também, é bem compreendido com relação a isso. Eu vejo que nós mulheres temos que nos empoderar de nós mesmas primeiro, para podermos fazer isso com as outras.

E financeiramente, isso me dá, eu também uma liberdade de dizer o que eu quero. Muitas mulheres acabam não se impondo porque precisam financeiramente de seus companheiros. Eu acho que isso é uma das vantagens da minha vida, que sempre eu tive, que foi trabalhar, e ter meu próprio recurso, e me impor diariamente com relação a isso. (Rosana)

“Não deixar que ninguém me dite o que fazer” é a fala empoderada de Rosana, que desde criança teve apoio da família para participar de diferentes espaços, levando a filha pequenina junto com ela para poder realizar a seleção de vestibular e nas aulas da graduação em Ciências Sociais. A trajetória em movimentos sociais, com um companheiro que também é atuante no movimento, associada a sua autonomia financeira, criou condições para que olhasse para si, construindo-se como mulher, dona de suas vontades e com autonomia social.

Cristiane também reflete sobre as relações de gênero.

[...] sempre me disse “O mundo lá fora é difícil, estude. Para quem é mulher, é mais difícil ainda”. Compreendi isso desde pequena... Quando me tornei adolescente e meus planos de fazer faculdade e ir para a cidade se viram borrados, pois com 17 anos fiquei grávida, e com 18 tive minha primeira filha. Precisei reformular meus objetivos e minhas perspectivas de vida. Profissão professor é vista em sua maioria como atividade feminina e no lote percebo que há uma discriminação, pois não estou como titular, mas como espelho do beneficiário. Nas cooperativas em que participo, algumas de vendas de hortaliças, outra de leite, percebo que há uma participação feminina baixa. Mesmo que boa parte das associadas sejam mulheres, estas não deixam o ambiente privado para participar do público. Dão sua representatividade a seus maridos, ficando somente seu nome na lista. Quando se fala em diretoria, esse número se reduz a quase zero, não havendo critérios de participação das mulheres, nem estímulo real. (Cristiane).

Cristiane vislumbrou no estudo o meio para construir sua autonomia. É por esses referenciais que vislumbra as diferenças sociais de gênero, desde o fato de seu nome não constar no título da terra, bem como nas representações nos grupos de que participa, como se para as mulheres o mundo privado ainda fosse a lógica acenada, o lugar de destino. Percebe a discriminação para com as mulheres na cooperativa nas direções dos grupos onde os critérios de participação das mulheres são desconsiderados, não havendo estímulo para que participem.

Entendemos que estas construções ainda orientam a vida diária de homens e de mulheres nos assentamentos, mas é inegável as mudanças que vêm sendo promovidas, especialmente, nos questionamentos que as egressas do curso de Ciências Sociais apresentam, de mulheres conscientes e que buscam em suas práticas conscientizar outras mulheres e homens, numa tentativa de transformar estas relações desiguais.

As dimensões nas relações de gênero são complexas e exigem um processo contínuo de reflexão e ações, como expressado por Elisandra, quando fala de sua participação no sentido de transformar estas relações desiguais:

[...] eu participo do Movimento de Mulheres Camponesas principalmente na parte do feminismo, atuando dentro do feminismo comunitário. Então, hoje a minha participação na comunidade é como professora e como integrante do Movimento de Mulheres Camponesas, trabalhar com as mulheres, seja sobre a violência, contra esse patriarcado, ainda arraigado em nossa sociedade né. (Elisandra).

Os relatos das mulheres egressas do Curso de ciências Sociais evidenciam o quanto é difícil perceber as relações de poder que ocorrem nos assentamentos, visto que, muitas vezes, as relações são veladas, havendo a necessidade de discussões que desnaturalize processos de dominação, que são históricos e por isso interiorizados no cotidiano vivido.

Enfim, as egressas demonstram em seus relatos o quanto o acesso à educação superior contribuiu com transformações em suas vidas e de suas comunidades. Atualmente, parte delas assumiu as salas de aula nas escolas dos assentamentos onde vivem, valorizando seus saberes e combinando com novos saberes. Além disso, estão elas envolvidas com movimentos diversos nos grupos de suas comunidades, especialmente grupos de mulheres, tentando encontrarem meios para transformar conflitos e construir uma vida possível de se viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que a educação é um direito de todos e de todas, como assegura a Constituição Federal Brasileira (1988), vemos que os embates políticos ocorridos ao longo da história brasileira, entre os diferentes grupos sociais, resultaram na garantia de acesso apenas à classe privilegiada, deixando as pessoas do campo brasileiro excluídas desse direito.

Nesse sentido, o destaque para a década de 1980, período em que houve a efervescência dos movimentos sociais rurais, que trouxeram diversas demandas, dentre elas a reforma agrária, associada ao amplo acesso à educação e na atenção ao meio ambiente, dentre outras pautas. Naquele momento, houve a luta em redes de movimentos sociais, trazendo para o campo demandas do movimento feminista, dentre elas a necessidade de refletir sobre as relações de gênero, especialmente na invisibilidade das mulheres no contexto social.

Nesse bojo, os movimentos sociais rurais construíram caminhos para a formação de assentamentos rurais e de suas estruturas, criando coletivos organizados, nutridos por uma força social, que fizeram emergir a luta pela terra, resultando nos assentamentos de reforma agrária, novos espaços na sociedade brasileira. Neles, o acesso à educação foi a demanda principal, pautada no acesso em todos os níveis, defendida com base nos referenciais do e no campo. Para isso, os encaminhamentos que os movimentos sociais defendiam estavam edificados para as mudanças estruturais na educação e em todos os níveis, construindo pedagogias diferenciadas, dentre elas a Metodologia da Alternância, visando a criar estratégias que a todos envolvessem. Essa culminou com a criação do Programa Pronera, no âmbito do INCRA, e que fomentou o curso de Ciências Sociais da UFGD.

As egressas do curso de Ciências Sociais com as quais dialogamos durante a pesquisa participaram desse processo, integrando os coletivos dos movimentos sociais, construindo caminhos possíveis para a produção em diversas frentes em suas comunidades e em seus lotes de assentamentos. Seus relatos demonstram que se moveram para participarem do curso de Ciências Sociais na UFGD, por acreditarem que a enxada da educação é uma ferramenta de luta, que possibilitaria mudanças significativas em suas vidas, de suas famílias, dos movimentos que participam e das comunidades nos assentamentos.

Os relatos das egressas evidenciam que a inserção em curso superior ampliou a compreensão da sociedade, movendo-a para conquistas de direitos, criando melhores condições de permanecerem na terra, sempre tendo presente a preocupação com as gerações futuras. Essa constatação está presente em todo o processo de análise dos seus relatos, detalhando suas trajetórias e experiências, suas percepções, questionamentos, desafios, lutas e

conquistas, plasmadas em todo o desenrolar do estudo que realizaram e que realmente se concretizam nas transformações em seus cotidianos.

A pesquisa mostrou a importância da luta coletiva, visto que os movimentos sociais protagonizaram ações coletivas, promovendo organizações internas com a formação de grupos de produção, cooperativas etc., lutando por direitos e/ou pelo desenvolvimento da produção e da comercialização. Nesse coletivo, estão as mulheres egressas, sempre presentes, protagonistas de muitas ações, debatendo com vistas a mudar o cotidiano das relações sociais conflituosas, que aconteçam relações de respeito, dignidade e equidade, muitas vezes, invisibilizadas.

Nosso entendimento é que o sistema capitalista patriarcal e discriminador continua presente no que tange a participação delas, pois o processo de exploração e exclusão continua presente nessa bagagem estrutural e cultural, que ainda limita, apesar dos questionamentos e esforços protagonizados por elas.

No entanto, a participação no curso, debatendo temas envoltos à sociedade, associados à metodologia da alternância, criou condições de formação no curso, formando um processo de conhecimento viável, pois as disciplinas contribuíram para a ampliação do saber, para reflexão e mudanças de paradigmas, num enriquecimento intelectual e crescimento humano.

O entendimento da pedagogia e metodologia adotada criou condições de acesso, de reflexões para formação acadêmica, mas também para a construção da autoestima, do reconhecer-se e identificar-se camponesas, levando-as a perceber a importância da independência financeira, com vistas a criar as bases para a autonomia e a emancipação. O uso da pedagogia, das metodologias e das tecnologias aprendidas no curso passou a fazer parte de suas atuações como profissionais e lideranças nas comunidades em que vivem, num processo de reflexão, de encaminhamento de ações pessoais e coletivas na vida cotidiana e nos grupos sociais nos assentamentos.

Os diálogos com as egressas possibilitaram compreender que o acesso à educação em todos os níveis das pessoas oriundas dos assentamentos, distantes da universidade em termos geográficos e sociais, especialmente, no acesso à Universidade Pública e de qualidade, foram de muita importância, pois viabilizaram formação e as habilitaram para assumirem como educadoras as salas de aula das escolas dos assentamentos. Esse dado é fundamental quando se trata da educação no campo, visto que passaram a conduzir as escolas, de e pelas pessoas do campo, que vivem as agruras e as possibilidades daqueles lugares, conhecendo sua dinâmica e produzindo condições para transformar relações de dominação.

As egressas nos mostram esse resultado com o curso, parte delas obtendo classificação em concursos públicos para atuarem nas escolas dos assentamentos, bem como passaram a olhar para suas comunidades, como lideranças em grupos internos, que com propriedade sabem encaminhar reflexões críticas, análises de conjuntura de seus contextos, mostrando seu compromisso com a continuação da luta e a partilha dos conhecimentos adquiridos.

Seus relatos nos mostraram que é pela educação que se dá a desnaturalização de processos opressores, assegurando os referenciais identitários dos grupos sociais, uma realidade também com as mulheres camponesas participantes do curso. A defesa da educação do e no campo fortalece os demais encaminhamentos, pois o conhecimento promove autonomia como observamos nos relatos das mulheres camponesas da pesquisa.

Ao concluírem o curso não abandonaram sua identidade de sem-terra, de camponesas, mas a fortaleceram ainda mais com a ampliação dos conhecimentos, mantiveram-se na condição de assentadas, professoras, agentes de saúde, lideranças que estrategicamente continuam construindo seus lugares de acordo com os referenciais que nutrem com suas experiências. Com os conhecimentos adquiridos na universidade, somados àqueles que nutriam, ampliaram a defesa de uma educação no e do campo, possível quando acontece a inclusão e o acesso ao direito à educação em todos os níveis, através de políticas públicas como o Pronera.

Este direito alarga a visibilidade das mulheres em suas atuações diversas, com a ferramenta da educação que contribui dentro da conjuntura e contexto político, criando estratégias de resistência e permanência na terra. Entendemos que nos dias atuais parte das demandas foi conquistada, outra parece recuar, o que nos mostra que a vida das mulheres da classe trabalhadora para a conquista de direitos não é fácil nem mesmo definitiva. Para que se efetive é necessário a constante resistência através da reflexão das mobilizações, articulações e embates políticos para garantir e ampliar os mesmos.

A percepção do domínio cultural, político e ideológico, que discrimina e exclui, possibilitou a desnaturalização dos mecanismos de opressão e contribuiu para que as mulheres construíssem estratégias em suas organizações e movimentos, ocupando espaços, algumas vezes mais tímidos, outras vezes mais resistentes. Constatamos pelos seus relatos o engajamento, a contestação e o compromisso na transformação das ideias dominantes, com ações libertadoras de emancipação e independência, apontando para o empoderamento feminino.

Compreendemos que o conhecimento ampliou o reconhecimento da dominação masculina dentro dos movimentos sociais, grupos, cooperativas, famílias e assentamentos, passando a olharem criticamente no sentido de que suas ações não reproduzam relações e estruturas de dominação. Entendemos ser uma árdua tarefa de educação contínua.

A organização e o processo de construção coletiva do curso, assim como o currículo, a metodologia da alternância do ensino e a aprendizagem tornaram possível a implantação do curso, porém o profissionalismo, o compromisso e a dedicação dos professores contemplaram, garantiram e desenvolveram discussões relacionadas a temas sociais, como: movimentos sociais, educação do campo, relações de gênero que propiciaram ampliar os conhecimentos, construindo uma visão crítica da sociedade e conjuntura. Habilitou-os/as a saber conduzir e debater com propriedade temas importantes para os assentamentos, como: políticas públicas, desenvolvimento rural, direitos humanos, sociedade sustentável, agricultura familiar e reforma agrária em construção. Construção a qual se faz presente nos seus relatos nas ações sociais empreendidas em suas realidades.

Todo o processo de diálogo e o acompanhamento pedagógico dos professores nas comunidades onde vivem as mulheres participantes do curso contribuiu para a formação em uma perspectiva humanística, crítica, uma leitura da realidade e da conjuntura da sociedade brasileira, resultaram sim em fortalecimento e a ressignificação das ações que as elas empreendem na realidade onde vivem.

Enfim, os relatos das egressas, mulheres camponesas demonstram o desejo de que ocorra a ampliação do Pronera, que o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, articule a nível nacional o conjunto dos movimentos sociais do campo e as Entidades comprometidas com Reforma Agrária, na democratização da terra, para que o Pronera, como política pública, obtenha mais recursos. Com isso, haveria a ampliação do programa de educação no campo em todos os níveis, garantindo acesso aos que querem estudar. Nutrem o desejo que essa seja uma política na qual seus filhos, companheiros, parceiros de luta também possam ter a possibilidade de efetivar o sonho de muitos, no acesso à universidade, sem a necessidade da saída do campo, apenas trocar enxadas e continuarem nos plantios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas**. In. ADORNO, Theodor; Horkheimer. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.1985.

_____. *A Educação Após Auschwitz*. EDUCAÇÃO ONLINE,1996. Rio de Janeiro Paz e terra 1995.

ALBERTI, Verena. **História dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALMEIDA, CALAÇA, CAJU (Org.). **As políticas no território e a cidadania das mulheres camponesas**. Mossoró: CGP Solutions, 2018.

ANMC (Associação Nacional de Mulheres Camponesas). **Feminismo camponês e popular**. Passo Fundo, RS: Passografic, 2018.

BERGER, Peter.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da realidade**. Petrópolis:Vozes,1985.

BOGDAM, Roberto.; BILKEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora,1994.

BOM MEIHY, José Carlos, **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola,2005.

BORDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrad Brasil,1999.11 ed. tradução de Kihnner,2012.

CARVALHO, Sandra. Maria. Gadelha. **Educação do campo: PRONERA, uma política pública em construção**. Tese de Doutorado. Tese Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2006.

[CANDAU, Vera. Educação em Direitos humanos: desafios atuais.](#) In: **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga, *Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa*, In. PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo, CEBI, 2009.

COUTINHO,Adelaide Ferreira; DINIZ,Diana Costa; MUNIZ,Maria da Conceição Lobato. Apresentação.In:SANTOS,Clarice Aparecida dos;MOLINA,Mônica Castagna;JESUS,Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (Orgs.). **Memórias e História do PRONERA**. Contribuições do PRONERA para a Educação do Campo no Brasil, Brasília: MDA e INCRA,2011. (pp 13-19)

Disponível em:G1.globo.com.Amélia Gonzales. *Mulheres fazem 75% de todo o trabalho de cuidados não remunerados no mundo*.20/01/2021.

FAISTING André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba (Org.). **Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FAISTING, André Luiz; MARSCHNER, Walter Roberto (Org.) **Olhares sobre assentamentos de Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul: os resultados da experiência do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - PRONERA/UFGD**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; FAISTING, André Luiz. Direitos Humanos, diversidade e Movimentos Sociais Um diálogo necessário. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta e WHITAKER, Dulce. Consuelo. Andreatta (Orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 27-52.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (Orgs.). **Memórias e História do PRONERA**. Contribuições do PRONERA para a Educação do Campo no Brasil, Brasília: MDA e INCRA, 2011. (pp.21-25)

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta et al (Org.). **Reforma Agraria e Desenvolvimento: Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais**. Brasília: MDA, 2008.

FREITAS, Helana. Celia. de. Abreu. **A construção da rede sociotécnica de educação de assentados da reforma agrária: o PRONERA**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GHEDINI, Cecília Maria. Educação do campo: História e processos na luta por direitos. (Orgs) MENEGAT, Alzira Salete; TEDESQUI, Losandro Antônio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais: Um diálogo necessário**. Dourados. ED. UFGD, 2009.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperanças e Desilusões na Memória dos Caminhantes que lutam pela Terra**. Dourados: Ed. Gráfica e Editora Dinâmica Ltda., 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra – MST (1979-1999)**. Tese de doutorado na USP, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Florestan In: SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (Orgs.) **Vida rural e mudança social**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Introdução. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (Orgs.). **Memórias e História do PRONERA**. Contribuições do PRONERA para a Educação do Campo no Brasil, Brasília: MDA e INCRA, 2011 (pp. 29-61)

GONZALES REY, Fernando Luís. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

HOLANDA, Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo. Companhia das Letras 2007. Cap. 2-7.

KING, Gary; KEOHANE, Roberto Owen. and VERBA, Sidney. **Design social inquiry: scientific inference in qualitative research** (partes 1.1, 1.2 at p.19 e 1.3.3). Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1994.

LACERDA, Celso Lisboa de; SANTOS, Clarice Aparecida dos. Introdução. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (Orgs.). **Memórias e História do PRONERA**. Contribuições do PRONERA para a Educação do Campo no Brasil, Brasília: MDA e INCRA, 2011 (pp 21-25)

MANZINI, Eduardo. Jose. A entrevista na pesquisa Social. **Didática**, São Paulo, V.26/27, p.149-158, 1990/1991.

MARSCHNER, Walter Roberto. A Licenciatura em Ciências Sociais PRONERA – UFGD na perspectiva da Educação no Campo. In: MENEGAT, A.S.; FARIAS, M.F.L.; MARSCHNER, W.R. (Org.). **Saberes em Construção: experiências coletivas de sem-terra e a Universidade Federal da Grande Dourados**. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

MARTINS, Jose de Souza. **O Cativo da Terra**. 7º Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENEGAT, Alzira Salete & PEREIRA, Veronica Aparecida (Org.) **Movimentos Sociais em Rede de Diálogos: Assentamentos Rurais Educação e Direitos Humanos**. Dourados: UFGD, 2013.

MENEGAT, Alzira Salete. (Org.). **Leituras sobre mulheres: o fazer e o refazer de caminhos**. Dourados: Ed. UFGD, 2016.

MENEGAT, Alzira Salete. No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral – MS. Dourados-MS: Editoras da UEMS e da UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete; FAISTING, André Luiz. Caminhos e Caminhantes da Terra: pessoas assentadas em redes de saberes e parcerias para conquista de direitos. In: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; FAISTING, André Luiz. (Orgs). **Direitos Humanos, Diversidade e Movimentos Sociais um diálogo necessário**. Dourados. Ed. UFGD, 2011.

MENEGAT, Alzira Salete; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; MARSCHNER, Walter Roberto (Org.). **Saberes em construção: experiências coletivas de sem-terra e a Universidade Federal da Grande Dourados**. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I; v. 29 n. 2 (2021): **Dossiê: Paulo Freire e Educação Popular: cultura, metodologias, lugares e sujeitos: educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das Políticas de formação de educadores – reflexões Sobre o proner e o PROCAMPO**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253,

jul./dez.2014 <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

MOLINA, SANTOS; JESUS. Contribuições do PRONERA à Educação do campo no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida, MOLINA, Mônica, JESUS, Sonia Meire Aparecida de. **Memória e História do Pronera**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011. (pp 29-63)

MOLINA, SANTOS; JESUS. Contribuições do PRONERA à Educação do campo no Brasil. In: MOLINA, SANTOS, MICHELOTTI, SOUZA, (Org.). **Práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias**: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos PRONERA. –Brasília: MDA, 2014.

OLIVEIRA Benícia Couto (Org.). **Histórias que (re)contam história**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

OLIVEIRA, Alessandro Santana de. In: VIEIRA, J.; FERREIRA.A.R.A.L.(Org.) Do Cheiro da Terra aos fios da Memória: Ed. UFGD,2013.

RIBEIRO,Nilza Brito;Bôas,Rafael Litvin.Apresentação.In: SANTOS, Clarice, MOLINA, Castagna de; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (Orgs.). **Memória e História do PRONERA**:Contribuições do PRONERA para a Educação do Campo no Brasil. Brasília: MDA e INCRA, 2011. (pp.13-19)

ROCHA.Maria Isabel Antunes. Apresentação. In: SANTOS, Clarice, MOLINA, Castagna de; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (Orgs.). **Memória e História do PRONERA**:Contribuições do PRONERA para a Educação do Campo no Brasil. Brasília: MDA e INCRA, 2011. (pp.13-19)

SEVERO,Miriam Jaqueline Toledo Sena. Introdução. In: (Org) MENEGAT,Alzira Salete.**Leituras sobre Mulheres o fazer e o refazer de caminhos**.Dourados,MS.Ed.UFGD,2016.

SILVA, Denice Batista da. A mulher camponesa no ensino superior. In: SANTOS, Clarice, MOLINA, Castagna de; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (Orgs.). **Memória e História do PRONERA**:Contribuições do PRONERA para a Educação do Campo no Brasil. Brasília: MDA e INCRA, 2011. (pp 139-155)

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significação na história oral**. A pesquisa como um experimento de igualdade. Projeto História, São Paulo, fev.1997.

_____. **História Oral como gênero**. Projeto História. São Paulo, n-22, p.9-36, jun.2001.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA:ENTRE EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E ANÁLISES CIENTÍFICAS, RELATÓRIO DE PESQUISA, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Rio de Janeiro, RJ,2016.

SALVARO, Giovana. Ilka. Jacinto., DE SOUZA LAGO, Mara. Coelho de Souza.; WOLFF, Cristina. Sheibe. (2013). “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & sociedade**, 25(1).

SANTOS, Clarice Aparecida dos, MOLINA, Monica Castagna, JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (Org.) **Memória e História do PRONERA**: Contribuições do PRONERA para a Educação do campo no Brasil, MDA e INCRA, 2011.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESQUI, Losandro Antonio. Representações sociais e relações de gênero no meio rural. FAISTING, André Luiz. FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Introdução. In Org) Direitos Humanos, Diversidade e Movimentos Sociais. Um diálogo necessário. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOMASCHESKI, Elisandra. “**Dos lugares deixados aos lugares chegados**” História de Mulheres Brasiguaias do Assentamento Itamarati –MS. Curitiba: Ed. CRV, 2018.

VIEIRA, Juliane Ferreira; FERREIRA Áurea Rita de Ávila Lima. (Org.). **Do cheiro da terra aos fios da memória**. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

WHITAKER, Dulce. Consuelo. Andreatta. (Orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 27-52.

APÊNDICE

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA A ENTREVISTA

1. Nome e local.
2. Qual a sua história na luta pela terra?
3. O que a motivou a estudar?
4. Qual a sua atuação na educação, no movimento social e na comunidade?
5. Quais as dificuldades como mulher para realizar este projeto?
6. Em que organização a instituição participa?
7. De que maneira este curso contribuiu na melhoria da sua vida, nas mudanças na comunidade e no movimento?
8. Como estão organizados para não perder os conhecimentos apreendidos e partilhados no curso?
9. Como estão sendo aplicados estes conhecimentos na educação na sua comunidade?
10. Os conhecimentos adquiridos contribuíram para transformar as relações sociais na sua comunidade?
11. Sua experiência é valorizada pela comunidade onde participa?
12. Que outras lutas foram agregadas fruto desse seu aprendizado?
13. Você se sente motivada e empoderada para continuar contribuindo na luta para que mais mulheres façam parte dessa construção?
14. A metodologia da alternância contribuiu para tornar possível a realização desse projeto educativo?
15. O curso contribuiu para a visualização dos problemas da Reforma Agrária no MS?
16. O processo de inclusão dos assentados na educação superior do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), é de importância para a luta que empreendem?
17. Idade e número de filhos|.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M666m Minozzo, Ivaneide Terezinha

Mulheres assentadas produzindo movimentos nos espaços da reforma agrária [recurso eletrônico] / Ivaneide Terezinha Minozzo. -- 2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Alzira Salete Menegat.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Mulheres assentadas.. 2. Educação do campo.. 3. PRONERA.. 4. Curso de Ciências Sociais da UFGD.. I. Menegat, Alzira Salete. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



UFGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR **IVANEIDE TEREZINHA MINOZZO**, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO “SOCIOLOGIA”.

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada “**MULHERES ASSENTADAS PRODUZINDO MOVIMENTOS NOS ESPAÇOS DA REFORMA AGRÁRIA**” apresentada pela mestranda **IVANEIDE TEREZINHA MINOZZO**, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Profa. Dra. Alzira Salete Menegat/UFGD (presidenta), Prof. Dr. André Luiz Faisting/UFGD (membro titular interno) e Profa. Dra. Miria Izabel Campos/UFGD (membra titular externa). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer à candidata e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada **APROVADA**, fazendo *jus* ao título de **MESTRA EM SOCIOLOGIA**. A presidenta da banca abaixo-assinada atesta que os professores Dr. André Luiz Faisting e Dra. Miria Izabel Campos participaram de forma remota¹ desta defesa conforme declarações anexas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

¹conforme: § 3º do Art. 1º da Portaria RTR/UFGD n. 200, de 16/03/2020, Instrução Normativa PROPP/UFGD Nº 1, de 17/03/2020 e Portaria CAPES n. 36 de 19/03/2020.

Profa. Dra. Alzira Salete Menegat (Presidenta - participação remota)

Prof. Dr. André Luiz Faisting (membro titular - participação remota)

Profa. Dra. Miria Izabel Campos (membra titular - participação remota)

Dourados, 09 de dezembro de 2021.

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: ___/___/____, PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA / UFGD.

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Assinatura e Carimbo